



PEDRO FRAGA

Passeata no Rio

O 68 dos Cem Mil

Monografia apresentada ao Departamento de
História da PUC-Rio como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de
Bacharel em História

Orientadora:
Profa. Dra. Margarida de Souza Neves

Departamento de História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, julho de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem sentir que contribuiu de alguma maneira para a formatura que se conclui com este trabalho. Foram tantas pessoas que eu precisaria de outra monografia para tratar da minha gratidão.

Aos amigos do Núcleo de Memória da PUC-Rio. À Guida, por muito. No mínimo por ainda orientar um trabalho de conclusão de curso como se estivesse diante de uma joia rara. “Imita o ourives quando” ensina.

Ao Departamento de História da PUC-Rio, seus funcionários e professores, na pessoa da Professora Luciana Lombardo. Ao Cláudio e ao Moisés, pelos mesmos motivos que os colocam na primeira linha de combate. À Anair, à Cleusa e à Edna, por fazerem a retaguarda.

Aos amigos, inumeráveis, sobretudo aos tricolores e ao vascaíno Davi. Ao Ilmar Mattos FC, time patético, que não honra o nome que carrega, mas ainda assim imbatível. A Camila, Carol e Lille, três gentilezas. A Nayara Fernandes, veterana e madrinha. A Matheus Targuêta, amigo que demorou 25 anos para chegar. A Igor Valamiel, o que de melhor levo comigo da Universidade.

A Helio Cannone, especialmente. É o grande credor deste trabalho, o amigo número 1 de todos os graduandos e o maior talento da nossa geração. O pensamento social brasileiro está para ganhar nova referência.

Aos professores, desde a Tia Cida até os de hoje. Ao “Professor”, Álvaro Penalva, pelas razões que sabe. Àqueles de quem fui ou sou professor. A Daniel, Loan, Amanda e Pira, que são eles mesmos motivos de agradecimento. Ao contrário do que diz a máxima, aprenderam mais comigo do que eu com os quatro, mas mudaram e mudam minha vida para além da minha capacidade de retribuição.

Às turmas do Colégio Ipiranga, e tantos de seus alunos. Ao Primeiro Ano, por se formar junto de mim, em 44 sentidos diferentes. Não imaginam como me importam. Ao amável Segundo Ano, igualmente promissor.

Às minhas famílias, uma floresta genealógica. Sei que todos sentem meu carinho quando abraço os galhos que me prendem a tantas árvores – Cristina, Luiz, Renata e André. À Magui e ao Titu, queridíssimos, por me receberam. A vocês, mais que especialmente, Nove, Babica e Gigi.

A você, minha Carolina, minha porque parte de mim. Obrigado por me trazer até aqui, de mãos dadas, até para escrever o que só você vai ler comigo – ao menos até nascer Alice.

RESUMO:

Trabalho monográfico que tem como objetivo analisar os significados políticos do aqui chamado *movimento 68* tal como ele se realiza na Passeata dos Cem Mil, de 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro. Os documentos utilizados para pesquisa foram jornais, fotografias, registros de memória, registros filmográficos, além da literatura especializada.

ABSTRACT:

Dissertation that aims the analysis of the political significance of the so-called "the 68's movement" and how it developed itself in the "Passeata dos Cem Mil", on June 26th of 1968 in Rio de Janeiro. The documents used for research were newspapers, photographs, memory records, filmography records, together with specialized literature.

PALAVRAS-CHAVE

Passeata, 1968, movimento estudantil, resistência, ditadura militar, Rio de Janeiro.

ÍNDICE

Introdução	8
Capítulo 1.....	13
1.1 1968, 68 e Passeata dos Cem Mil	13
1.2 68 pelo mundo	17
1.3 68 local – Rio de Janeiro	33
 Capítulo 2	
2.1	59
2.2	72
2.3	95
 Capítulo 3	103
 Fontes.....	147
 Referências Bibliográficas e Documentos	148

Lista de Imagens

Figura 1: Momento da Passeata dos Cem Mil. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 2: Esboço cartográfico do Centro do Rio de Janeiro. Correio da Manhã. 27 de junho de 1968, p. 15.....

Figura 3: Concentração da Passeata dos Cem Mil, 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 4: Vladimir Palmeira em discurso para a multidão da Passeata, em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 5: Participação de padres na Passeata, em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio....

Figura 6: Freiras participam da concentração da Passeata, em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 7: Desfile da Passeata alcança a Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 8: Faixas e reivindicações da Passeata, em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 9: Artistas com os estudantes, na Passeata de 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: Evandro Teixeira. IN: 1968 Destinos 2008: A Passeata dos Cem Mil. Rio de Janeiro: Textual, 2007

Figura 10: Momento da Passeata dos Cem Mil, de 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo: Núcleo de Memória da PUC-Rio.....

Figura 11: O desfile da multidão, em 26 de junho de 1968, no Centro do Rio de Janeiro. Fotógrafo: Pedro de Moraes. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 68, a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.....

Figura 12: A Passeata dos Cem Mil, em sua imagem mais conhecida e divulgada. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968. Fotógrafo: Evandro Teixeira. IN: 1968 Destinos 2008: A Passeata dos Cem Mil. Rio de Janeiro: Textual, 2007

Figura 13: Manifestante prestes a ser agarrado pela Polícia, em junho de 1968, no Centro do Rio de Janeiro. Fotógrafo: Evandro Teixeira. IN: 1968 Destinos 2008: A Passeata dos Cem Mil. Rio de Janeiro: Textual, 2007.....

Introdução

Quinta-feira, 20 de junho de 2013. A Avenida Presidente Vargas, no Centro do Rio de Janeiro, estava tomada por uma multidão incalculável, mas que as estatísticas mais cétricas contabilizaram em 300 mil pessoas¹. A gigantesca manifestação era mais uma das Jornadas de Junho, que levaram milhões de brasileiros às ruas para protestar contra um universo tão amplo de coisas e sob formas tão diferentes que essas manifestações fogem ao controle de qualquer panorama.

Pequenos atos estudantis e sindicais contra o aumento das tarifas de transporte nas capitais do país, combinados com a violência escandalosamente desproporcional das polícias militares para reprimi-los, tornaram-se, em poucos dias, massivas mobilizações. Articuladas principalmente por meio de redes sociais e sem projeto de poder ou liderança definidos, elas reuniram grupos e categorias muito diferentes que, em comum, tinham a crítica da vida pública brasileira, dos governos em todos os níveis da federação e da distância entre a política de Estado e a população em geral.

A compreensão dessas jornadas esteve desde a realização delas aberta a questões epistemológicas, políticas e ideológicas, em que este trabalho não pretende nem pode entrar – ao menos não diretamente. Mas é inegável, por exemplo, que *o junho de 2013* no Brasil guarda algumas relações com processos críticos globais, como aqueles que se observaram na chamada Primavera Árabe, nos movimentos dos *Indignados*, com destaque para a Espanha, e nos movimentos de *Occupy*, realizados inicialmente nos Estados Unidos. As deferências e as inspirações que fizeram uns aos outros indicam muitíssimas e complexas relações.

¹ Jornal **O Globo**, 21 jun. 2013

Compreender esses processos, por outro lado, é certamente muito mais que fazer exame de conjuntura internacional. Também é seguro dizer que a realização da Copa das Confederações naquelas semanas como a expectativa e a preparação para a Copa do Mundo no ano seguinte contribuíram para movimentar aqueles grandes atos públicos. O contraste entre o ufanismo veiculado por esses megaeventos e as vivências cotidianas era visível nos protestos, que expressamente se dirigiram contra as copas, a organização delas, a *FIFA*, o futebol de maneira geral e, mais uma vez, os governos. Esse não é somente um exemplo do contexto local das Jornadas de Junho, mas também das suas particularidades e acasos, que não nos deixam acomodá-la em mera classificação.

Portanto, em seu próprio tempo, espaço, pessoas e questões, a jornada de 20 de junho de 2013 na Presidente Vargas é *uma*, em face da conjuntura e de seus mesmos detalhes. Ela pode lembrar *outra* passeata, que em outro junho, de outro ano, atravessou o Centro do Rio de Janeiro, que também era outro. Ela lembra, de fato, a Passeata dos Cem Mil, a célebre manifestação pública que, em 1968, congregou uma multidão para protestar, sobretudo, contra o regime ditatorial que governava o país e suas práticas repressivas.

Um esforço de pensamento sobre a Passeata dos Cem Mil é muito interessante à compreensão de aspectos das sociedades carioca e brasileira de hoje. As atuais proposições dos movimentos sociais, suas relações de força e sua inserção nos processos de poder, por exemplo, tem a ganhar com o conhecimento das transformações que houve e das ligações que tem com o recente passado. Um universo de práticas culturais rotineiras e até reificadas em nossos dias deve alguma ou muita coisa àquela jornada, ao seu próprio universo cultural e às suas bandeiras.

Aliás, as Jornadas de Junho de 2013 logo suscitam uma série de comparações e reflexões sobre aquele junho mais antigo, principalmente para a disputa dos significados históricos do mês, tanto cá como lá. A ação política que consiste em manifestação e mobilização é, por exemplo, uma questão histórica, em sentido forte, que se tem a fazer para 1968.

Mas não se pode exagerar nem a sinonímia histórica – porque existem muito mais peculiaridades que paridades – nem a instrumentalização da Passeata dos Cem Mil – para que ela, enquanto objeto de pesquisa, não seja distorcida por 2013. Por isso, é válido mencionar que as pesquisas que se apresentam nesta monografia, e assim suas hipóteses e objetivos, começaram ainda em 2011. As passeatas e multidões de 20 de junho de 2013 são apenas uma referência, mais uma, entre outras muitas referências, questões e ideias que se levam até aquela quarta-feira, 26 de junho de 1968.

É a passeata de 1968 e também 1968 que se estudam aqui. A temática está atravessada pela mítica encantadora de um ano mágico e por memórias como sempre carregadas, mas especialmente enfáticas. 1968 foi e está coberto de pujantes sentimentos – de carinho, orgulho, ódio, horror, desprezo, saudade, arrependimento etc. A lista é inesgotável. Um trabalho historiográfico pode, ainda que não deva se isolar, contribuir para operar além e – aquém – dessa memória, admitidos os prejuízos e desejados os benefícios dessa opção.

No Brasil, o debate sobre 1968 é enfrentado por alguns acadêmicos. Um dos objetivos dos historiadores que analisam o tema é recusar a recepção naturalizada da ideia de 1968 como ano portador de um movimento universal único, e pensar abertamente suas diferenças internas. Não pode ser imediata a conjugação de rebeliões estudantis numa dezena de países como França, México, Alemanha e Brasil, greves e paralisações operárias nas maiores sociedades industriais, enfrentamentos aos regimes comunistas no Leste Europeu, manifestações contra as democracias representativas no Ocidente, movimentos por direitos civis nos EUA, manifestações contra a Guerra do Vietnã, práticas e formas associadas à contracultura, disseminação de novos paradigmas e sistemas acadêmicos e intelectuais, defesa de novos valores para o homem e para o mundo e todos os episódios que cada um dos citados engloba.

A Passeata dos Cem Mil é mais um episódio vinculado a seu ano. Importa poder pensá-la não imediatamente ligada à cena internacional, e acossar essa ideia, talvez por insistir nas questões locais, desde que seja evitado o exagero de puxar a corda totalmente para o outro lado.

A pesquisa pode justificar-se e contemplar seus objetivos e hipóteses na medida em que, de um lado, consiga se aproximar das circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais do Rio de Janeiro de 1968, ou seja, de uma das maiores, mais influentes e mais representativas cidades brasileiras; cidade cuja trama política da sociedade civil era tão tensa e viva que foi tirada dela a condição de capital; cidade ainda assim capital, cidade de capitalidade, principal símbolo e arena da vida social e cultural do país.

A pesquisa pode justificar-se, de outro, desde que não se esquive de avaliar a relação que todas essas circunstâncias têm com algum processo geral de 68. Portanto, estudar historicamente a Passeata dos Cem Mil condiciona um exame específico sobre os movimentos associados a 1968 e sobre esse tempo da ditadura militar brasileira, justamente por se fazer em função do evento.

Um estudo da Passeata tem, além disso, relevância pelo que se apresenta nela mesma. Um ato público de dezenas de milhares de pessoas com objetivo central de contestação a um regime autoritário estabelecido é, sem dúvida, um acontecimento que merece profunda atenção. A Passeata oferece subsídios para pensarmos um sem-número de formas de conflito e resistência à ditadura e nos permite insistir na precariedade das formas de consenso e consentimento mobilizadas em torno daquele governo.

Por outro lado, o intento de encerrar a ditadura, difundido entre milhões de brasileiros naquele momento, restringe terminantemente a opinião que se tem aventado, dentro e fora dos círculos acadêmicos, de que a ditadura propriamente dita começaria apenas com o AI-5, em 13 de dezembro, ou seja, depois das ações que pediam seu fim.

Este trabalho tem o dever de explorar a Passeata como ação importante da história do movimento estudantil. O condicionante estudantil emprestou-lhe diversas características específicas, no quadro da ação política geral, e comuns, no quadro de 1968. A forma de fazer política própria à Passeata está diretamente ligada aos estudantes, que marcam, assim, a história recente do país. Mas o movimento estudantil não foi o único atuante e ele mesmo era fragmentado.

Essas diferenças internas devem ser aprofundadas, assim como as distintas razões que levaram até o centro do Rio padres, freiras, religiosos, favelados, professores, trabalhadores, artistas, intelectuais, mães, profissionais de imprensa, políticos, militares, policiais e outros burocratas.

Importa estudar tais diferenças porque elas precisam ser avaliadas cada vez mais profundamente. As narrativas costumam insistir na unidade dos Cem Mil e os unificar sob o signo de 1968 e sob a bandeira de oposição à ditadura. A pesquisa pode aumentar sua importância se conseguir reconhecer aquelas cisões.

O valor que os estudos históricos têm para o presente é muito mais profundo e denso do que aquilo que pode ser mencionado aqui. Permitiria a composição de uma enciclopédia exclusiva para todos os seus elementos. Assim, este trabalho expressa apenas poucos exemplos, talvez os mais caros à sua pesquisa.

Sem possibilidade para tanto, o escrito almejado não pode tocar diretamente, mas ainda assim aspira a estabelecer seus mínimos juízos sobre liberdade política, cidadania, Estado e sociedade, Estado e oposição, multidão, violência política, enfim, sobre conceitos, categorias, práticas e relações fundamentais de 1968, do nosso e de outros tempos – que são, sim, totalmente relevantes.

Capítulo 1

1.1 1968, 68 e Passeata dos Cem Mil

1968 é lembrado como um ano peculiar, “o ano que não terminou”², o “curto ano de todos os desejos”³, longo o bastante para trazer os seus dias até os de hoje, e admiravelmente pequeno para comportar tudo o que nele coube.

O ano de 1968 tornou-se ele mesmo, e não um de seus eventos, o acontecimento mundial por excelência, enquanto outras datas costumam ser apenas suportes de suas efemérides, como bem observou Maria Paula Araújo⁴. “Ele em si, é o próprio evento”, “síntese de sentimentos, posturas e ações revolucionárias, de diferentes conteúdos que, de formas diferentes, se expressou em vários lugares do mundo (...)”⁵.

Separaram-se, assim, 1968 – os 366 dias de um ano bissexto – e 68 ou ainda *Meia-Oito* – o conjunto de diversas experiências históricas que aconteceram naqueles dias e se tornaram emblemáticas do próprio ano. No panorama feito por Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti, essas experiências são

“movimentos de protesto social e mobilização política (...), como o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses, a ‘Primavera de Praga’ contra o ‘socialismo real’ sob domínio da URSS, o massacre de estudantes no México, as manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã, as distintas ações revolucionárias armadas em diversos países, os movimentos de contra-cultura, dentre tantos outros exemplos”⁶.

A reunião dos movimentos de 1968 num único conjunto torna esse mesmo conjunto um único movimento, algo como *movimento 68*, amálgama

² Zuenir VENTURA. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

³ Daniel Aarão REIS FILHO. **1968: o curto ano de todos os desejos**. Revista Tempo Social. São Paulo: USP, FFLCH, outubro, 1988a, v.10, [n.2].

⁴ Maria Paula ARAÚJO. **1968: nas teias da história e da memória**. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica, 2008, [n.26-1].

⁵ Idem. *Ibidem*, p. 103.

⁶ Ricardo ANTUNES; Marcelo RIDENTI. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. IN: **Mediações**. v. 12, [n. 2], p. 78-89, jul./dez., 2007, p. 79.

histórico que tanto pode ser falso quanto falsear cada uma de suas partes constitutivas. M. P. Araújo também escreveu sobre a necessidade de se pensar com cuidado e crítica o “estigma 68”⁷. A autora ressalta que a (con) fusão de tantos e tamanhos acontecimentos num único processo esconde os conflitos internos àquele tempo e, assim, o próprio tempo.

É realmente difícil compreender tudo o que compõe 68, mesmo porque muitos elementos talvez só sejam compreensíveis se decompuermos essa legenda. Por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, evento sobre qual este trabalho debruça-se, tem singularidades e aspectos que melhor ou somente se associam a outras influências.

Este primeiro capítulo, no entanto, acompanha o grosso de sua bibliografia, e quer situar a Passeata justamente em 1968, nessa temporalidade e nesse lugar, através de um diálogo com parte da produção especializada sobre o assunto e com algumas referências primárias. Em seguida, ao longo dos próximos capítulos, será possível avaliar a pertinência de tal situação, para reformulá-la, de acordo com os critérios e juízos próprios a esta pesquisa.

A Passeata dos Cem Mil também costuma ser enquadrada noutra temporalidade histórica, os anos 1960. Os eventos *sessenta-e-oitistas* são dispostos em relação às ocorrências da década, como se elas formassem o significante de onde todos os episódios, inclusive a Passeata, extraíssem seus significados. Mais do que o decurso de dez anos, portanto, os anos 1960 seriam um complexo de peculiaridades culturais, sociais, econômicas e políticas expressivas e determinantes daquele decênio.

É tarefa bastante intrincada, contudo, definir quais seriam essas peculiaridades da década de 1960 e como elas conformariam o *Meia-Oito* – inclusive a Passeata dos Cem Mil. A limitação da compreensão desse processo é por isso também uma limitação de linguagem. A memória e a história sobre o tema

⁷ Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 17.

utilizam repetidas vezes fórmulas enigmáticas e que não se prestam a explicações mais consistentes. Assim, em relação à vida social em 1968, os anos 1960 são descritos como atmosfera, clima, ares, caldo, “um sentimento de mundo”⁸, “fermento”⁹.

Mas 1968 é que costuma dar cargas ao período, não o contrário. Em retrospectiva, são os traços distintivos do ano que, por metonímia, caracterizam a década. É precisamente essa a operação que se observa, por exemplo, na reflexão de Eric Hobsbawm sobre o tema. Em *Tempos Interessantes*, sua história do século XX narrada do ponto de vista autobiográfico, o historiador escreve o capítulo *Os anos 60* referindo-se exatamente a experiências de 1968¹⁰.

Por isso, a localização da Passeata que se faz neste capítulo deve expor os acontecimentos históricos que marcam todo o período que ela, como uma de suas minúcias, supostamente integra. Deve reconstituir essa metonímia, tão comum nos discursos sobre o *Meia-Oito* carioca e brasileiro, para reconstruí-la, ou até descartá-la. Da mesma maneira, a própria Passeata pode ser examinada em seus pormenores, que, investigados, tornam-se *indícios* históricos e nos permitem entrevê-la de outros modos.

Aqui se faz apropriação do conceito de *indício* – ou *sinál* – tal qual ele foi formulado por Carlo Ginzburg¹¹, fundamento teórico para este estudo.

A pesquisa acadêmica, por estar voltada também para o debate intelectual, necessariamente incorpora uma série de referências e se coloca, em função delas, em determinados eixos de discernimento e discussão. São sempre muitos os autores e conceitos que informam uma pesquisa e, assim, inscrevem-na entre diálogos já estabelecidos. Corre-se o risco, no entanto, especialmente numa

⁸ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998, p. 25.

⁹ Idem. *Ibidem*, p. 22.

¹⁰ Eric HOBSEBAWN. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

¹¹ Carlo GINZBURG. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

singela monografia, de que as contribuições teóricas e metodológicas sejam tomadas como se fossem apenas ferramentas de compreensão dos objetos, ou ainda, e pior, meros argumentos de autoridade para justificar formas banalizadas de entendimento.

Esta monografia procura evitar esse risco. As referências conceituais mobilizadas como instrumentos comprometem o aproveitamento dos conteúdos dessas obras, esvaziando-as de sentido e pervertendo o valor do debate acadêmico. No entanto, mesmo que procure se afastar do alinhamento estrito a um paradigma, a pesquisa deve muito à ideia de História como conhecimento mediado por um *paradigma indiciário*¹².

O pensamento sobre os vínculos entre o particular e o universal é tão ou mais velho que o próprio Pensamento. Mas isso não desmente que C. Ginzburg seja o responsável por caracterizar determinada apropriação do todo através da parte como um fazer próprio também do conhecimento histórico, um procedimento caro ao historiador moderno, procedimento de conhecer uma realidade mais ampla, invisível em sua totalidade, através de um exame semiótico de seus *rastros*, seus *sinais*, seus *indícios*.

Na verdade, mais do que a apropriação instrumental do *paradigma indiciário*, importa para este projeto a possibilidade metodológica de recorrer ao detalhe para, razoavelmente, tratar de Deus, como sugere a epígrafe que C. Ginzburg toma emprestada de Aby Warburg¹³. Como se insistiu, o valor da metonímia como figura de linguagem e pensamento, se ele se confirma, é o que nos permite abordar 68 e a ditadura militar brasileira, temáticas tão ampliadas, a partir de aspectos específicos da passeata de 26 de junho daquele ano, no Rio de Janeiro. É a permissão para abordar o minúsculo e, ainda assim, falar da História; a condição de uma micro-História, e não uma história em migalhas.

¹² Idem.

¹³ Idem. Ibidem, p. 143.

1.2 68 pelo mundo

“A Primeira vez que vi a Cinemateca Francesa, pensei: só os franceses, só os franceses poderiam ter um cinema num palácio”¹⁴ Os Sonhadores (Bertolucci, 2003)

Se em 1968 houve um *Meia-Oito*, nesses termos, que consideramos na seção anterior, isso se deve, em primeiro lugar, aos franceses, tanto no plano das ações como no plano dos discursos que se construíram sobre elas. Ainda que essa proeminência seja discutível e discutida, o mosaico de 68 tem na França sua peça principal: o *Maio francês* – mais uma datação transformada em movimento político. Peça porque parte, peça porque drama, o evento, que conquistou o signo de acontecimento da história universal e influência para todo o planeta, começou em salas de aula da periferia de Paris.

Estão sedimentadas na historiografia as infinitas e infinitesimais frentes de batalha que abriram os estudantes franceses. Lutavam contra a tradicional estrutura universitária do país, sua hierarquia, sua composição marcada por privilégios sociais e regionais, seu isolamento em relação à sociedade. Esperavam conquistar outra posição no funcionamento da Academia, posição menos subordinada aos professores, mais participativa, democrática e, sim, poderosa; esperavam reformular os currículos, os conteúdos, os métodos de ensino e pesquisa, as práticas docentes e discentes, em favor de uma comunidade acadêmica mais horizontal, com maior autonomia para os alunos e bem mais próxima das questões e dos interesses da geração que assistia às aulas, e não da que as ministrava.

Essa *revolução da Universidade* não seria restrita aos muros dela. O novo mundo universitário tinha como projeto essencial a ampla transformação da sociedade francesa. As profundas mudanças almejadas pelos estudantes começavam no espaço acadêmico, mas se propunham a alterar toda a vida social. A nova universidade seria o ponto de partida de comportamentos, valores, estilos,

¹⁴ **Os Sonhadores**, dirigido por Bernardo Bertolucci e produzido por Jeremy Thomas. Fox Searchlight Pictures, 2003.

gostos também novos ou em processo de afirmação. Ao mesmo tempo, essa universidade seria o ponto de chegada desses mesmos elementos culturais, que forneceriam suas novas características e sustentariam seus projetos.

A política estudantil era, assim, não o conjunto das pautas da categoria, mas aquela concebida pelos estudantes e dirigida a toda a sociedade – ou contra o *status quo* dela. A *revolução da Universidade*, mãe e filha de ideias estruturalistas, começaria ou terminaria por derrubar a França de De Gaulle, dos pais e da Velha Europa, ou não seria revolução alguma. Os lemas “A imaginação no poder”, “É proibido proibir” e “Seja realista: peça o impossível” tornaram-se, mais que palavras de ordem, programas de ação dos franceses. “Os slogans de 1968 não eram simplesmente a expressão de uma contracultura de alheamento, apesar de um evidente interesse em chocar a burguesia (...). Queriam derrubar a sociedade e não simplesmente escapar dela”¹⁵.

Os jovens franceses tinham suas próprias referências, mas as manifestações da contracultura da juventude dos anos 1960 “fluíam como nunca através das fronteiras (...)”¹⁶. A música popular, a moda, o comportamento, o estilo e o sexo nos *Swinging Sixties* eram experiências transnacionais. Para quem pensasse viver uma “revolução cultural”¹⁷, tudo sugeria que as instituições políticas e os costumes cotidianos comunicavam-se vivamente, que os mesmos problemas contaminavam as duas pontas da teia, que as mudanças deveriam passar, necessariamente, de um lado a outro. Também havia a percepção de que o mundo político não era uma terra distante, reservada a alguns exploradores. Ao menos, entendia-se que não deveria sê-lo. A sensibilidade tanto da dimensão cotidiana da política quanto da dimensão política do cotidiano convidou muitas pessoas a práticas que até então pareciam restritíssimas e aproximou os mais amplos sonhos da vida comum.

¹⁵ Eric HOBBSBAWM. Op.cit., p. 227.

¹⁶ Tony JUDT. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 401.

¹⁷ Eric HOBBSBAWM. Op.cit., p. 290.

O rock, os discos, o jeans, as drogas, os anticoncepcionais e a minissaia transformaram ou começaram a transformar centenas de milhões de vidas. Os jovens de 68 escancaravam esses novos costumes, que se pautavam pela transgressão, por alternativas à civilização e à sociedade tradicional. “De acordo com a ênfase em estilo, a geração dos anos 60 insistia em *parecer* diferente”¹⁸.

Em relação à nova intelectualidade e sua cultura política, 68 marca o advento da Nova Esquerda, que se intitulava assim desde 1965. Depois da crise do comunismo stalinista e dos PCs na Europa, iniciada nos anos 1950, o marxismo revigorava-se em outras interpretações e facções políticas e partidárias. Os socialismos críticos à experiência soviética foram resgatados do ostracismo e incensados como escritos proféticos de um novo tempo. Rosa de Luxemburgo, Georg Lukács, Antonio Gramsci e, sobretudo, Leon Trotski, que cumpria melhor as vezes de dissidência moscovita, tornaram-se as grandes referências teóricas da esquerda europeia, ideólogos cujas ideias estavam preservadas por serem apenas ideias.

A Nova Esquerda também estava alicerçada em novos nomes. Régis Debray e sua teoria revolucionária do foquismo, subsumida da Revolução Cubana, eram do conhecimento de todo universitário rebelde, ao menos em vulgata. A crítica de Herbert Marcuse, sobre o projeto moderno racionalista e cientificista como instrumento de dominação e repressão do homem, inclusive como repressão de energias e pulsões fundamentais, como as sexuais, converteu-se em paradigma para as teses do estudantado revolucionário. O próprio Marx era outro e jovem. Foi reelaborado, lido agora em escritos da juventude, os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*, em que aparecia mais humanista e romântico e menos materialista e científico.

“Mas a retórica marxista que acompanhava os eventos, embora bastante conhecida, escondia um espírito essencialmente anarquista, cujo objetivo imediato era a suspensão e a humilhação da autoridade”¹⁹. Foram as bandeiras

¹⁸ Tony JUDT. Op.cit., p. 402.

¹⁹ Tony JUDT. Op.cit., p. 415.

negras do anarquismo não dogmático que fecharam 1967 e inauguraram a Era de Aquarius, a despeito do que enunciasse a tradição revolucionária.

O *Maio*, que desde a realização foi envolvido em abstrações e mitologias, começou a ganhar forma em março, ainda que suas origens históricas possam ser remontadas em durações muito mais longas, é claro. Os estudantes de Nanterre rebelaram-se depois da prisão de um colega que atacara o edifício da *American Express*. O episódio tornou-se uma referência de luta, e o Movimento 22 de Março, cujo nome fazia memória daquela repressão, enfrentou a polícia e ocupou a faculdade, sob liderança de Daniel Cohn-Bendit, o “Dany le Rouge”, e Jean-Pierre Duteuil.

O governo fechou as portas de Nanterre, mas os protestos extravasaram a periferia de Paris e alcançaram o *Quartier Latin*. Novamente as barricadas eram erguidas na esquina da *rue Gay-Lussac*, mesmo ponto em que haviam sido levantadas contra os nazistas em 1944 e nas revoluções de 1830, 1840 e 1871²⁰.

“O ministro da Educação, escritor Alain Peyrefitte, mandou fechar a Sorbonne, que foi imediatamente ocupadas pelos estudantes e declarada território livre da repressão, como na Idade Média, quando os guardas do rei não podiam atravessar as fronteiras da universidade sem licença do reitor”²¹

Os estudantes da *Sorbonne* e de outras célebres instituições de ensino superior passaram a realizar outras barricadas, ocupações, manifestações e choques com a polícia. Sua principal arma era o *pavê*, o *pavimento*, as pedras de calçamento das ruas parisienses²². Arrancado, ele municiaava quem se dispusesse a enfrentar as forças do Estado e, num símbolo magnífico de violência revolucionária, ao mesmo tempo destrutiva e criativa, pavimentavam os novos e utópicos rumos da França. “Sob o pavê, a praia”. O jornal do movimento chamava-se *Le Pavé*, tábua contra a escrita oficial, caminho novo que se construía para o mundo e arma de alcance incalculável, que deveria bater com a força de um

²⁰ Eric HOBBSAWM. Op.cit., p. 275.

²¹ Márcio Moreira ALVES. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 24.

²² Manuela Carneiro DA CUNHA. Maio de 68 no Quartier Latin. IN: **Mediações**. P. 9-11, v. 12, [n. 2], jul./dez., 2007.

pedregulho – nesse sentido, o nome lembra no Rio de Janeiro o notório *Tijolaço*, de Leonel Brizola, guardadas as várias e nítidas diferenças entre si.

A palavra ainda permitia outras metáforas de crucial importância. O *pavé* era a materialização do poder que pertence ao chão das ruas e dele emana. Além disso, o desempregado, aquele que para nós *está na rua*, em francês está sobre o *pavé*. Desse modo, a simbologia do movimento estudantil articulava-se com outro movimento, com que formou uma importante frente integrada: os milhões de trabalhadores do país, inconformados com as recentes perdas salariais, as condições de trabalho e as relações com seus patrões.

A crise política ganhou nova dimensão quando os trabalhadores aderiram maciçamente às jornadas. Houve greve nas grandes montadoras da Renault e em diversos setores importantíssimos da indústria de base. Além de centenas de passeatas, multiplicavam-se ocupações de fábricas e de mais universidades, tanto na capital como nas províncias. Assim como acontecia entre os estudantes, o movimento dos operários não estava controlado ou dirigido por qualquer partido ou mesmo por um líder político já estabelecido, que pudesse se aproveitar daquela força.

Em comum, estudantes e operários eram os fracos, em espaços superlotados e administrados indevida e antiquadamente por autoridades discutíveis; frustrados em sua condição social, estavam sempre excluídos dos processos decisórios, controlado por uma antiga elite quase inacessível, que disciplinava as atividades deles. Os protestos franceses então reuniam multidões que alcançavam a ordem da dezena de milhões de pessoas.

O Maio, entretanto, morreu de véspera, ou pelo menos começou a morrer no dia 30, quando 700 mil pessoas foram às ruas de Paris apoiar o presidente De Gaulle. O governo dissolveu a Assembleia e convocou eleições parlamentares, de que saiu com maioria absoluta. A fórmula “Reformas, sim, bagunça, não”, que De Gaulle expôs a público assim que voltou de sua estratégica

retirada para a Alemanha, no auge dos conflitos, pareceu triunfar junto ao eleitorado da França²³.

Não é preciso, nesta altura, avaliar a derrota do movimento francês e sua desmobilização política, resultados que se repetiram em todos os eventos reunidos sob o símbolo de 68 pelo mundo e que, sem dúvida, caracterizam a imagem do ano-acontecimento. Esta monografia pretende trabalhar com os resultados do 68 a partir da Passeata dos Cem Mil. Para responder a essa questão é necessário, antes, entrevistá-la nessa escala internacional.

O 68 também deve seu emblema a outro movimento. A leste da Cortina de Ferro, o evento de 1968 mais notável aconteceu na Tchecoslováquia. A chamada *Primavera de Praga* foi, em todo o mundo, o processo mais ligado à política partidária e institucional, em razão dos limites impostos por um regime comunista a livres ações e manifestações da sociedade civil. Vale dizer, nesse sentido, que os tchecos e eslovacos formavam, em termos percentuais, a população com maior número de filiados ao Partido Comunista.²⁴

Aquela *Primavera* pode ter começado no outono do stalinismo, quando a revisão dirigida por Nikita Krushev iniciou, já no fim da década anterior, uma reorganização do comunismo internacional. O revisionismo foi muito bem recebido pelos eslovacos e principalmente pelos tchecos. O PC local promoveu a reabilitação de muitos presos e outras vítimas da repressão, delineou planos de recuperação econômica, que passavam por abertura de determinados mercados, e promoveu certa liberalidade para os círculos artísticos e intelectuais do país.

O processo foi encaminhado com lentidão pelo governo, temeroso de que Moscou avaliasse que as mudanças poderiam ameaçar a integridade da Internacional, sobretudo da hegemonia russa sobre ela. Mas já nos primeiros dias de 1968 os acontecimentos provocaram rápidas transformações históricas.

²³ Márcio Moreira ALVES. Op.cit., p. 26.

²⁴ Tony JUDT. Op.cit., p. 445.

Em 5 de janeiro, o Partido Comunista da Tchecoslováquia elegeu como seu primeiro-secretário um candidato que endossava o projeto reformista, o eslovaco Alexander Dubcek. O presidente do país, Antonín Novotny, removido da liderança partidária depois de 15 anos, assistiu ao estreitamento de sua autoridade até que renunciou à presidência, em 22 de março, dia de fato decisivo para 68. O governo passaria ao general Ludvík Svoboda e mais tarde a Oldrich Cerník.

A nova articulação lançou a base da reforma logo a 27 de março. O *Programa de Ação* previa autonomia da Eslováquia, ampliação do revisionismo sobre cassações e expurgos, garantia de liberdades civis e políticas, restrição da censura e alguma abertura econômica. Além disso, o *Programa* sinalizava a democratização do processo político, pela liberdade da organização partidária.

As medidas alargaram a popularidade do governo e do partido, mas os enfraqueceram decisivamente, em função das relações com a União Soviética. A consolidação do apoio popular a Dubcek não convenceu Brejnev de que a reforma contribuía para aumentar a autoridade moscovita. Ao contrário, ela indicava para o mundo outro projeto socialista, que não passava por Moscou. Em *Pós-Guerra*, Tony Judt descreve assim o cálculo – e o erro – dos planejadores de Praga e Bratislava:

“Enquanto a Tchecoslováquia permanecesse fiel ao Pacto [de Varsóvia] e inequivocamente aliada a Moscou, Leonid Brejnev e seus colegas certamente deixariam os tchecos em paz. Porém, por volta de 1968, a União Soviética preocupava-se menos com a segurança militar do que com a possibilidade de o partido perder o controle sobre o monopólio”²⁵.

A *Operação Danúbio*, para a invasão de Praga, já era tramada pelas principais lideranças militares e de inteligência soviéticas desde o fim de março de 1968. Em julho, Polônia, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria confirmaram a aliança firmada no Pacto de Varsóvia e pressionaram a Tchecoslováquia com uma “carta fraternal” [idem], que exigia alinhamento estrito do país ao bloco. Em 21 de agosto, a coalizão desembarcava na capital tcheca com blindados transportados por aviões *Antonov*. A invasão contou com a colaboração de muitas correntes

²⁵ Idem. *Ibidem*, p. 447.

dissidentes do partido e da polícia política local, com relações fisiológicas com a URSS. As principais lideranças do PCT foram imediatamente levadas presas, inclusive Dubcek.

As tropas do Pacto, orientadas a agir com moderação, evitaram incidentes e violência desproporcional. A operação pautava-se por toques de recolher, blecautes e demonstrações de poder, que apenas desencorajassem a resistência. De fato, ela foi pequena em termos de enfrentamento militar, mas houve alguma mobilização política. Os estudantes protestaram e chegaram a entrar em pequenos confrontos com os soldados. A *Rádio Praga* funcionou clandestinamente e, mesmo proibido, saiu o jornal *Rude Pravo*. A população desfilava com fitas vermelhas brancas e azuis na lapela. Um pouco mais ameaçadoras para os invasores foram alguns atentados contra as tropas e, sobretudo, mobilizações para a greve operária. Mas predominou a lógica da *resistência passiva*.

Os soviéticos trataram de impor a *normalização* do país. Dobrando as lideranças tchecoslovacas encarceradas a assinarem tais compromissos, Moscou restabeleceu a censura, dissolveu as organizações civis que a reforma havia permitido, cuidou de manter a autonomia eslovaca e afastou personagens politicamente perigosas, sobretudo quadros intelectuais. Também houve ao longo do mundo socialista repressão àqueles que manifestarem apoio aos tchecos. Foi apenas o princípio da “prolongada agonia”²⁶ da Primavera de Praga. A tutela soviética permaneceria por mais de duas décadas.

O Terceiro Mundo também “estava em convulsão, desde a Bolívia até o Sudeste da Ásia”²⁷. Os processos de descolonização, dinamitados desde a Segunda Guerra, ferviam Ásia e África. Os países menores da Europa tremiam pelas ações libertárias radicais dos movimentos separatistas e de autodeterminação.

²⁶ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. **1968 – a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p. 42.

²⁷ Tony JUDT. Op.cit., p. 412.

Na América Latina, avançavam as esquerdas nacionalistas antiimperialistas e as organizações de trabalhadores, mas também as reações conservadoras²⁸.

No México, o movimento de 68 aspirava a uma reforma democrática. O Partido Revolucionário Institucional dominava o governo há décadas, engessando e pervertendo a democracia. De outro lado, a economia alcançou números de indubitável progresso, sobretudo no pós-guerra, transformando o país em moderno ou semi-moderno²⁹. Essa contradição estava encarnada em 1968. A capital sediaria em outubro os Jogos Olímpicos. Exposições de arte universal, concertos, apresentações artísticas de companhias de todos os continentes e grandes encontros internacionais celebravam a cosmopolita modernidade mexicana. “Mas, no contexto da rebelião juvenil e da repressão que se seguiu a ela, tais celebrações pareceram gestos espetaculares com os quais se queria ocultar a realidade de um país abalado e apavorado pela violência governamental”³⁰

As manifestações juvenis foram apoiadas por amplos setores da sociedade. Alguns estudantes estavam ligados à extrema esquerda, mas o movimento era essencial e prioritariamente reformista e democrático. Cobrava diálogo do governo com o movimento estudantil, supressão da tipificação penal do delito de opinião, libertação de presos políticos e destituição do chefe de polícia. É possível que a Manifestação Silenciosa tenha reunido cerca de 400 mil pessoas³¹.

Outros cinquenta mil estudantes centralizaram enorme passeata, que acabou reprimida com violência e muitas prisões. Os universitários da UNAM organizaram uma greve geral, montaram barricadas e mais uma passeata, dessa vez com 200 mil pessoas. Em 2 de outubro de 1968, o Massacre de Tlatelolco encerrou o 68 mexicano com um ataque fulminante e absurdo:

²⁸ Lorena HOLZMANN; Enrique SERRA PADRÓS. **1968: Contestação e Utopia**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.

²⁹ Octavio PAZ. Olimpíada e Tlatelolco. IN: Octavio PAZ, **O Labirinto da solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

³⁰ Idem. Ibidem, p. 220.

³¹ Idem. Ibidem, p. 221.

“Às 18 horas e quinze minutos luzes de bengala deram o sinal. Os falcões, com luvas brancas na mão esquerda para identificar-se, abriram fogo contra os oradores que estavam no terceiro andar do edifício Chihuahua. Os jornalistas e fotógrafos presentes foram encerrados num local do edifício até tudo terminar. Unidades de assalto, carros com metralhadoras, helicópteros e até tanques foram utilizados na selvagem repressão (...). A dimensão do crime é desconhecida. Os remanescentes do Conselho informaram a prisão de uns dois mil estudantes e que uns 500 tinham sido gravemente feridos; calculavam em 200 o número de mortos. Publicações recentes apontam entre 100 e 500 estudantes assassinados. Tal desconhecimento deve-se ao fato de que os cadáveres provavelmente foram incinerados ou jogados ao mar”³².

A carnificina não impediu que, dez dias depois, fossem inauguradas as Olimpíadas na Cidade do México, com grande festa. O 68 é a encruzilhada do desenvolvimento do México moderno e talvez da América Latina como um todo, “um desenvolvimento paradoxal em que a simultaneidade dos elementos contraditórios se condensa em dois nomes: Olimpíada e Tlatelolco”³³.

Segundo a leitura que M. P. Araújo faz sobre *Posdata*³⁴, Octavio Paz vê nas revoltas estudantis de 1968 dois movimentos de conteúdos distintos: um que se desenvolveu no interior de sociedades de abundância, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, e que colocava em xeque os próprios princípios desta sociedade – progresso, consumo, sucesso –; e outro, nos países do Leste Europeu e da América Latina, para os quais os slogans de maio de 68 pareciam distantes, e eram fundamentalmente marcados pelo nacionalismo e por lutas democráticas contra ditaduras militares ou outros regimes repressivos.

“Para Octavio Paz o movimento dos estudantes mexicanos – assim como dos estudantes latino-americanos – apresentou maior afinidade com os movimentos da Europa do Leste pois levantava, como principais bandeiras políticas, o nacionalismo e a democracia. A bandeira do nacionalismo era levantada contra o imperialismo norte-americano e a democracia era a principal bandeira política contra as ditaduras militares”³⁵

³² Enrique SERRA PADRÓS. De Berkeley a Tlatelolco: o 68 nas Américas. IN: Robert PONGE (org.). **1968: o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal, 1998, p. 69-80.

³³ Octavio PAZ, Op.cit., p. 224.

³⁴ Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 20.

³⁵ Idem. Ibidem, p. 21.

M. P. Araújo vai a Hannah Arendt e Paul Berman buscar narrativas que apostem na uniformidade dos eventos de 1968, para relativizá-las. Para a filósofa alemã, todos esses tiveram em comum a valorização da ação direta, da coragem e da participação nos processos de decisão, e também à crítica ao esvaziamento das instituições políticas. Já o jornalista americano procura mostrar que os movimentos de 68 são produtos da nova esquerda, egressa dos partidos comunistas e socialistas com que havia rompido, o que se depreende da trajetória de dezenas de lideranças que acabaram se integrando às novas organizações dissidentes e radicais.

Para M. P. Araújo, no entanto, esses dois pontos não criam uma identidade profunda entre os movimentos de 68. O argumento de Octavio Paz é mobilizado pela autora para evidenciar, antes, a alteridade que se (des)ordena em *Meia-Oito* e, portanto, para “desconstruir” o emblema. Sua apreciação não pode faltar a quem se propuser a pensar sobre o ano de 1968.

Parece ser essa também a reflexão de Tony Judt, ao concluir seu *O Fantasma da Revolução*³⁶.

“Quando Rudi Dutschke fez uma visita fraternal a Praga, na primavera de 1968, no auge do movimento reformista tcheco, os estudantes locais ficaram perplexos diante da insistência do visitante de que a democracia pluralista era o verdadeiro inimigo. Para os estudantes tchecos, a democracia pluralista era o objetivo”³⁷

Rudi Dutschke foi o mais destacado líder político estudantil da Alemanha Ocidental em 1968. A juventude rebelde e contestadora que ele representava fez com que o país tivesse uma das mais graves experiências tanto de organização estudantil de massa como de grupos revolucionários armados naquela década e na seguinte. Apesar dos diversos projetos e correntes em que esses jovens se dividiam, uma questão geracional era comum a todos eles.

³⁶ Tony JUDT. *O Fantasma da Revolução*. IN: **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

³⁷ Tony JUDT. *Op.cit.*, p. 426.

“Se houve uma geração cuja rebeldia se fundamentava na rejeição a tudo o que os pais representavam – *tudo*: patriotismo, nazismo, dinheiro, Ocidente, paz, estabilidade, lei e democracia –, essa geração foi a dos ‘filhos de Hitler’, os radicais da Alemanha Ocidental dos anos 1960”³⁸.

A República de Bonn atravessava um momento político delicado. Em dezembro de 1966, os democratas cristãos reconduziram-se ao governo tendo Kurt-Georg Kiesinger, um ex-nazista, como chanceler. A indicação revoltou os estudantes de esquerda, cada vez mais céticos em relação à democracia que conheciam. O apoio do SPD (Partido Social Democrata) a Kiesinger contribuiu para acentuar o afastamento de muitos jovens em relação à política institucional. Assim, boa parte deles formou a chamada *Esquerda Extraparlamentar Alemã*, com entrada maciça nos setores universitários.

A SDS (União dos Estudantes Socialistas), intimamente vinculada à nova esquerda, com que dividia seus principais projetos e lideranças, tornou as universidades do país centros de planejamento de um mundo novo. Como em tantos outros lugares do planeta em 1968, na Alemanha Ocidental o *status quo* estava posto em xeque pelos estudantes, que pretendiam derrubá-lo, do sistema acadêmico de aprovação até instituições do poder público, do comportamento sexual até a hegemonia dos Estados Unidos.

O movimento estudantil alemão pretendia ter somente as fronteiras-limite da utopia. Eram assuntos seus, sim, os currículos de ensino e o poderio norte-americano, simultaneamente, porque se tratavam de dois males deste mesmo pecado original: a democracia imperialista-capitalista. Os estudantes faziam, assim, um paralelo entre sua situação e à dos mal-aventurados vietnamitas. “Os dois países tinham sido divididos por forças de ocupação estrangeiras, os dois se viram irremediavelmente envolvidos em conflitos de outros povos”³⁹.

A guerra no sudeste asiático era, de fato, um dos temas preferidos da esquerda universitária alemã, radical ou moderada. Em fevereiro de 1968, passada a Ofensiva do Tet, foi realizado em Berlim o Congresso Internacional contra a

³⁸ Tony JUDT. Op.cit., p. 422.

³⁹ Tony JUDT. Op.cit., p. 423.

Guerra do Vietnã. Mas o radicalismo mobilizado dirigia-se contra as mais variadas mazelas políticas e sociais, onde quer que elas se dessem. Em junho do ano anterior, numa manifestação contra visita do Xá Reza Pahlavi ao país, o estudante Benno Ohnesorg foi assassinado por um policial com um tiro à queima roupa. Cem mil pessoas foram às ruas em protesto.

O cenário de radicalismo do *Meia-Oito* alemão estava desenhado. A população jovem, que não se sentia representada pelas instituições oficiais, enfileirava-se em organizações revolucionárias, a maioria delas maoístas e de outras dissidências do marxismo soviético, da *velha* esquerda. Cresciam também os grupos neonazistas e a violência de direita. Em 11 de abril de 1968, foi um neonazista que atentou contra Rudi Dutschke, abrindo semanas de intensos confrontos, que levaram o país ao extremo: por ampla maioria, o parlamento aprovou Leis Emergenciais, que permitiam a Kiesinger governar por decreto.

Seria possível entrar em *Meia-Oito* na Itália, no Japão, no Uruguai. A globalidade dos abalos de 1968 e a consciência que seus participantes tinham disso são fenômenos facilmente constatáveis.

“O movimento estudantil cruzava latitudes e longitudes. Ankara e Bankoc, Tunis e Adis-Abebba, Karthum e Alexandria, Dakar e Beirute. O questionamento da estrutura educacional misturava-se a questões políticas locais, convergia na denúncia da guerra do Vietnã, denominador comum de quase todos os movimentos”⁴⁰

Tal denominador, comum à juventude alemã, aos vietcongues e a dezenas de milhões de pessoas ao redor do globo, é um dos elementos que minimamente justifica a legenda 68. A reação contra a campanha militar americana motivou um sem-número de protestos desde o início do ano e em todos os continentes, inclusive na Passeata dos Cem Mil.

A Ofensiva do Tet, em 30 de janeiro, expôs as dificuldades das forças norte-americanas. O acontecimento alimentou a esperança, especialmente entre aqueles que também tinham o Tio Sam como algoz, de que a determinação

⁴⁰ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 39.

valesse mais do que a técnica, “um guerrilheiro com um bom fuzil (...) mais do que uma super-fortaleza voadora”⁴¹. Além disso, a ofensiva desgastou a imagem do governo de Washington em todo o mundo. Em março, solapado pelos reflexos da guerra na opinião pública norte-americana e internacional e pelas tensões sociais internas, que se agravavam, o presidente Lyndon Johnson anunciou que não seria candidato à reeleição no final do ano.

Rebeliões em penitenciárias e protestos contra a discriminação racial, de um lado, e violência policial e assassinatos de manifestantes, de outro, atravessaram o país em 1968. O movimento Black Power impulsionava a luta dos negros americanos por autonomia, orgulho racial e contra a discriminação. Os Panteras Negras, partido fundado em 1966, combatia a brutalidade policial nos guetos, o alistamento de negros nas forças armadas americanas, o racismo estrutural do sistema penitenciário dos Estados Unidos. Muitas de suas alas aproximaram-se de diversas correntes ideológicas vinculadas ao marxismo, e algumas chegaram a pegar em armas e defender a alternativa da violência revolucionária.

Em abril, o antirracismo sofreu este que foi seu mais emblemático atentado: o assassinato de Martin Luther King, reverendo que lutava pacificamente pela igualdade de direitos civis para todos os cidadãos, não importasse a cor da pele. Depois de 100 mil pessoas presenciarem seu enterro, o país mergulhou numa onda de protestos e conflitos que deixaria 46 mortos, 2.600 feridos e 20.000 presos, em apenas uma semana⁴². A luta armada converteu-se numa saída frequente.

O governo de Chicago e os grupos de contestação entraram em confronto aberto e violento. A reitoria da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, foi ocupada, assim como outras muitas universidades. As jornadas em Boston, Cornell, Berkeley e Ohio assemelhavam-se ao *Mai*o parisiense, em demonstração e imponência. No maio de Washington, *chicanos*, índios e porto-riquenhos juntaram-se aos negros para a Marcha do povo pobre. Em setembro, centenas de mulheres atacaram o concurso *Miss América*, em Atlantic City. Em

⁴¹ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 32.

⁴² Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 203.

outubro, Tommie Smith e John Carlos faziam a saudação *Black Power* no pódio da prova olímpica dos 200 metros rasos.

Os protestos continuaram ao longo do ano e com alguns bons resultados. Por exemplo, foi eleita congressista a primeira negra, Shirley Chisholm. Ou ainda, o governo acabou anunciando suspensão de ataques aéreos ao Vietnã. Mas em junho, Robert Kennedy, então candidato democrata à presidência da República, foi assassinado em Los Angeles. Os grupos progressistas, mesmo razoavelmente distante dos Democratas, com quem chegaram a se digladiar em agosto, tiveram uma derrota profunda quando mais tarde o republicano Richard Nixon elegeu-se presidente, em 5 de novembro.

O 68 americano é geralmente narrado mais em processos do que nesses eventos. As mobilizações contra a guerra do Vietnã, contra o racismo, contra o machismo e a dominância masculina e em favor de todo o conjunto de direitos civis que essas causas compreendiam foram os mais destacados movimentos, todos eles associados às ações dos estudantes. O pacifismo, o antirracismo e o feminismo repercutiram mundo afora e se tornaram estandartes da nova geração. Assim como os festivais de rock e o movimento *hippie*, não costumam ser tratados como fenômenos próprios dos estadunidenses, mas sim de 68.

O “Faça amor, não faça guerra”, o *Flower Power* e o *Hippie* disseminaram culturas de amor e sexo livres, experimentalismo com as drogas, valorização de referências culturais antimodernas e anticapitalistas, exaltação da juventude e defesa do meio ambiente contra a ação humana. Todo o planeta deveria girar para a Era de Aquarius.

Se não tem cabimento pensar que 68 foi um só, esses traços cosmopolitas ao menos asseveram que ele foi algum. Com ênfases neste ou naquele aspecto, 68 designa mobilizações combativas declaradamente apaixonadas, antiautoritárias e antiimperialistas, de politização dos sentimentos e problematização das relações afetivas e sexuais, levados adiante por atores políticos e sociais razoavelmente inauditos, com expectativas proporcionais à sua coragem.

Daniel Aarão Reis Filho chama atenção para mais uma característica, uma antítese intrigante: “as lutas de 1968 estiveram, sempre que adquiriram dimensão social, estreitamente vinculadas aos interesses imediatos das pessoas”⁴³, mesmo e principalmente quando se faziam mais utópicas. Condições de vida e de trabalho, pautas reivindicatórias, elementares do cotidiano, o mundo melhor dos anos 1960 começaria no “aqui e agora”⁴⁴.

O próprio Octavio Paz, citado como leitor atento das características específicas de cada 68, não deixa de pensa-las como feições da “universalidade espontânea do protesto”⁴⁵.

“O ano de 1968 foi axial: protestos, tumultos e motins em Praga, Chicago, Paris, Tóquio, Belgrado, Roma, México, Santiago... Da mesma maneira que as epidemias medievais não respeitavam as fronteiras religiosas nem as hierarquias sociais, a rebelião juvenil internacional anulou as classificações ideológicas”⁴⁶.

O entendimento cuidadoso sobre *Meia-Oito* não se deixa enganar pela generalidade dessa designação. A universalidade de 68 não extingue nem mitiga seus feitos locais. A mesma consideração que M. P. Araújo toma de H. Arendt o demonstra:

“O traço crucial das rebeliões estudantis em todo o mundo é que elas são dirigidas em todo lugar contra a burocracia dominante. Isto explica o que, à primeira vista, parece ser tão perturbador – que as rebeliões no Leste exijam precisamente aquelas liberdades de expressão e pensamento que os jovens rebeldes do Ocidente dizem desprezar como irrelevantes”⁴⁷.

⁴³ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES, Op.cit., p. 49.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Octavio PAZ, Op.cit., p. 218.

⁴⁶ Idem. Ibidem, p. 215.

⁴⁷ Hannah Arendt. Sobre a Violência, apud Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 20.

Assim, “estamos, na verdade, no reino das diferenças”⁴⁸, mas elas se tocam em muitas afinidades. A reflexão de M. P. Araújo é de fundamental importância para a compreensão histórica de 68. Ela problematiza as construções discursivas e desnuda o mito em torno do *Meia-Oito*. A simbologia do ano, ao produzir a imagem de uma revolução única e total, minimiza as disputas que se davam e suas diferentes influências, que permanecem também em disputa, pelo menos como memória. Nesse sentido, esse significado de 1968 deve ser desconstruído, ou ele sim minimizado. Entendidas essas ressalvas, no entanto, 68 faz todo sentido – outros sentidos.

1.3 68 local – Rio de Janeiro

João Quartim de Moraes, mais um na condição de historiador e personagem do 68 brasileiro, chama atenção para a preponderância das estruturas e conjunturas locais nos acontecimentos do país naquele ano. Em termos simples e definitivos, lembra que “a mobilização estudantil de massa desencadeou-se primeiro no Brasil – e não na França”⁴⁹. O *Maio de 68* guarda relações importantíssimas com os cariocas e brasileiros *sessenta-e-oitismos*, mas essas relações não são de causa e efeito. “Não houve sombra de coordenação em escala internacional”⁵⁰.

Mesmo que se escrevesse uma história enciclopédica sobre 1968 no Brasil que se restringisse ao ano, que considerasse exclusivamente o que aconteceu entre 1º de janeiro e o réveillon, essa escrita seria terrivelmente lacunar. Pensar sobre o Brasil em 1968 exige, entre outras coisas, ponderar o *antes*, o *depois* e que relações são guardadas entre essas temporalidades. Pensar sobre o 68 brasileiro, ou

⁴⁸ Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 20.

⁴⁹ João Quartim de Moraes. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 1989, p. 2. Disponível em:
http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v012/a_mobilizacao.pdf

⁵⁰ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES, Op.cit., p. 49.

sobre qualquer outra questão histórica, é articular o passado com outros tempos, outros espaços e mesmo outras questões. É a articulação que atribuiu significados históricos, no caso deste trabalho, a 68 no Brasil. Formam-se sentidos para os acontecimentos conforme eles são associados aos processos sociais, culturais, políticos, econômicos que o antecedem e sucedem.

Esta seção articula os eventos de 1968 em seu contexto histórico local. Como já ficou claro, o ponto para que convergem as reflexões desta pesquisa é um único evento, de um só dia, a Passeata dos Cem Mil. A manifestação, que se notabilizou por esse nome na memória e na história, é considerada, nesses mesmos registros, “a grande mobilização”⁵¹, “a maior demonstração de coragem”⁵², “o ponto mais alto”⁵³, “o principal símbolo”⁵⁴ dos movimentos em 1968 no país. Esse destaque não pode ser assumido automaticamente. Ele precisa ser interpelado com crítica, para que se entendam quais específicos significados estão impressos nessas formas de compreensão – o que fica para o terceiro capítulo, que trata dos significados da Passeata e, por sua causa, do que se chama 68. Por ora, até para poder debater tais significados, basta situar o evento em seu contexto no Rio de Janeiro e, por sua causa, no Brasil.

É possível começar a contar a Passeata no momento em que a multidão concentrou-se, ou nas reuniões governamentais que, na véspera, acabaram por autorizá-la, ou nas assembleias dos estudantes e de outros grupos de oposição que a organizaram, ou nos confrontos entre polícia e populares na semana anterior, enfim, é possível retroceder *ad infinitum* para encontrar um ponto de partida para essa história. Muitas das práticas e categorias mobilizadas pelos manifestantes datam da Antiguidade Clássica. A duração histórica estabelecida pela narrativa depende de seus propósitos e pode, assim, transitar entre segundos ou milênios.

⁵¹ Evandro TEIXEIRA, **1968 Destinos 2008: Passeata dos 100 mil**, Rio de Janeiro: Textual, 2007, p. 102.

⁵² Idem. Ibidem, p. 81.

⁵³ João Quartim de Moraes. Op.cit., p. 2

⁵⁴ Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 23.

Quem procura pela *origem histórica* de determinado acontecimento está condenado a voltar toda vez ao princípio da existência. O conhecimento histórico não deve nutrir esse essencialmente frustrante “ídolo das origens”⁵⁵, como chamou Marc Bloch, mas se aproximar de elementos do passado de acordo com o que baste às suas questões.

O objetivo de avaliar a manifestação que, em primeiríssimo lugar, protestava contra a ditadura e concentrava diferentes projetos de fazer tombar o mesmo regime, sugeriu começar por uma singela anotação sobre o golpe de 1964 e seu impacto no processo político.

São muitas as *versões e controvérsias sobre o golpe*⁵⁶. Um parágrafo não pode resenhar essa discussão, muito menos justificar seu entendimento sobre ela. Em todo caso, independentemente das razões imediatas e das concepções que tenham movido os golpistas e seus entusiastas, um efeito que pode ser atribuído à derrubada de João Goulart foi o de impedir a “transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada (...) [em que] vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político”⁵⁷ – como escreveu Florestan Fernandes e enfatizou Caio Navarro de Toledo. Programado para tanto ou não, este pode ser pensado hoje como “um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira”⁵⁸.

Assim, o *coup d'état* contra João Goulart e a ordem constitucional que presidia produziu, como uma de suas mais graves consequências, o aniquilamento da expansão da democracia brasileira.

⁵⁵ Marc BLOCH. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 56.

⁵⁶ Carlos FICO. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, [n.47], p. 29-60, 2004.

⁵⁷ Florestan Fernandes. **Brasil, em compasso de espera**, apud Caio Navarro de TOLEDO. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, [n.47], p. 13-28, p. 14.

⁵⁸ Caio Navarro de TOLEDO. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, [n.47], p. 13-28, p. 14.

O golpe, no entanto, foi obrado em nome da democracia, de uma democracia que funcionava no triângulo tradição, família e propriedade e que via as reformas de base como ameaças sindicalistas e comunistas e penetração vermelha. O processo político fechou-se para uns, mas aparentemente se abria para outros, exatamente aqueles que se arranjaram para depor o presidente e imaginavam substituí-lo, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, e todos os seus apoiadores. Para disputar os despojos, os golpistas, civis ou militares, começariam a se dividir e a redefinir alianças.

O jogo de oposições estava aberto para eles. Até o final de 1965, as legendas políticas que apoiaram o golpe, como a UDN (União Democrática Nacional) e o PSP (Partido Social Progressista), seguiram vivíssimas e disputando os lugares ao sol do poder. O mesmo era verdade para algumas destacadas lideranças golpistas do PSD (Partido Social Democrático) e até do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A ação de força buscou de imediato legitimar-se pela instauração de uma “fachada democrática”⁵⁹, em que funcionava o Congresso, apesar das cassações e da posterior imposição do bipartidarismo, e havia o devido processo legal, embora a ditadura atuasse fora de sua própria lei para perseguir, torturar e assassinar. Essa fachada era uma estrutura menos para tapear o conteúdo autoritário que tinham, algo menos efetivo, e mais para normatizar esse conteúdo e reforçar a legalidade da presidência dentro do sistema político⁶⁰.

O fechamento repressor tinha alvos claros. Os homens de 1º de abril de 1964 miravam, sobretudo, as organizações de trabalhadores.

“Os trabalhadores organizados em sindicatos e partidos foram os mais atingidos pela repressão golpista. Em 1964 e 1965, diretorias de mais de trezentas entidades sindicais foram destituídas, confederações de empregados sofreram intervenção, revogaram-se conquistas trabalhistas, praticamente se extinguiu o direito de greve,

⁵⁹ Marcelo RIDENTI. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto SÁ MOTTA (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30.

⁶⁰ Marcos NAPOLITANO, **1964: História do Regime Militar no Brasil**, São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 79.

além das prisões e dos processos contra trabalhadores acusados de subverter a ordem democrática”⁶¹

O movimento que depôs Goulart pretendia desmobilizar as articulações políticas que o presidente encabeçava e que davam sustentação a seu governo. Combateu os sujeitos, os grupos e as instituições ligadas ao trabalhismo. A “revolução democrática” que supunham realizar vinha violentar a política trabalhista e desbaratar as complexas e múltiplas relações entre o Estado e os sindicatos, relações entendidas, vale repetir, como infiltrações comunistas e sindicalistas nocivas à vida nacional. Qualquer traço que pudesse minimamente ser identificado como sinal de esquerda, de revolução ou de reformas agudas era tratado como perigo vermelho e, assim, os trabalhadores não foram os únicos alvos da ditadura.

“Comunistas e reformistas em geral foram especialmente visados, como os lavradores que lutavam pela reforma agrária, os integrantes de movimentos de marinheiros e de sargentos que contestavam a hierarquia militar, líderes do movimento estudantil e outros”⁶².

Camponeses, funcionários públicos, militares, intelectuais, artistas, estudantes, foram muitos os golpeados. O governo Castello Branco promoveu ou tolerou arbitrariedades e crimes contra esses grupos, com humilhações, ameaças, afastamentos, exclusões, assassinatos. Seus políticos de referência foram cassados ou neutralizados. As Ligas Camponesas terminaram desconjuntadas e seus integrantes sofreram especial violência. Houve caça as bruxas nas Forças Armadas. Decretou-se a ilegalidade da UNE (União Nacional dos Estudantes) e das UEEs (União Estadual dos Estudantes). Os partidos de inspiração marxista, embora já operassem clandestinamente na conjuntura anterior, contavam com relativo grau de tolerância das autoridades governamentais e policiais nos tempos de João Goulart. A partir de abril de 1964, no entanto, essas agremiações passaram a ser ferrenhamente perseguidas.

⁶¹ Marcelo RIDENTI. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto SÁ MOTTA (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 32.

⁶² Idem.

Portanto, os grupos que repudiavam a ditadura tiveram suas representações políticas abatidas ou esvaziadas. A oposição de esquerda foi eliminada ou varrida para a ilegalidade. A violência golpista, de um lado, e a autocrítica que se fez em relação à nula resistência ao golpe, de outro, converteram-na numa plêiade de pequenas organizações, com severas restrições umas às outras⁶³.

Do nacionalismo de esquerda surgiram o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), ligado ao ex-governador Leonel Brizola, e minúsculos organismos como o MAR (Movimento de Ação Revolucionária), a RAN (Resistência Armada Nacionalista), a FLN (Frente de Libertação Nacional) o MR-21 (Movimento Revolucionário 21 de abril) e o MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março).

Do PCB (Partido Comunista Brasileiro) haviam se criado mesmo antes de 1964 o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), além da célula trotskista PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), mas foi na ditadura que o partidão verdadeiramente se fragmentou.

Sua política de transição democrática deu margem ao racha com o grupo que formaria a ALN (Aliança Libertadora Nacional), em São Paulo, em torno de Carlos Marighella, e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), no Rio de Janeiro, sob Mário Alves. O PC do B também rachou em PCR (Partido Comunista Revolucionário) e Ala Vermelha, ala que se cindiria noutras duas organizações. Por sua vez, a ligação de quadros da POLOP com o MNR deu origem à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), em São Paulo, e uma fração da organização criaria o COLINA (Comando de Libertação Nacional), em Minas Gerais. Juntos VPR e COLINA constituiriam a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), que não demoraria a enfrentar cisões.

⁶³ Marcelo RIDENTI. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

A lista não para por aqui. Formaram-se outras muitas dissidências, principalmente nas bases estudantis que rompiam com a cúpula do partidão, as chamadas DI's. A DI-RS, por exemplo, fundiu-se com uma fração da POLOP para criar o POC (Partido Operário Comunista). As lideranças da Passeata dos Cem Mil – Vladimir Palmeira, Cid Benjamin, César Benjamin, Daniel Aarão Reis Filho, Franklin Martins, Carlos Alberto Muniz – compunham a DI-GB, que, com a DI-RJ, originariam mais tarde o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

Da esquerda católica veio outra organização de grande penetração social, a Ação Popular. A AP, criada no fim dos anos 1950, era uma radicalização à esquerda dos grupos que compunham a Ação Católica Brasileira (ACB). Este movimento, fundado nos anos 1930 para aproximar juventude católica leiga da Igreja, abrigava a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), entre outros núcleos. As diferenças político-ideológicas entre as bases juvenis e o episcopado causaram, no quadro dos acirramentos partidários nos anos 1960, o progressivo desligamento dos quadros da ACB, sobretudo da JUC. Os jucistas, proibidos de participarem dos diretórios acadêmicos regulares, romperam com a hierarquia, aproximaram-se de orientações socialistas e deram corpo à AP, que rapidamente hegemonizou o movimento estudantil, levando José Serra à presidência da UNE. No entanto, como toda a esquerda do pós-golpe, a AP sofreria fragmentações.

1968 foi o ano em que muitas dessas organizações despontaram, muito em função das diferenças cada vez mais aguçadas. Essas diferenças podem ser alinhavadas a partir da contribuição de Marco Aurélio Garcia⁶⁴, que Ridenti resume assim:

“Elas divergiam quanto ao caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), sobre as formas que a luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada; se armada, guerrilheira ou insurrecional; centrada no campo ou na

⁶⁴ Marco Aurélio GARCIA. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. IN: Reginaldo MORAES et al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense: 1986.

cidade), sobre o tipo de organização política necessária para conduzir a revolução (partido leninista ou organização guerrilheira)”⁶⁵.

Também não podem ser desprezados os pontos de contato entre essas organizações, especialmente o maior deles, o escopo de derrubar a ditadura. A primeira ameaça ao regime, no entanto, veio de dentro, da ressuscitada aliança entre PSD e PTB, que venceu as eleições estaduais de 1965 para Guanabara e Minas Gerais. As vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro – que “vinham da pura cepa do conservadorismo nacional” e “não podiam ser chamados de oposicionistas, porque oposição nunca tinham feito”⁶⁶ – mostravam que o governo ditatorial não contava com uma máquina eleitoral que garantisse a vitória de um candidato seu à presidência. Carlos Lacerda, o grande fiador civil do golpe e provável nome para a sucessão presidencial, perdera em casa. Seu candidato, Flexa Ribeiro, foi derrotado pelos cariocas.

Castello Branco, que já arrancara do Congresso a extensão de seu mandato até 1967, baixou o AI-2. O Ato acabava com as eleições diretas, transferia os processos políticos para a Justiça Militar, reabria a temporada de cassações e seu Ato Complementar nº4 estabelecia o bipartidarismo, com Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A ditadura restringia ainda mais a oposição que consentia, mas alargava a insatisfação popular.

“Boa parte da classe média conservadora que tinha aplaudido a queda de Goulart começou a questionar o governo Castelo e, por consequência, o próprio regime (...). Vários segmentos ampliaram o coro da oposição. O Congresso, um dos focos do golpismo contra Goulart, resolveu voltar a fiscalizar o governo, instalando várias Comissões Parlamentares de Inquérito (...). Adhemar de Barros e Carlos Lacerda rompiam definitivamente com o governo (...). Em São Paulo houve até um arremedo de rebelião ademarista, que não deu em nada, mas selou o destino do polêmico governador, que acabou cassado. Carlos Lacerda (...) teve uma sobrevida maior”⁶⁷.

⁶⁵ Marcelo Ridenti. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto SÁ MOTTA (orgs.), **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 33.

⁶⁶ Elio GASPARI, **A Ditadura Envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 239.

⁶⁷ Marcos NAPOLITANO. Op.cit., p. 84.

O último suspiro de Lacerda foi a Frente Ampla. Em 1966, o udenista acertou aliança com Juscelino Kubitschek, antigo adversário, então exilado em Lisboa. No ano seguinte, chegou a vez de incorporar um nome ainda mais improvável: o ex-presidente João Goulart, que vivia a deposição e o exílio em Montevideu. Mas bastou uma canetada do general Jayme Portella de Mello, homem-forte do governo Costa e Silva, para que a coligação fosse posta na ilegalidade, em abril de 1968.

O exercício da cidadania estava, assim, recolhido a um perímetro mínimo, em paulatino encolhimento, o que aumentava a importância e o valor dos veios que resistiam ao processo. E foi o estudantado que organizou a maior resistência.

Não foram poucos os percalços. As entidades estudantis sofreram intervenção desde o primeiro dia da ditadura. A UNE teve sua sede *atacada* e incendiada no Primeiro de Abril. Assim como essas entidades, as principais instituições de ensino superior sofreram ataques, expurgos e devassas, os famigerados Inquéritos Policiais e Militares (IPMs). A Lei Suplicy de Lacerda, de novembro de 1964, criou diretórios vinculados às administrações universitárias e ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), empurrando a UNE e centenas de centros acadêmicos para a ilegalidade.

Ainda assim os estudantes eram forças remanescentes, que se articularam em suas próprias agremiações clandestinas ou foram massificar outros grupos de oposição, muitos dos quais passaram a depender fundamentalmente desses novos contornos estudantis. “Quando se tomam os dados referentes a organizações que atuavam desde antes de 1964, é possível mostrar que o peso proporcional que os estudantes tinham então nessas organizações era muito menor do que aquele que viriam a representar na composição das esquerdas nos anos seguintes”⁶⁸, à exceção expressiva dos grupos armados nacionalistas.

⁶⁸ Marcelo RIDENTI. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 114.

O crescimento relativo da importância política dos estudantes alargava forçosamente sua pauta. É o que comenta César Benjamin: “em 1968, se havia um problema nos ônibus, a referência política dos rodoviários era o pessoal estudantil”⁶⁹. Ao mesmo tempo, não se desfaziam as bandeiras do alunado, pelo contrário, elas ganhavam mais traços e mais cores.

“[os estudantes] reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões, mais verbas para pesquisa – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Os estudantes também contestavam a ditadura implantada com o golpe de 1964 e o cerceamento às liberdades democráticas”⁷⁰.

Os recursos governamentais para o ensino superior despencaram vertiginosamente e a oferta de vagas estagnou-se⁷¹. O movimento dos *excedentes*, os vestibulandos aprovados que não eram absorvidos pelo baixo número relativo de matrículas, foi uma das mais fortes pressões de 1967 e 1968. Esses processos aconteciam simultaneamente ao aumento da demanda por cursos superiores e aos projetos de reforma universitária, do governo e das oposições, o que instaurou uma gravíssima crise na Educação do país⁷².

Os universitários e secundaristas reclamavam mais verbas, melhoria nas infraestruturas, assistência aos estudantes mais pobres. Exigiam também a adaptação dos currículos acadêmicos às necessidades nacionais, o aumento da participação dos discentes na gestão das faculdades e a abertura do ambiente universitário a novos comportamentos e relações sociais. Assim, suas demandas ora se aproximavam ora se afastavam da rebelião estudantil internacional.

Um ponto que causava indignação visceral aos estudantes brasileiros era o Acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development). A parceria entre a ditadura e o governo americano visava a uma

⁶⁹ Idem. *Ibidem*, p. 136.

⁷⁰ Ricardo ANTUNES; Marcelo RIDENTI. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. IN: **Mediações**. v. 12, [n. 2], p. 78-89, jul./dez., 2007, p. 80.

⁷¹ João Roberto Martins Filho. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987, página 123.

reforma universitária e de ensino baseada no modelo dos EUA e que previa inclusive o ensino obrigatório de inglês. O projeto interessava ao Tio Sam para ampliar sua influência sobre a América Latina, influência que parecia ameaçada pela Revolução Cubana e pelas aproximações geopolíticas soviéticas. Para o governo brasileiro, o MEC-USAID significava uma alternativa autoritária aos planos de reforma que se produziam no movimento estudantil e nas universidades desde o início da década.

“Os estudantes brasileiros entenderam essa iniciativa como uma ingerência injustificada e descabida dos Estados Unidos na educação brasileira e denunciaram o aspecto tecnicista que enxergavam no acordo. Também denunciaram a submissão ideológica e intelectual (...)”⁷³.

O governo tratava a política estudantil como atividade subversiva e vazada por infiltrações comunistas e cubanas. Não reconhecia legitimidade em seu caráter oposicionista, logo as negociações falhavam desde a origem. A relação da ditadura com o estudantado foi se definindo cada vez mais pela truculência policial e pela combatividade resistente dos universitários, que não cediam espaço. O conflito tomou grandes proporções pela primeira vez na *Setembrada* de 1966, um conjunto de manifestações em muitas capitais brasileiras, a que se respondeu com força bruta. O episódio mais marcante dessas jornadas foi o chamado Massacre da Praia Vermelha, em que centenas de estudantes foram cercados na Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ e espancados pela polícia da Guanabara.

As opções políticas de que dispunha o alunado brasileiro eram tão penosas e limitadas quanto imprescindíveis para o país. O problema de até onde deveriam ir os *fronts* do movimento foi crucial. Em 1968, além dos grupos vinculados às diretrizes do PCB, ele cindia os estudantes em pelo menos duas correntes, que disputavam entre si o controle da União Nacional dos Estudantes (UNE). A União Metropolitana dos Estudantes (UME), no Rio, e a União Estadual

⁷² Rodrigo Patto Sá Motta. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷³ Maria Paula ARAUJO. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 158.

dos Estudantes (UEE), em São Paulo, ambas controladas pelas Dissidências regionais do PCB, concentravam-se nas reivindicações próprias da massa estudantil. Já a Ação Popular (AP), que presidia a UNE, com Luís Travassos, priorizava as denúncias políticas e a luta geral.

A diferença era de ênfases e prioridades⁷⁴. Lutar contra o imperialismo era enfrentar os acordos MEC-USAID, e vice-versa. Ambos implicavam em um jeito inovador de entender a sociedade e o papel que o alunado deveria assumir em relação a ela. Qualquer que fosse essa nova mentalidade, teria que ver tanto com a reivindicação de categoria como com o exercício contundente do civismo político. Na prática, as duas orientações estavam em disputa pelo controle das entidades e pelo fortalecimento das organizações políticas e das lideranças com que se relacionavam, mas suas pautas eram potencialmente complementares.

Em transversais, “as lutas do movimento estudantil de 1968 centraram-se inequivocamente em dois eixos fundamentais: na luta antiditatorial e na campanha pela transformação da Universidade”⁷⁵.

Assim, o 68 dos estudantes cariocas e brasileiros e a Passeata dos Cem Mil integram um conjunto de mobilizações contra a ditadura que o golpe instaurou. Ao fazer parte de uma série, portanto, esses movimentos apresentam alguma unidade substantiva. Por outro lado, não são simples continuidades uns dos outros. 68 é, ao menos em parte, resultado das ações de novos grupos, outras pessoas, novas composições da oposição, muitas vezes formadas de rupturas das organizações anteriores. E nem todos os projetos de *Meia-Oito* podem ser amistosamente reunidos. Muitas ações também são implementações de novas estratégias e táticas políticas, inclusive críticas e refratárias daquelas que já existiam e eram praticadas. Finalmente, 68 pode ser diferenciado em razão de suas propaladas demandas apaixonadas e de suas aspirações megalômanas.

⁷⁴ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 13.

⁷⁵ João Roberto Martins Filho. Op.cit., página 43.

68 no Brasil remonta, portanto, a 1964 e à reconfiguração das oposições de esquerda, mas seu primeiro episódio foi o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março. Desde janeiro já ocorriam manifestações pelo aumento das vagas nas universidades, contra a censura à arte e por outras exigências que marcariam 68. A luta dos excedentes havia invadido a reitoria da USP uma semana antes. Mas a primeira grande mobilização, que amplificou a importância histórica desses acontecimentos do início do ano e condicionou os meses seguintes, foi mesmo a que se seguiu à criminosa ação policial que vitimou Edson Luis, no Calabouço.

Calabouço era como os dez mil frequentadores diários chamavam o restaurante da UME, que atendia aos estudantes e a quem mais precisasse falsificar uma carteirinha para ter o que comer, por dois cruzeiros. Ficava quase em frente ao aeroporto Santos Dumont, onde esteve até recentemente a ligação do Aterro com a Avenida Perimetral. Em 1966, para permitir a construção da pista e sob pretexto de reformar a região para uma reunião do FMI, o governo anunciou o fechamento do restaurante.

Em resposta, os estudantes organizaram a FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço), com Elionor Brito na presidência. A mobilização foi consistente e, embora o governo tivesse logo demolido o prédio, no segundo semestre de 1967 Negrão de Lima entregou um novo “Calaba”, no Castelo. Como o edifício fora inaugurado ainda inacabado, o movimento seguiu cobrando das autoridades o término das obras. No dia 15 de janeiro de 1968, houve uma passeata sem maiores incidentes. No dia 28 de março, diante de outro protesto, o tenente da PM Alcindo Costa atirou.

“Acertou o peito de Edson Luis de Lima Souto, de dezessete anos, protótipo do ‘calaboçal’. Migrante nortista, pobre e secundarista, não tinha militância política (...). Pela primeira vez desde 1964 surgia um cadáver na luta entre o regime e os estudantes (...). A PM tentou levá-lo para o Instituto Médico Legal, mas os estudantes foram para a Assembleia Legislativa, usando-o como aríete (...). No dia seguinte o Rio de Janeiro acordou com aquele garoto morto nas primeiras páginas dos jornais (...)”⁷⁶.

⁷⁶ Elio GASPARI. Op.cit., p. 278.

O velório na Assembleia, o cortejo fúnebre até o cemitério São João Batista e o enterro, já na sexta-feira do dia 29, tornaram-se grandes atos públicos, de que participaram mais de 50 mil pessoas, inclusive centenas de crianças. Com os estudantes à frente, as cerimônias congregaram sindicalistas, artistas, professores, políticos e setores da Igreja. A imprensa deu grande cobertura aos acontecimentos, que comoveram o país. Realizaram-se manifestações públicas em Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Petrópolis, Niterói, a maioria delas organizadas por estudantes.

O movimento estudantil alçava-se à liderança da oposição à ditadura, e passava a expressá-la. No sepultamento de Edson Luis, formou-se um comitê popular com representantes de diferentes segmentos sociais, com intelectuais, políticos e até mães. Essa comissão seria arranjada outra vez, na Passeata dos Cem Mil.

A nova multidão tinha voz poderosa: “Mataram um estudante. Podia ser um filho seu”. A sentença de protesto conclamava a se manifestar contra aquela violência qualquer pai, mãe ou pessoa que se compadecesse da dor daquela perda, mas a exclamação tinha destinatários mais específicos. Gritava pela solidariedade dos que tinham filhos estudantes, ou seja, pelo apoio de homens e mulheres de classes médias que formavam o grosso da tal opinião pública.

A ameaça à imagem do regime o fez se mexer rapidamente. Ele não esperou sequer uma semana para proibir passeatas, mas nem tudo nesses sete dias podia ser controlado. Como disse um dirigente estudantil, “duas coisas não se pode proibir em nenhuma ditadura. (...) O enterro e Missa de Sétimo Dia (...). Então vamos chamar 10.000, 20.000, quantas pessoas puder”⁷⁷.

Assim como o enterro, a missa de sétimo dia não foi proibida, de fato, mas na Guanabara o governo fez pior. A polícia cercou a Candelária, aguardou o fim da celebração e, quando as pessoas começaram a sair da igreja, investiu a

⁷⁷ Pseudônimo Fábio, apud Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968.**

cavalaria contra todos, indistintamente. Os padres, de mãos dadas, ensaiando um cordão de proteção à população, nada puderam fazer, senão escapar ou apanhar também. O governo prometera à sociedade e ao clero que não reprimiria a missa, mas ao fim estava sem qualquer controle sobre seus cassetetes e animais.

Contudo, diante da repercussão do crime do Calabouço, os eventos não se restringiram mais à questão estudantil, como o governo a chamava até então. O assassinato de Edson Luís e o massacre da semana seguinte, ao sensibilizarem diferentes parcelas da população, dilataram a tolerância mínima que o governo era obrigado politicamente a resguardar e, assim, o espaço de atuação das oposições. Sem deixar de considerar os outros movimentos revolucionários e contestatórios do período, até porque em boa parte estavam entrecruzados, este trabalho se volta para os estudantes da Guanabara e do Rio de Janeiro, que promoveriam a Passeata dos Cem Mil.

Com a nova conjuntura social favorável ao *diálogo* e sua participação destacada nas manifestações em torno de Edson Luis, o grupo da UME e da Dissidência hegemonizou a política estudantil. Perdiam espaços a AP, que não acreditava em negociações com as autoridades públicas e, assim, distanciava-se dos setores moderados, e o PCB, que desmoronava junto à esquerda das faculdades. No movimento estudantil liderado pela DI, “a política educacional do governo será o alvo principal da crítica”, com “um refluir para as escolas, para as lutas setoriais e locais”⁷⁸. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, que também compunha essa liderança, “em junho, o transbordamento das reivindicações para as ruas será mais consistente e orgânico. Expressará a maturação de uma discussão mais elaborada das reivindicações: verbas, currículos, métodos de ensino, relações entre professores e alunos”⁷⁹.

As divisões em São Paulo também se esgarçaram. A Dissidência estava no controle das entidades estudantis, através do Movimento 22 de agosto, desde o fim do ano anterior, mas em abril e maio de 1968 completou-se, não apenas

⁷⁸ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 15.

⁷⁹ Idem.

no plano estudantil, mas no partidário, o processo de ruptura entre o PCB e os grupos armados. Antes mesmo do episódio do Calabouço, a esquerda armada jogara uma bomba contra biblioteca do consulado americano, acirrando os ânimos. Ainda assim o assassinato de Edson Luis provocou uma leva de passeatas e ocupações, em clima de permissividade. A mais importante dessas manifestações ocorreu na comemoração do 1º de maio. O partidão negociou um palanque dividido com o governador Abreu Sodré, mas os estudantes e o Agrupamento Revolucionário de São Paulo, racha que se fez com Marighella, destruíram a cerimônia e atiraram pedras e até uma batata contra o governador.

No Rio de Janeiro, a força estava com a organização estudantil, que além da simpatia entre parcelas da classe média tentava atrair o apoio dos trabalhadores, e oferecer o seu aos sindicatos. No entanto, o 1º de maio carioca foi um fracasso. A comemoração operária, realizada e composta pelas lideranças da UME e do PCBR, em dia de chuva e Flamengo vs Vasco, teve mais estudantes que trabalhadores. Mas foi logo em seguida que começou o planejamento para invadir o prédio do MEC, em junho.

O mês começou com greves, piquetes e as notícias de Paris. O movimento prometia episódios decisivos para aqueles dias. Luís Raul Machado, vice-presidente da UNE, zombava e ameaçava: “nossos generais podem ficar tranquilos. O que aconteceu na França não vai repetir-se no Brasil. Vai ser muito pior”⁸⁰.

No dia 19, a tentativa de invadir o pátio do MEC foi frustrada pela força da polícia. Começavam as batalhas campais da Semana Sangrenta. Armados de paus e pedras, universitários e secundaristas montaram barricadas, primeiro na Avenida Rio Branco, depois em frente ao Jornal do Brasil, próximo à Presidente Vargas. A proporção do confronto aumentou a repressão. A Polícia do Exército foi enviada a campo, e os estudantes bateram em retirada.

⁸⁰ Revista **Realidade**. Rio de Janeiro. Jun. 1968, p. 28.

Mas o conflito no Centro do Rio continuou até as dez da noite. Alguns populares, que não tinham nenhuma ligação com o movimento estudantil, permaneceram enfrentando as tropas, principalmente os *office-boys*. Mais uma vez a televisão, os jornais e as rádios dedicaram-se a cobrir o confronto, inclusive em regime de plantão.

O DOPS tratou de buscar as lideranças rebeldes. Vladimir Palmeira precisou deixar seu apartamento para não ser detido. Jean Marc von der Weid, dirigente da AP, foi preso quando passava de ônibus pelo Passeio Público, acusado de incendiar um caminhão do exército. Ele apenas testemunhara a ação, mas um cabo o reconheceu como culpado. A sua soltura, assim como a de outros companheiros, foi uma das principais exigências que os Cem Mil levaram à Passeata. Muitos presos naquela tarde foram direto da delegacia para a manifestação de sexta-feira.

Logo pela manhã Costa e Silva declarou que todo estudante envolvido em agitação deveria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Já o movimento estudantil carioca julgou que era dia de lutar por suas demandas caseiras, verbas e reformas curriculares. Depois de uma assembleia no Teatro da Arena, 1500 alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) decidiram invadir o Conselho Universitário e cobrar do colegiado as reformas por que lutavam.

A polícia, por sua vez, cercou a reitoria. De outro lado, as mães fizeram seu cerco, de proteção⁸¹. Repetia-se a cena do Massacre da Praia Vermelha, de 1966. Por isso, o reitor, em pessoa, tentou negociar a saída dos estudantes, mas os policiais só autorizariam a evacuação do prédio a partir das dez, e se mostravam decididos pelo enfrentamento. Nessas condições, os estudantes escolheram um massacre com testemunhas a outro pior, na calada da noite.

A Quinta-Feira Sangrenta começava. Espremidos pela porta da Rua General Severiano, aqueles quase dois mil jovens forçaram a saída e alguns

⁸¹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 21 jun. 1968.

apanharam para valer. Ainda assim, a maioria escapou de coisa pior, mas depois dos primeiros tiros de fuzil cerca de quatrocentos estudantes tiveram de se render. Além de espancados, foram levados ao campo do Botafogo F. R e humilhados. Alguns PMs urinaram nos detidos, molestaram as moças e distribuíram pontapés.

“Assim como ocorrera em março com a morte de Edson Luis, o Rio de Janeiro acordaria em sobressalto, com as primeiras páginas dos jornais exibindo lúgubres fotografias de garotos deitados no escuro, debaixo das botas da polícia. Com uma diferença: dessa vez os jovens não eram secundaristas anônimos ou biscateiros ‘calaboçais’. Eram os dourados filhos da elite”⁸².

Dessa vez a cobertura da imprensa fez-se em clima de revolta. Na manhã do dia 21, os jovens foram cedo à Praça Tiradentes e prepararam passeata em direção ao MEC. O apoio da população era incontestável. “Nesse dia, (...) as ruas abriram alas para nós”⁸³. No caminho, os manifestantes passaram por uma construção e se aproveitaram dela como se fosse um arsenal. Diante do aparato policial bem mais equipado, montado à frente do Ministério, mudaram a trajetória, e a pancadaria começou mesmo na Avenida Rio Branco.

A Sexta-Feira Sangrenta terminaria no fim da tarde. É possível que 28 pessoas tenham morrido⁸⁴, entre elas quatro policiais⁸⁵. A escalada da violência abalou o Poder Público e pôs a maior parte da sociedade ao lado dos estudantes. Em Copacabana, intelectuais reuniram-se na mesma noite e acertaram uma nova manifestação, pacífica, para a semana próxima. Os artistas fariam sua convenção no Teatro Gláucio Gil, para chegar às mesmas conclusões.

No Flamengo, as lideranças estudantis e as forças políticas da Dissidência, do PCBR e da AP, que comandaram as ações até então, soltaram um Manifesto e definiram que deveria ser feita grande manifestação unitária e de massa. O plano dos estudantes para uma “passeata-monstro”⁸⁶ servia aos demais idealizadores, mas foi o projeto da cúpula do estudantado que venceu (n)as ruas, no

⁸² Elio GASPARI. Op.cit., p. 293.

⁸³ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 124.

⁸⁴ Maria Ribeiro do VALLE. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. IN: Mediações. v. 13, [n. 1/2], p. 34-53, jan./jun. 2008, p. 38.

⁸⁵ Elio GASPARI. Op.cit., p. 294.

⁸⁶ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 15.

dia 26. Estavam dadas as condições do tal *diálogo* de 68, como expôs Maria Ribeiro do Valle.

“Nesta conjuntura, o ‘diálogo’ é proposto pelos mais diversos setores militares e governamentais como contenção das agitações estudantis: por meio dele buscam mostrar a sua disposição para atender as questões estritamente educacionais, isolando a massa dos autênticos estudantes das lideranças subversivas. Mantém, ao mesmo tempo, sua atitude de repressão às manifestações de rua. Por outro lado, a defesa do ‘diálogo’ (...) faz parte da tática de desmascarar o caráter violento do governo. Tática que busca chegar ao enfrentamento com as forças da repressão.⁸⁷”

Este “diálogo” seria a Passeata dos Cem Mil.

A Passeata é narrada e descrita no próximo capítulo, então não há razão para que esse conteúdo seja antecipado. Mas seria inadequado encerrar a contextualização da Passeata sem levar em conta o espaço em que se realizou, porque, assim como ele é aproveitado e transformado por essa realização, certamente a condiciona e a delimita. O espaço, entendido tanto em sua dimensão física quanto em sua dimensão simbólica, e nas interações que se dão entre ambas, não é palco de uma manifestação, não é mera superfície de acontecimentos, mas sim um componente desses acontecimentos, parte integrante e substantiva de sua realidade.

“(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia⁸⁸”.

Essa forma de entendimento pode ser exemplificada com o nosso objeto. A Passeata dos Cem Mil é também o seu espaço. A manifestação seria outra se ele fosse outro. Quando passou pela sede do *Jornal do Brasil*, a multidão exclamou contra os últimos editoriais do diário⁸⁹, o que tornava a relação entre governo e imprensa mais um objeto do protesto. Em vez de se dirigir à Central do Brasil, ponto de dispersão das jornadas anteriores, a Passeata atravessou toda a Avenida Rio Branco e foi até a Candelária, para lembrar os confrontos após a missa de sétimo dia de Edson Luís e reforçar sua condição de legado daquela jornada.

⁸⁷ Maria Ribeiro do VALLE. Op.cit., p. 37.

⁸⁸ Milton SANTOS. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978, p. 145.

⁸⁹ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

Que a Passeata tenha acontecido nas ruas permitiu sua massificação, alargou sua publicidade, ultrapassou sua característica estudantil, transformou suas exigências numa defesa ampla da cidadania brasileira. O espaço, público, fazia daquele um ato público – e popular. O efeito propagandístico e a ideia da passeata como demonstração de alguma força ou postura dos manifestantes são lembranças marcantes nas memórias sobre 68 e aquele episódio, como o terceiro capítulo apresenta.

Que a Passeata tenha sido no Rio de Janeiro fez ressoar sua importância. As ações estudantis de 68 são geralmente relacionadas às cidades em que se deram, no Brasil e em vários outros países. Os acontecimentos em São Paulo foram e ainda são considerados paulistanos, ou paulistas; em Belo Horizonte, são mineiros. No Rio de Janeiro, o protesto não foi carioca, mas brasileiro. A Passeata dos Cem Mil é pensada prioritariamente como evento da história do país, movimento de todo seu povo e território. A cidade definiu o significado político da Passeata, quando lhe emprestou seu simbolismo de referência nacional. A morte de Edson Luís e a morte de Ivo Vieira, dois dias depois, em Goiânia, repercutiram na época e continuam a repercutir, como memória, em frequências absolutamente diferentes.

O Rio é um espaço que precisa ser significado para além dos limites territoriais da cidade. Se a sede da República fora transferida para Brasília em 1960, por outro lado em 1968 ainda existe o Rio de Janeiro *cidade-capital*. Nesse sentido, era o centro e a cabeça da vida política e cultural do país, como se fosse ele mesmo o próprio país. A cidade estava dotada de *capitalidade*, para usar o conceito tal qual ele foi formulado por Giulio Argan⁹⁰ e apropriado no Brasil, para o Rio de Janeiro, por Margarida de Souza Neves⁹¹.

Que o ato tenha tomado o Centro do Rio paralisou não só o trânsito como as atividades do dia, levou o governo a tentar esvaziá-lo com a decretação de

⁹⁰ Giulio ARGAN. **L'Europe des capitales**. Genebra: Albert Skira, 1984.

ponto facultativo, chamou atenção da sociedade para aquilo que parecia suspender a ordem regular das coisas, colocou o miolo da cidade sob controle das oposições clandestinas.

O *Centro* do Rio não é o ponto mais nuclear da região metropolitana. Sua centralidade tem que ver com a *posição* de parte mais ativa das dinâmicas comerciais, financeiras e de outros serviços da cidade; de sítio em que se movimentam, concentram e encontram as funções do poder político e sua administração, os distintos populares e seus grupos sociais, os mais diversos interesses etc.

Enfim, a espacialidade, que é o espaço considerado em seus atributos materiais, concretos e objetivos e também abstratos, valorativos e histórico-culturais, constitui um contexto inescapável de um evento, literalmente. Como um conjunto de referências e signos concatenados, a espacialidade é de fato um texto que se entrecruza com os acontecimentos. A leitura analítica da Passeata deve, portanto, fazer também a leitura da cidade.

O espaço, portanto, como um complexo de elementos socioculturais, influencia os processos que nele se dão e, simultaneamente, sofre influência deles. Nesse sentido, o espaço é um produto social, porque resultado dos processos históricos, dos modos de produção da vida social. Existe, assim, uma dialética entre espaço e sociedade, que nos obriga a vê-los sempre em articulação, uma vez que constituem categorias interdependentes. O Rio de Janeiro é, hoje, um espaço construído pela Passeata, que não deixa de ser um contexto seu. De fato, temos diante de nós um enorme palimpsesto.

A Passeata assinalou-se na paisagem do Centro do Rio de incontáveis maneiras. Em *Os Carbonários*, Alfredo Sirkis lembra como os manifestantes imprimiram suas palavras de ordem e a si mesmos naquele espaço.

⁹¹ Margarida de Souza NEVES. Brasil, acertai vossos ponteiros. IN: **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1991.

“Caixas de papelão cheinhas de sprays eram repartidas pelas calçadas e todos íamos deixar nossa marca pelo cimento da metrópole. O centro ficou prolixamente coberto de frases contra a ditadura e reivindicações estudantis. Depois que terminou o preto e o vermelho, de todas as cores: azul, verde, dourado, prateado e rosa ‘shock’”⁹².

As pichações foram apenas uma dessas maneiras. A Passeata, além disso, fez chover sobre o centro. Choveu torrencialmente sobre a Avenida Rio Branco: papel picado. A multidão impávida passou em conagraçamento, laureada pelas pessoas que a acompanhavam o desfile desde os escritórios. A Rio Branco tornou-se, no chão, avenida do triunfo da livre cidadania e, no alto, frisa para os que participavam como expectadores, das janelas de suas ocupações abafadas. Essa passarela não foi jamais desmontada. De 26 de junho de 1968 em diante, todo dia em que houve grande manifestação ali o ritual repetiu-se, assim como a chuva de papel. O serviço de meteorologia mais preciso do país é este: em dia de protestos, chove na Rio Branco.

O espaço pode se transformar radicalmente mesmo que sua aparência permaneça intacta. Mudam seus significados. Nesse sentido, um espaço pode funcionar de maneira diferente, pode ser sentido e experimentado de maneira diferente ou pode simplesmente representar outros elementos, que se apegam a ele pela memória. O espaço, assim, também pode ser um *lugar de memória*, ou seja, um lugar “onde a memória se cristaliza e se refugia”⁹³.

Em *Barra 68*⁹⁴, os ex-estudantes da Universidade de Brasília contam inúmeras lembranças dos confrontos daquele tempo apenas ao olhar uma árvore, uma parede, uma quadra esportiva. A Rua Araújo de Porto Alegre guarda o abraço do CAEL (Centro Acadêmico Eduardo Lustosa) da PUC-Rio com a FUEC⁹⁵. As barcas que fazem a travessia entre Rio e Niterói podem muitos anos depois provocar a recordação de que serviram para levar os estudantes da UFF e seus cartazes, confeccionados ali mesmo.

⁹² Alfredo SIRKIS. **Os Carbonários** apud Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**.

⁹³ **Barra 68 – Sem Perder a Ternura**, filme escrito e dirigido por Vladimir Carvalho. Rio Filmes, 2001.

⁹⁴ Pierre NORA. Entre memória e história: a problemática dos lugares. IN: **Projeto História**, [n. 10], São Paulo, dez. 1993, p. 7.

⁹⁵ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18

Ainda em relação às transformações do espaço, vale trazer uma observação feita por Simone Cunha⁹⁶. As manifestações no Rio de Janeiro passam a ocorrer no espaço da Passeata dos Cem Mil. Aconteceram entre a Cinelândia e a Candelária o comício das Diretas Já, de abril de 1984, a Caminhada pela Paz, em novembro de 1995, o *Fora Collor*, de agosto de 1992, e, cabe acrescentar, as maiores Jornadas de junho de 2013 no Rio de Janeiro – e para 2013 aparece quase que necessariamente o nome da cidade, para marcar o maior regionalismo que tem os eventos cariocas e a própria cidade nesse ano, que ainda reverberam nacionalmente, mas de modo bem menos central e monofônico que em 1968.

Como lugar de memória, aquela espacialidade tornou-se o estádio das manifestações políticas, a *rua*. Nem todas as grandes mobilizações reivindicatórias do Rio de Janeiro acontecem nesse circuito Cinelândia-Candelária. As Marchas da Maconha, as Paradas do Orgulho Gay e as manifestações de 2015 contra o governo Dilma, por exemplo, realizaram-se em outros locais. Parece que os atos da Cinelândia, da Rio Branco, da Presidente Vargas e da Candelária inscrevem-se numa tradição, associam-se ao legado daquele espaço – e assim o reelaboram –, reclamam seus símbolos, suas cerimônias, suas unções. Existe algo comum entre esses atos, algo que o espaço escolhido determina e que determina a mesma escolha.

Existem pontos de encontro entre as manifestações do Centro e as outras, não há dúvidas. Aliás, as Marchas da Maconha e as Paradas do Orgulho Gay tem muito que ver com a contracultura de 68. Mas a particularidade da espacialidade parece importar um fator intransferível: a rua ou a praça pública – aquelas ruas, aquele espaço público – como lugares de onde os governados tem o direito de contestar os governantes. A maioria das mais monumentais manifestações de Cinelândia-Candelária, desde a Passeata dos Cem Mil, questionam os respectivos governos e reclamam que eles se dobrem à *vontade das ruas*. Inversamente, Cinelândia e Candelária formam o local apropriado, e a palavra

⁹⁶ Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968.**

é exatamente essa, para os protestos que tenham esse escopo e essa concepção política.

Também se referindo à Praça Floriano, à Cinelândia, mas para tratar da experiência da Brizolândia, João Trajano Sento-Sé descreve assim tal concepção:

“Ir a praça equivale, fundamentalmente, a romper com as práticas viciadas e burocratizadas das instâncias organizacionais e decisórias do partido. É dispor-se a enfrentar a aleatoriedade e a diversidade do espaço da rua, aceitando todas as suas implicações. Representa uma percepção francamente espontaneísta e ativista da atuação política”⁹⁷.

Simone Cunha também percebe que a reação dos alvos do protesto confirma, pela negativa, o vínculo entre essa forma de cidadania e sua espacialidade. A autora sublinha o que um senador disse, em 1984, sobre as 800 mil pessoas que tomaram aquele apertado recinto para a campanha das *Diretas Já*.

“O Rio não é Atenas, nem a Candelária o palco de uma democracia grega, para decidir a forma de eleição do Presidente da República.”⁹⁸

O senador era Aloysio Chaves, do PDS do Pará, líder do governo no Senado. Nomeado reitor da UFPA por decreto de Médici, Aloysio Chaves colaborou na coordenação da Reforma Universitária na década de 1970. Para ele, 11 de abril foi apenas um “showmício”⁹⁹, que atraiu enorme multidão apenas por causa da presença de artistas, e o governo deveria reagir a qualquer possibilidade daquele movimento popular resvalar na legitimidade da instituição parlamentar, idônea representação da vontade do povo. “Se houver qualquer constrangimento ao Congresso na votação da emenda das diretas, as medidas de emergência virão”¹⁰⁰.

⁹⁷ Sento-Sé, 1997. 336 apud Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**

⁹⁸ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 11 abril 1984, capa.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 11 abril 1984, p. 5

Em seguida, voltou a negar qualquer legitimidade decisória à rua: “votaremos contra a emenda porque as decisões são tomadas aqui, e não na Candelária”¹⁰¹.

A Passeata dos Cem Mil tornou Cinelândia-Candelária o lugar institucional ou *pseudo-institucional* da política não-institucional. Desqualificar essa condição, mesmo quando a desqualificação assume caráter de proteção e garantia de *outros* preceitos democráticos, é negar que aquele espaço seja o centro da cidade, ou melhor, da *Cidade*; negar que o Rio de Janeiro seja *polis* e seus populares os cidadãos de uma democracia em sentido clássico ou antigo, quer dizer, participantes diretos do processo de tomada de decisão¹⁰².

O apagamento da espacialidade da Passeata também é nítido. Seu espaço não está delimitado por um nome específico. É uma realidade que a palavra não considera, uma coisa cuja singularidade não está reconhecida e não foi apropriada, por nossos usos e linguagens, para constituir um vocábulo. É um espaço que corre o risco de não existir. Tanto é assim que expressões como Centro do Rio, centro da cidade não são precisas o suficiente para designar-lhe. Por exemplo, aqui foi preciso recorrer à estranha fórmula “Cinelândia-Candelária” para significar o que, de fato, ela não significa.

Avenida Rio Branco. Avenida Nilo Peçanha. Avenida Almirante Barroso. Avenida Araújo de Porto Alegre. Rua da Assembleia. Rua Sete de Setembro. Rua do Ouvidor. Rua do Rosário. Rua Buenos Aires. Rua da Alfândega. Rua Teófilo Otoni. Visconde de Inhaúma. Rua Visconde da Gávea. Avenida Passos. Rua da Conceição. Rua Uruguaiana. Rua Miguel Couto. A toponímia lembra, sem fazer lembrar, personagens e referências da Colônia, do Império e da República, conta uma história cuja grandiosidade pode ser sentida, na pompa e nos títulos, mesmo pelos que a ignoram. Mas esqueceu, nem faz lembrar, a Passeata, os Cem Mil ou seus legatários, que somos todos aqueles a quem a cidadania pertence.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Moses FINLEY. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Capítulo 2



Figura 1

2.1

Quem chegasse à Praça Floriano na manhã de 26 de junho de 1968 estaria na multidão. Mesmo antes das 11 horas, o horário previsto para a concentração da passeata, já estavam reunidas a partir das escadas da Assembleia Legislativa mais de uma dezena de milhar de pessoas¹⁰³ e caracterizada, assim, a maior manifestação pública de oposição à ditadura desde que ela se instaurara em 1964.

Também antes das 11 horas um choque da PM dobrou a Avenida 13 de maio em direção à Rua Evaristo da Veiga. A grande maioria nem notou sua presença, mas ele arrebatou a atenção de um grupo mais próximo, que se suspendeu em silêncio imediatamente.

Ora, durante os últimos dias, as notícias, as vozes das lideranças estudantis, as declarações das próprias instituições governamentais, os comentários à boca pequena, enfim, tudo garantia que o ato daquela quarta-feira não sofreria qualquer repressão enquanto fosse pacífico, mas bastou a viatura aparecer para um milhar de pessoas que, então, veio um milhar de silêncios.

O carro logo passou, e levou embora consigo uma saraivada de vaias, em alívio, protesto e comemoração¹⁰⁴. As vaias foram ainda maiores, mais dedicadas e mais nervosas para atingir um helicóptero da FAB que, esse sim, ostentava sua supervisão e sobrevoava insistentemente a Cinelândia e os manifestantes, desde mais cedo¹⁰⁵.

Esses arroubos de apreensão, mesmo quando nos parecem esdrúxulos, e talvez principalmente aí, são outros *indícios*, no sentido que temos acompanhado a partir de Carlo Ginzburg¹⁰⁶. Esse ânimo exaltado tinha razão de ser naquela experiência e pode ser pensado em função das circunstâncias em que se dava a manifestação, dos acontecimentos que a precederam e a condicionaram, das questões que se colocavam em jogo ali e de tantos outros fatores decisivos, mesmo que insondáveis. Voltaremos adiante a tais fatores para pensar o que eles indiciam – nos limites dos interesses e das capacidades deste trabalho, é evidente.

Este capítulo pretende compor apropriadamente elementos narrativos e descritivos sobre a passeata, elementos que servem ou podem servir exatamente como referências indiciárias, como o exemplo dos episódios de inquietação dos manifestantes concentrados.

Além disso, levar em conta alguns traços componentes da passeata como esses, de natureza mais informativa, não é tentar colorir ou encantar o texto e seu objeto, mas sim estabelecer uma compreensão que esteja vinculada a esses mesmos traços, uma entre inúmeras outras que seriam e são possíveis – por exemplo, alguma que descartasse tais conhecimentos, como aqui se descartam ou se ignoram outros muitos. Fatos, ocorrências, movimentos, personagens, ações,

¹⁰³ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p.18.

¹⁰⁴ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁰⁵ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁰⁶ Carlo GINZBURG. Op.cit.

enfim, *informações* que podem até passar por detalhes ou curiosidades dispensáveis, na verdade – e o pleonasmo é muito significativo – *informam* determinado pensamento, são elementos constitutivos de determinada compreensão.

É hoje lugar-comum na historiografia o entendimento de que a seleção desses elementos factuais está sempre subordinada às diversas circunstâncias subjetivas de quem as interpreta, mesmo com todo rigor que o intérprete queira e deva ter – e também por causa desse rigor. Ou seja, a seleção de referências não é, porque não pode ser, procedimento puramente objetivo, isento dos limites e das possibilidades do selecionador. Ao mesmo tempo, a interpretação, igualmente por rigor de vontade e dever, submete-se àquilo que os fatos permitem e dão a pensar, ou deixa de ser pensamento crítico. Em outras palavras, assim como as fontes estão comprometidas com uma inteligência, o pensamento tem ou deve ter compromisso com a matéria que conhece.

Um relato duro, um simples registro da passeata, portanto, não tem lugar neste trabalho. Além de despropositada, uma descrição desse tipo não atenderia ao objetivo geral de pensar significados históricos do evento. Nesse sentido, é preferível fazer algo próximo a uma *descrição densa*, como definiu Clifford Geertz¹⁰⁷.

Qualquer perspectiva antropológica é nesta monografia somente incidental, para dizer o máximo, senão acidental, para dizer o mínimo. Também, e por isso, não se pretende aqui dialogar sobre a pertinência ou a impertinência desse modelo de interpretação em face do quadro das teorias antropológicas.

Além disso, também não se repete aqui a paradigmática preocupação de C. Geertz com a diferença entre o significado que um gesto cultural tem para seu agente e o significado que ele tem para um observador – e, aliás, para qualquer outro a quem e na medida em que o gesto se vai transmitindo. A preocupação não se repete, primeiro, porque já está incorporada como premissa de trabalho, e portanto deve muito à sua contribuição; depois, porque este estudo,

¹⁰⁷ Clifford GEETZ. Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. IN: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ao reconhecer essa diferença semântica, não quer transportar ao presente significados possíveis implicados nos gestos de 1968, mas apenas (!) ler seus *textos* desde agora e aqui.

É assim que este capítulo encara a chamada Passeata dos Cem Mil e seus *contextos* – contextos uns em 1968, contextos outros em 2015. A passeata não aconteceu sozinha no tempo e no espaço, o que é óbvio, mas ainda assim precisa constar, não apenas para marcar vizinhanças históricas ou relações de influência, mas também para que de alguma forma sejam enquadradas historicidades do evento. A importância da cena política e cultural internacional como referência para a vida em 1968 já foi delineada no capítulo anterior, logo não é preciso repetir aquele panorama e ainda não é momento de explorar detidamente suas relações com a passeata.

Mais próxima dela, a narrativa pode começar por um recorte da vida pública brasileira no final de junho de 1968, a partir dos jornais cariocas de maior divulgação e circulação àquela altura. As edições do dia da passeata logicamente noticiaram acontecimentos estrangeiros relevantes, como episódios da guerra do Vietnã, as ações e reações do e contra o movimento negro nos EUA, o fim da censura na Tchecoslováquia e a formação de uma frente política, em torno do presidente De Gaulle, contra as esquerdas francesas. Esses são contextos significativos para que sejam entendidos a manifestação e seu entorno. Mas, até para não superestimar os contextos, é razoável partir dessa *escala* local, lembrando o conceito de Jacques Revel, sem perder de vistas outras escalas, para não acabar por subestimá-los¹⁰⁸.

A grande pauta do dia era a crise política do Brasil. Mas os jornais do dia 26 pelo país inteiro lamentavam a morte de Dona Darci Vargas. A mulher que discretamente acompanhara o mais polêmico e simbólico personagem da história republicana brasileira foi, em sua despedida, unanimemente reverenciada por essa qualidade tão cara às primeiras-damas.

¹⁰⁸ Jacques REVEL. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Aliás, Dona Darci Vargas terminou a vida como pareceu viver, protegida em polidez, no sono da madrugada e em seu apartamento no Flamengo. A morte de uma personalidade como a viúva de Getúlio potencialmente ofereceria à política mais um terreno de disputa. Mas a imagem desengajada de qualquer conflito e a fragilidade daquela aparência sugeriram outra forma, outro rito. A notícia pareceu funcionar mais como um sino ou um minuto de silêncio, enfim, um memento capaz de sustar até a combatividade de 1968¹⁰⁹.

No entanto a pauta principal era mesmo a crise que atravessava o regime, uma crise em termos de enfrentamento com as francas oposições, mas também uma crise interna ao próprio governo e seus aliados, parceiros e apoiadores.

Existia, por exemplo, uma tensão estrutural entre a Presidência e o Alto-Comando. Acompanhamos Elio Gaspari quando ele argumenta que os presidentes até Geisel eram, sobretudo, “delegados” da vontade das Forças Armadas, e acabavam “emparedados” tão logo se desalinhassem das diretrizes, intenções e interesses da instituição militar.

“(…) o governo era ‘delegado da Revolução Democrática’, que, por sua vez, tinha nas Forças Armadas, por seus chefes, sua tutora. Ou seja, em caso de necessidade os militares poderiam, em nome da Revolução, mudar o governo, ou pelo menos emparedá-lo. Assim se fizera em 1965, quando o general Costa e Silva emparedara o marechal Castello Branco.”¹¹⁰

Gaspari cita, na sequência, os outros episódios que justificam sua análise, principalmente a ascensão da junta militar em 1969, que impediu o vice-presidente Pedro Aleixo de assumir o comando do país. Independentemente desses momentos críticos, que podem ser entendidos como exceções, vale pensar que eles apresentam uma fórmula regular daquela organização do poder, em que “a figura do chefe do governo se confundia com a de representante da vontade militar, tornando-se ora seu delegado ora seu prisioneiro”¹¹¹. A clássica definição que Carl Schmitt emprega à ideia de soberania insiste exatamente em pensar que a

¹⁰⁹ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 jun. 1968, p. 15.

¹¹⁰ Elio GASPARI. Op.cit., p. 31.

¹¹¹ Elio GASPARI. Op.cit., p. 115.

figura soberana é aquela que decide entre normalidade e estado de exceção, que tem em suas mãos a todo tempo, portanto, a *norma*¹¹².

Não acompanhamos, porém, a conclusão de Gaspari. Para o autor, essa seria, assim, uma “ditadura sem ditador”, ao passo que Geisel configuraria, após o episódio da demissão do Gal. Sílvio Frota, um “ditador sem ditadura”. A conclusão é pior no que toca o governo Geisel, e portanto escapa das nossas linhas, mas basta dizer que ela é muito flexível, ou melhor, nada crítica com o conceito *ditadura*. Aliás, essas expressões são bem mais interessantes como jogos de palavra do que ideias ou conceitos. Tem pouquíssimo a dizer.¹¹³

O facciosismo das Forças Armadas, de que o próprio marechal-presidente era produto, exigia que o Executivo contivesse as disputas entre linhas que divergiam quanto ao grau de repressão e violência do regime, mesmo que, a nosso sentir, nenhuma delas mereça o qualificativo de *moderada*. Por mais que a comparação com a *linha dura* – ou as *linhas duras* – sugira amenizar algum projeto autoritário menos violento, todos eles se sustentaram em tortura, assassinato, perseguição e outras muitas formas de violência do Estado. Costa e Silva e seu grupo estavam entre os partidários do endurecimento do regime, portanto as tais moderações seriam derrotas políticas que, conseqüentemente, motivariam os figurões das linhas duras a reorganizar a casa, talvez sob nova direção.

Mas os jornais da semana são particularmente atentos a outra composição que precisava fazer o governo, composição não com os militares, mas com a ARENA. A convenção do partido, a se instalar naquele mesmo dia 26, pretendia reorganizar a governança e reparar a imagem do presidente junto à opinião pública, o que envolvia uma ampla reforma ministerial, a elaboração de um “Programa Estratégico de Desenvolvimento”, a reforma educacional, sobretudo universitária, e a solução do “impasse com os estudantes”.¹¹⁴

¹¹² Carl SCHMITT. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

¹¹³ Elio GASPARI. Op.cit., p. 35.

¹¹⁴ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 3.

Estava em jogo para o regime, em todas essas questões, sua governabilidade. Ela dependia, pois, de uma sólida articulação do poder central com seu partido instrumental, sobretudo de conseguir alinhar os interesses do Executivo com as bases locais que os quadros arenistas dominavam Brasil adentro e, assim, fazer funcionar o esquema legislativo que a ditadura militar organizara ao seu gosto e em seu favor.

É muito clara a mobilização para deter a crise em seus diferentes aspectos. Deve ficar igualmente claro que todos eles passavam pelo mesmo problema: o controle hegemônico sobre a vida política do país, em face das reações ao governo, que aumentavam. A forma de lidar com os enfrentamentos das oposições era a principal razão que dividia os situacionistas àquela altura. O desafio ao poder dividia os partidários do regime, pelo menos em dois sentidos. De um lado, esse desafio suscitava não um, mas vários projetos distintos de vencê-lo, cada qual com sua concepção sobre o papel do Estado, sua ideia acerca do uso da violência, sua tolerância em relação ao contraditório, suas cadeias de lealdade pessoal. De outro, o fortalecimento da oposição era um mote para oportunistas minarem o governo e tentarem tomar parte nele, ou até assumi-lo.

Mesmo as ações e declarações de alguns políticos do MDB não devem ser pensadas imediatamente como gestos de uma oposição continuada e persistente, porque alguns desses gestos, de quem pode flertar e se articular muitas vezes com o organismo da ditadura, talvez só façam sentido como oportunismo mesmo, como novas acomodações da casta política governante. Como oposição consentida por um governo que eliminava qualquer ameaça à situação e como partido que nascera do próprio Estado que integrava, a condição do MDB não era exatamente a de um adversário da ordem. No mínimo, é preciso passar por esse questionamento, antes de somar algumas personalidades e instituições aos nomes da resistência à ditadura em 1968.

A passeata organizada para o dia 26 e o impasse com os estudantes, como tratavam as autoridades, significavam, portanto, a consolidação de um bloco de contestação que pôs o regime em crise, também e talvez principalmente no lado governista do tabuleiro, e que o obrigou a se mover muitas vezes e a perder outras tantas.

O próprio Poder Público, tanto no plano federal como no estadual, entendia que tal questão estudantil não fora tratada devidamente, sobretudo na última semana e nos episódios da Quarta, da Quinta e da Sexta-Feira Sangrentas, dias 19, 20 e 21 de junho. O movimento estudantil enfrentava a polícia na rua, abertamente, e a desproporção óbvia da força bruta de que cada lado dispunha geralmente impunha a derrota aos estudantes, mas o vexame ao Estado. Como escreveu Florestan Fernandes, “não somos uma trincheira para ser conquistada! Vocês estão gastando canhão para matar passarinho”¹¹⁵. O governo viu-se em situação de recuar momentaneamente.

Na véspera da Passeata dos Cem Mil, cerca de 1500 alunos da UFF (Universidade Federal Fluminense) saíram em passeata pelo centro de Niterói. De sua causa, que era, no geral, a mesma que a da grande manifestação do dia seguinte, o que chamou mais atenção da mídia foi ter perturbado o trânsito da Amaral Peixoto, principal via da cidade¹¹⁶. Também no dia 25, um grupo de 500 pessoas protestou junto ao pátio do MEC, no Rio de Janeiro, contra a crise da educação pública em todos os níveis e contra o ministro Tarso Dutra, do MDB gaúcho.

O ministro, além de receber de todos os grupos políticos imagináveis críticas à gestão que fazia da pasta, também enfrentava, inclusive no Congresso, graves acusações de estelionato e de corrupção.¹¹⁷ Ele fazia a imagem mais bem-acabada que o movimento estudantil e seus apoiadores e simpatizantes tinham do estado de coisas da Educação e, assim, era alvo fácil para críticas ao governo – a que, aliás, Tarso Dutra sobreviveria, pois seu ministério continuou até Jarbas Passarinho substituí-lo, já por decisão de Médici, em 1969.

Naqueles últimos dias de junho de 1968, portanto, as Universidades da Guanabara e do Rio de Janeiro conseguiram colocar o regime autoritário em xeque. Se noutros estados a repressão seguia sem relaxar, como em Minas Gerais¹¹⁸, Pernambuco¹¹⁹, Ceará¹²⁰, Maranhão¹²¹ e Rio Grande do Sul¹²², a

¹¹⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. Op.cit., p. 68.

¹¹⁶ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 jun. 1968, p. 10.

¹¹⁷ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 e 27 de junho de 1968.

¹¹⁸ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 de jun. 1968, p. 13.

semana da Passeata foi de manifestações que se aproveitavam do recuo das autoridades.

O grande empresariado local, da indústria, dos bancos e do comércio, temeu esse arranjo de forças e tentou compor sua defesa. Suas associações de classe cobraram de Negrão de Lima que a Guanabara se abrisse às Forças Armadas. Entregaram um ofício ao governador a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado da Guanabara, a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, a Associação dos Bancos do Estado da Guanabara, a ADECIP, o Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a ACADE, o Sindicato dos Lojistas do Estado da Guanabara, a Federação Nacional dos Bancos, a Federação do Comércio Atacadista e a Associação dos Diretores de Vendas. O documento tecia uma série de considerações rasas e resumia, ao final, o que de fato interessava a seus signatários: “a colaboração das tropas federais para a preservação da ordem e da paz em nosso Estado”¹²³. Era a senha para a ampliação dos poderes da União e do presidente, que fazia colidirem as instituições e paralisá-las momentaneamente.

A passeata do dia 26 foi, assim, uma concessão arrancada do poder pelo movimento estudantil, sobretudo, e não uma costura da “caciquia moderada”¹²⁴. Luís Travassos, então presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), comemorou assim, do alto de uma *Kombi* feita de palanque na Avenida Rio Branco: “Arrancamos a legalidade desta manifestação”¹²⁵.

Para essa conquista política foi importantíssima a atuação de outros grupos sociais, como também o foram as próprias diferenças entre os governistas. Mas os estudantes encurralaram o rei entre as peças do jogo, inclusive as peças do lado dele.

¹¹⁹ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 21.

¹²⁰ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 5.

¹²¹ *Idem*.

¹²² **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 7.

¹²³ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 de jun. 1968, p. 3.

¹²⁴ Elio GASPARI. *Op.cit.*, 294.

¹²⁵ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

Os episódios da luta estudantil que abalaram a ditadura não foram exatamente *jogadas*. O assassinato de Edson Luis, a brutalidade do policiamento na missa de sétimo dia do rapaz, as jornadas sangrentas e a reação impositiva dos estudantes contra todas essas agressões inaceitáveis são os movimentos que acabaram por condicionar a Passeata dos Cem Mil. Mas a trajetória das disputas entre Estado e universitários e secundaristas não é resultado dos protocolos de uma partida, das regras de uma contenda que possa ser entendida e manobrada desde uma visão onisciente. O jogo político do Brasil de 1968 não se presta assim ao controle e ao cálculo, nem mesmo em retrospectiva, tanto que a metáfora do xadrez não deva ser exagerada, porque sequer o enorme aparato repressivo foi capaz de reduzir a vida pública brasileira, uma sociedade de massa, aos limites de um jogo palaciano.

Antônio Gramsci, ainda jovem, escreveu que a modernização transformaria o baralho que era a tradicional vida política italiana no começo do século XX em futebol, como acontecera na Inglaterra. O jogo de cartas e truques, dos salões fechados, manipulado por pessoas que agiam somente em seu próprio favor, daria lugar ao esporte a céu aberto, praticado por sujeitos associados, que dependiam cada vez mais uns dos outros¹²⁶.

Mas a transformação dos anos 60 significava uma mutação ainda maior. Em *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marquez, José Acádio Buendía, amarrado há muito a um castanheiro, recusa-se a jogar damas com Padre Nicanor, que tentava consolar sua vida solitária. Nega-se a fazê-lo, “segundo disse, porque nunca pôde entender o sentido de uma contenda entre dois adversários que estavam de acordo nos princípios. O Padre Nicanor, que nunca tinha encarado desse modo o jogo de damas, não pôde voltar a jogar”¹²⁷. É impossível, mesmo para a repressão mais poderosa, que uma sociedade complexa seja reduzida a um tabuleiro em preto-e-branco ou a um gramado, principalmente porque são infintos e inúmeros os objetivos da vida política – e essa é uma compreensão que deve também a 1968.

¹²⁶ Antonio GRAMSCI. O futebol e o baralho. IN: **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1.

¹²⁷ Gabriel Garcia MARQUÉZ. **Cem Anos de Solidão**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1967.

Assim, o governo jogou, ou melhor, agiu como pode em face das circunstâncias. Traçou o limite mínimo para se resguardar politicamente. A passeata não poderia manifestar ou redundar em violência. Mais do que distúrbio, baderna ou mesmo agressão, o governo não toleraria uma demonstração de força – força oposicionista que o substituísse no poder, uma possibilidade mais distante, ou força que sugerisse, aos adversários internos e mais próximos, fraqueza da presidência e oportunidade, um cenário bem mais nítido. Para a violência da transformação, nem tanto para a do braço ou a do fogo, Costa e Silva e seu aparato ergueram um cercado em torno do centro do Rio.

Os jornais dos dias 25 e 26 anunciam esses limites e possibilidades que cada grupo negociava e tentava desenhar para a manifestação. Aliás, com os mecanismos de representação e participação suprimidos, a declaração publicada em jornal era uma opção para a negociação e um meio de articulação. Além de noticiar seu esquema e apresentar a programação da Passeata, as páginas também fazem a preparação e os acertos do evento, com as garantias e posições oficializadas de todos os lados interessados.

O *Correio da Manhã* já traz em manchete principal que o Governo Federal autorizava a passeata e o Governo Estadual comprometia-se a manter a polícia nos quartéis¹²⁸. O *Jornal do Brasil* noticia o acordo firmado entre Negrão de Lima, Gama e Silva, ministro da Justiça e o general Siseno Sarmiento, Comandante do I Exército. Essa decisão era, como se anotou, a de conter a repressão enquanto não houvesse “agitação” e permitir aquela demonstração de “diálogo”¹²⁹.

O governador da Guanabara, espremido entre a mobilização de massa e a intervenção federal, como se disse, escudou-se atrás do poder e torceu para que Costa e Silva não precisasse rabiscar também os dispositivos constitucionais da autonomia do governo estadual, que já eram bem reduzidos. Apoio não faltaria ao presidente, os empresários garantiram, nem faltaria intenção,

¹²⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, capa.

¹²⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 3.

se fosse o caso, como ouviu o emissário enviado por Negrão de Lima a Brasília¹³⁰. Os jornais teciam essa disputa política e, assim, entravam nela.

Também ao *Jornal do Brasil* o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara reconhecia o direito de todos os membros do clero carioca a participar da manifestação conforme parecesse adequado a cada consciência. O cardeal estava sensibilizado com aquilo que o padre Vicente Adamo, presidente da Associação Brasileira de Educadores Católicos, chamou de “abusos da repressão policial”¹³¹. Assim, padres, freiras e religiosos compareceriam em peso à manifestação, o que seria determinante para as características do ato.

Muitos artistas e celebridades também prometeram presença através dos jornais. Eles organizaram duas reuniões públicas no Teatro Gláucio Gil para definir a realização da passeata, inclusive como alternativa aos planos que o movimento estudantil tinha para a manifestação, supostamente ingênuos ou violentos, mas que, ao cabo, foram os que se cumpriram na Rio Branco¹³².

É certa a preponderância dos estudantes naquela cena. Os professores da Guanabara manifestaram-se expressamente em favor deles e da necessidade da participação naquela quarta-feira¹³³. A União Nacional dos Servidores Públicos prestava solidariedade ao movimento dos “bravos e heroicos estudantes brasileiros”¹³⁴. Os bancários cariocas repudiavam a violência das autoridades¹³⁵. As lideranças estudantis aproveitavam a ampla divulgação para convocar a população da cidade, e as promessas de paz e tranquilidade funcionavam como grande trunfo de propaganda junto à opinião pública.

Produziu-se, então, um clima de confiança e encorajamento, que tinha em si mesmo um quê de vitória. Porém, na madrugada do dia 26, um atentado à bomba ao quartel-general em São Paulo matou o jovem soldado Mário Kozel Filho¹³⁶. Na edição do dia seguinte à Passeata, *O Globo*, acompanhando a

¹³⁰ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1968. p. 3.

¹³¹ *Idem*.

¹³² *Idem*.

¹³³ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 2.

¹³⁴ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 5.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 jun. 1968, capa.

versão oficial das autoridades, tratou a vítima como “soldado estudante”, mas a contradição que a expressão buscava indicar era somente isso, um ridículo¹³⁷. Vítima da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) aos 18 anos, Kozel Filho foi enterrado no Panteão dos Heróis do 4º Regimento de Infantaria.

O que fazia vibrar os nervos dos que foram à Cinelândia era a possibilidade de atravessarem a fronteira de violência. Entre milhares de pessoas e outras possibilidades, a passeata só poderia tomar um caminho como esse, de enfrentamento armado ou mesmo guerra revolucionária, se seus líderes ou alguns deles estivessem dispostos a começar outras trajetórias, que ultrapassavam em muito as linhas de uma passeata.

¹³⁷ **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, capa e p. 19.

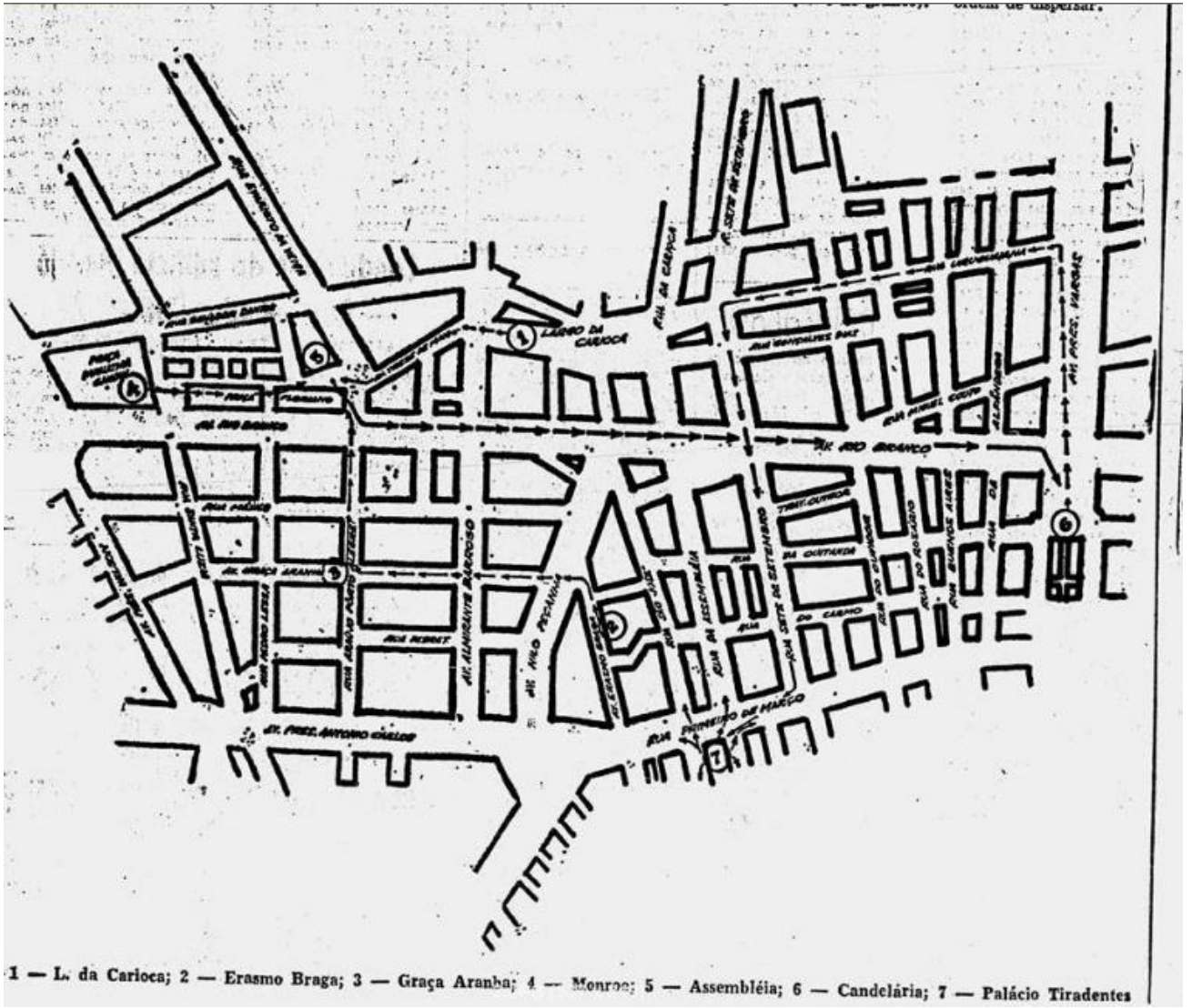


Figura 2

A apreensão das pessoas na Cinelândia pode ser entendida nesses termos. Tinha fundamento a desconfiança dos manifestantes sobre o desfecho da movimentação, até porque, em se imaginando, caso a repressão do ato fosse proporcional à ação das polícias nos últimos confrontos haveria um massacre monumental, e muitas vítimas também entre policiais. O temor não era fruto de mania de perseguido, vítima ou mártir dos jovens. Ora, o Hospital Souza Aguiar permaneceu ao longo do dia em esquema de plantão especial¹³⁸. O editorial do *Jornal do Brasil* também teve como base esse espírito de tensão¹³⁹.

Mas a apreensão era, no geral, mais cautela que medo. Os episódios de tensão são exceções, ainda que muito significativas, da cena da passeata. As fotografias permitem pensar que a multidão combinava precaução com contentamento e alegria, pelo que se conseguia e começava a realizar¹⁴⁰.



Figura 3

O discurso fotográfico é, então, outra referência fundamental para esta pesquisa, desde que ele seja entendido assim mesmo, como discurso. Do mesmo modo que as informações constitutivas desta descrição, as fotografias não

¹³⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 11.

¹³⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 5.

¹⁴⁰ *Idem*. *Ibidem*, p. 18.

estão aqui para ilustrar o argumento. Elas são aproveitadas como interpretações da passeata que são, como visões do que acabam por documentar.

Aliás, é importante sublinhar que a fotografia tem valor especial em relação à Passeata dos Cem Mil. Em primeiro lugar, porque é grande a importância quantitativa e qualitativa da produção fotográfica em relação ao conjunto da produção total sobre o evento. Em segundo lugar, porque as imagens da passeata tornaram-se ícones da luta e da resistência contra a ditadura, e aparecem muitas vezes para tratar mesmo de outras épocas do regime. Em terceiro lugar, porque era peculiar a circunstância de ser fotógrafo em 1968, tempo de transformações e propostas radicais das formas de expressão e representação. Estava em questão o exercício de uma função de vanguarda política e cultural. Ele não seria apenas o registrador do episódio, o que era pouco para o horizonte de aspirações e cobranças do fotógrafo de 1968, mas um participante especial.

A produção fotográfica mais conhecida e veiculada sobre a Passeata é, sem dúvida, a de Evandro Teixeira, que inclusive foi reunida e publicada recentemente em edição especial, quarenta anos depois da ocasião¹⁴¹. Evandro Teixeira era repórter fotográfico do *Jornal do Brasil*, e seu trabalho naquele dia produz até hoje resultados que ele dificilmente poderia prever quando saiu, a pé, em direção à manifestação. O prédio do jornal ficava na Avenida Rio Branco, portanto não custou nada caminhar algumas quadras, munido do filme Tri-X e sua Leica, velha companheira de guerra, que havia sobrevivido ao sucesso da Nikon F no mercado¹⁴².

A alquimia de Evandro Teixeira conseguiu efeitos belíssimos e de fundamental valor, mas esse encantamento não pode nos desviar daquelas considerações. A fotografia é uma linguagem e por isso pressupõe e impõe elementos de inteligibilidade próprios.

¹⁴¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit.

¹⁴² Marcos Sá CORRÊA. A foto. IN: Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 29, p. 30.

Roland Barthes chamou atenção para um ponto crucial da estrutura da comunicação fotográfica, a que ele chamou de *paradoxo fotográfico*¹⁴³. Uma vez considerada uma analogia perfeita do real, a imagem fotográfica aparece como uma “mensagem sem código”, ou seja, sem elementos conotativos. No entanto ela é, sim, conotada por aspectos não aparentes, como a composição e a leitura da mensagem. Assim, o *paradoxo fotográfico* consiste na capacidade de conotar através de uma mensagem sem código, o que confere à fotografia a indevida pretensão de comunicar o real natural e objetivamente, quando, ao contrário, ela está investida social, cultural e subjetivamente.

Pretendeu-se, para escapar dessa armadilha do documento fotográfico e elaborar suas conotações, trazê-lo para o lado e para dentro de outras documentações, que possam ressignificar a fotografia, assim como se deixarem ressignificar por ela.

As fotos não podem dar a ver, por exemplo, o hino nacional empolgar a multidão e ser cantado como se inaugurasse a passeata, como se iniciasse a cerimônia pública – um ato brasileiro, em amplos sentidos¹⁴⁴. É notável que a oposição a uma ditadura nacionalista reivindicasse o imperial hino pátrio, com todos os significados próprios que ele tinha nas vozes de estudantes, professores, artistas, intelectuais, políticos, padres e freiras, enfim, de *uma* multidão em 1968.

O hino da independência seria depois entoado várias vezes ao longo da jornada. “Independência”, “bravura” e “liberdade” tinham, é certo, sentidos muito característicos, os preferidos das esquerdas, exatamente pela apropriação que a direita fazia dos termos do hino nacional. Mas é notável que os Cem Mil abrissem o dia disputando com a ditadura o mais simbólico hino brasileiro¹⁴⁵.

A essa altura, perto do meio-dia, as portas dos bancos e do comércio já estavam quase todas fechadas. Poucos estabelecimentos do centro da

¹⁴³ Roland BARTHES. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

¹⁴⁴ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁴⁵ Fritz UTZERI. 1968 – O ano que terminou mal. IN: Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 36.

cidade continuaram abertos ao longo do dia, e também essa preocupação tem sentido naquele contexto¹⁴⁶. Mas o temor que fechou as portas para a multidão quando ela se abriu na rua, seu lugar por excelência, também pode ser sinal – e é, seguramente – de muitos outros conceitos e preconceitos comuns sobre a política popular e os populares, a ação de massas, a praça pública.

A multidão subia pela estátua de Carlos Gomes, pelas escadas do Theatro Municipal e chegava até a Biblioteca Nacional e o Cinema *Pathé*. Impediam o trânsito já na altura da Praça Floriano. Dominavam totalmente o *Centro da Cidade*¹⁴⁷.

As palavras de Hélio Pellegrino, psicanalista e escritor que representava a intelectualidade na passeata, lutavam exatamente por outra concepção, outra compreensão, outra prática de nosso cotidiano político. “O povo está na praça pública, logo está na sua casa, este é um direito de propriedade que precisa ser respeitado”¹⁴⁸, exclamou para a multidão, com a retórica entusiasmada pelo gigantismo das transformações cobiçadas pelo 68 mundo afora.

Hélio Pellegrino foi uma das personalidades a discursar na concentração, do alto das escadarias da Assembleia Legislativa. Da murada como palanque, revezaram-se dezenas de pessoas. José Américo Pessanha leu um manifesto o manifesto dos professores. O senador Mário Martins, do MDB-GB, pai de Franklin Martins, falou pelos políticos. Um suposto representante dos motoristas profissionais prometeu apoio da categoria ao movimento estudantil. Dona Irene Papi, que se tornaria a “Super Mãe”, de Ziraldo, apresentou-se como representante das mães, defendeu as reivindicações de seus *filhos*, cobrou a soltura dos estudantes presos e condenou a violência das forças públicas¹⁴⁹.

Outra vez o coro maior era dos estudantes. Elionor Brito, representando a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), organização que ele presidia, clamou pela legalidade da UNE e também cobrou a libertação

¹⁴⁶ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁴⁷ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 15.

¹⁴⁸ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 80.

¹⁴⁹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 2, p. 14.

dos presos políticos¹⁵⁰. Falaram os representantes do DCE-UFRJ, Carlos Alberto Muniz, e da AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas), Wilson Lopes. O presidente da UNE, Luís Travassos, que disputava, teve menos espaço, mas insistiu que a luta dos estudantes era a de todo o povo brasileiro, contra o imperialismo americano.

Vladimir Palmeira, com 23 anos, foi o principal dirigente estudantil naquela ação. Filho do senador da ARENA e ex-udenista Rui Palmeira, o jovem alagoano tão bem ambientado no Rio de Janeiro presidira a UME (União Metropolitana dos Estudantes) e se destacava entre as lideranças estudantis desde 1966, quando foi eleito para presidir o CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira). As falas corajosas e emocionadas após o assassinato de Edson Luís no Calabouço e a atuação naquelas mobilizações todas de 1968 deram um lugar central a Vladimir ao longo do ano – e ele só pode estar na Cinelândia em 26 de junho, aliás, graças a um considerável esquema de segurança, organizado por quadros estudantis.

Mas o próprio Vladimir Palmeira acha que a relevância de sua liderança naquele contexto foi inflada, assim como seu poder e a organização a seu redor.

“Quando eu estava na cadeia os caras passaram um vídeo mostrando quantos deles havia em torno de mim. Cansei de ver o tal vídeo, mas realmente aquilo não era nenhuma novidade. Durante a passeata eu já sabia que por ali estava cheio de policiais; aliás, quase todos naquela minha segurança eram desconhecidos... eu ia fazer o quê? Os jornais da época falam dos meus grandes esquemas de segurança... Coisa nenhuma”¹⁵¹.

Até Nelson Rodrigues, que estava longe de ser um admirador da passeata ou de seu líder em destaque, cuidou de centralizar a Passeata em Vladimir Palmeira. No dia 27, sua crônica em *O Globo* lamentava que o século XX encerrava o tempo dos heróis, como Joana d’Arc e De Gaulle, e dava início à época das unanimidades, das multidões, em que heroicas eram, por exemplo,

¹⁵⁰ *O Globo*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 8.

¹⁵¹ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 142, 143.

Ruterdão¹⁵². No dia 28, com um pouco de fascínio e outro tanto de deboche, ele escreve que Vladimir “é esta coisa cada vez mais rara: – um homem”¹⁵³.

Também essa centralidade de Vladimir Palmeira é construída em fotografia. José Inácio Parente hoje é reconhecido por seus trabalhos em diferentes áreas da cultura, principalmente por aquilo que faz na interseção entre psicanálise, fotografia e cinema. Em junho de 1968, recém-formado em Psicologia na PUC-Rio, foi fotografar o que mais chamava sua atenção – os Cem Mil.

A série fotográfica que Parente fez da Passeata tem como uma de suas características registrar não as personalidades, mas a multidão como a personagem principal na cena. Vladimir Palmeira é um dos poucos a aparecer em retrato solo. Assim mesmo a imagem parece querer deixá-lo. Ela se inclina o quanto pode para a aglomeração. Vladimir Palmeira não está exatamente no centro da figura. Parente fotografou que a Passeata tinha líderes, mas não um chefe. As críticas à autocracia e aos privilégios em 1968 despersonalizavam e descentravam o planejamento da manifestação. As tomadas mostram de longe os palanques improvisados, a partir da perspectiva de quem ouvia. Notam os discursos, não os oradores.

¹⁵² **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 2.

¹⁵³ Nelson RODRIGUES em **O Globo**. Rio de Janeiro. 28 jun. 1968.



Figura 4

As falas importavam, sim, porque ressoavam os anseios dos ouvintes, porque no fundo emprestavam aos ouvidos a sua voz. Vladimir, que rapidamente desistiu de seu terno azul escuro e de sua gravata cinza, falava sem microfone e toda aquela gente, sentada, repetia as palavras como podia, para levar adiante a mensagem, que era, no fundo, a de quase todos os Cem Mil. Elas pediam mais verbas para a Educação, mais vagas para o Ensino Superior, a reabertura do restaurante Calabouço, o desmanche dos acordos MEC-USAID, e também fim ao imperialismo americano, vingança para Edson Luís, entrega dos

cadáveres dos estudantes mortos nos conflitos da semana anterior e fim da repressão.

Depois de muitas palavras e aplausos, por volta das 13 horas e 40 minutos, os manifestantes começaram o percurso planejado, pelo caminho da Avenida Rio Branco, em direção à Presidente Vargas¹⁵⁴.

Padres e freiras, reunidos em frente ao Theatro Municipal, não se incomodaram de tomar parte inclusive da dianteira da passeata. Fizeram questão de participar da jornada exatamente assim, enquanto padres e freiras. Da mesma maneira que várias mulheres foram como *mães*, é significativo que os membros do clero tenham aparecido em seus hábitos e sotanas, que tenham permanecido juntos durante todo o trajeto e na maior parte do tempo com os braços dados, que tenham levado faixas e dizeres com as marcas da atividade pastoral, que tenham emprestado à cerimônia sua benção e proteção.



Figura 5

¹⁵⁴ Fritz UTZERI. 1968 – O ano que terminou mal. IN: Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 31-39.



Figura 6

O clero carioca estava ali também em razão do “compromisso histórico da Igreja com o povo”¹⁵⁵. Mas o entendimento acerca do conteúdo desse compromisso assumiu, ao longo da história e ao redor do planeta, formas até contraditórias entre si, sem que houvesse algum paradoxo, como assentou Carl Schmitt¹⁵⁶. O catolicismo romano pode incorporar distintas formas políticas, porque seu dogmatismo é plástico o suficiente para se combinar com elas e ainda assim preservar suas convicções. Essa condição tem que ver com uma característica mundial, uma vocação imperial da Igreja. Como Roma, foi preciso ao catolicismo dialogar com gigantesca pluralidade, diferentes expectativas e inúmeras experiências sociais.

Parece, assim, que a ética cristã não seria condição suficiente para explicar a participação marcante de membros da Igreja na Passeata. É preciso lembrar, como se registrou, que eles reagiam aos “abusos” de uma ditadura que, de início, promovera-se, entre outros elementos, com o apoio do alto clero e também em nome de valores religiosos e morais que se pretendiam cristãos e católicos. A prática policial violentíssima que empreendeu o governo ditatorial desde a primeira hora não comportava, sob nenhum juízo sério e sem reservas

¹⁵⁵ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, capa.

mentais, a retórica antissubversiva que contribuíra para levar o clero a apoiar o golpe contra João Goulart.

Também é razoável supor que a crítica sobre essa posição em 1964 cobrou uma resposta histórica de muitos setores da Igreja. O padre João Batista, professor do colégio São Vicente e membro da ordem dos Lázarus, discursou em favor dos prisioneiros e dos manifestantes. Não é descabida a hipótese de que muitos padres e freiras tentavam, em junho de 1968, redimir ou a si mesmos ou a instituição que representavam.

“A opção pelos pobres e os violentados não se daria sem cisões internas, hesitações e dúvidas profundas”¹⁵⁷. Existiam correntes internacionais de mudança na Igreja. Em agosto, seria realizada a Conferência de Medellín, outro possível 68. Ela foi um dos marcos do desenvolvimento da Teologia da Libertação.

“Falar de teologia da libertação é buscar resposta para a pergunta: que relação existe entre a salvação e o processo de libertação do homem? (...). A questão quanto ao seu fundamento é tradicional (...). Isso porém não nos deve fazer esquecer os aspectos inéditos que assumem hoje as questões tradicionais”¹⁵⁸.

Essa corrente teológica, que nascia na América Latina a partir dos diálogos do Concílio Vaticano II, defendia nova presença histórica da Igreja. Para seus teóricos, a condição existencial dos homens no continente estava na tensão entre opressão e libertação, de modo que a Igreja, a partir do conhecimento estrutural dos mecanismos socioeconômicos, tinha o compromisso evangélico de reexaminar sua dimensão política e de oferecer os “matizes da palavra de Deus”¹⁵⁹ em face daquelas circunstâncias, em favor da libertação dos homens e da construção de uma sociedade justa.

¹⁵⁶ Carl SCHMITT. **Catolicismo Romano e Forma Política**. Lisboa: Hugin Editores, 1998.

¹⁵⁷ Márcio Moreira ALVES, Op.cit., p. 86.

¹⁵⁸ Gustavo GUTIERREZ. **Teologia da Libertação: perspectivas**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 49, p. 50.

¹⁵⁹ Idem.

A leitura da palavra de Cristo como uma *opção pelos mais pobres* e pela sua emancipação política moveu milhares de católicos contra a ditadura. A JUC e principalmente a AP ou seus simpatizantes estavam entre os conjuntos mais numerosos da Passeata dos Cem Mil. A juventude católica de esquerda era boa parte daquela multidão e engrandeceu a importância dos 150 membros da Igreja, no ato e no discurso.

Tanto a historiografia quanto a memória do período tem sido menos cuidadosas com a lembrança dos políticos e jornalistas que tomaram parte na Passeata. Os jornalistas não precisavam disputar tanto o brilho dos holofotes como os políticos, e por isso aparecem mais como entidades representativas que pessoalmente, ou ainda como “jornalistas”, na faixa em que se colocam contra a ditadura. Sobre os parlamentares, lá estiveram, desde a Cinelândia, os deputados estaduais Alberto Rajão, Aloísio Caldas, Ciro Kurtz, Fabiano Vilanova, Jamil Haddad, Mauro Magalhães, Mauro Werneck, Sebastião Contrucci, os deputados federais Otávio Caruso e Márcio Moreira Alves e o senador Mário Martins, com seu suplente, Marcello Alencar. O *Correio da Manhã* cuidou de listá-los todos, embora tenha deixado escapar o deputado Renato Archer, secretário-geral da proscrita Frente Ampla.¹⁶⁰

Sem abrir mão das pequenas ponderações sobre o MDB que foram apresentadas neste capítulo, na Guanabara o partido comportava lideranças e bases de diversas posições políticas e ideológicas, desde parceiros de alguns projetos do governo até quadros comunistas que aproveitavam o possível caráter de frente política da legenda. O MDB-GB muitas vezes oferecia importante oposição tanto ao governo do estado quanto ao governo federal, mas isso não significa que estava alinhado com as ruas e as oposições populares.

Marcello Alencar, então suplente de Mário Martins no Senado, articulava suas bases sindicais para que participassem da missa de sétimo-dia de Édson Luís e assim apoiassem os estudantes, “o que”, como disse Vladimir Palmeira, “ao mesmo tempo não deixava de ser uma forma de nos controlar e tentar nos influenciar”¹⁶¹. A movimentação de massas em torno do movimento

¹⁶⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 15.

¹⁶¹ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 88.

estudantil na Passeata servia como grande oportunidade para catapultar carreiras políticas que, no fundo, pouco tiveram a ver com ele, antes ou depois.

Mesmo os deputados mais identificados com os estudantes ou com as demais oposições de esquerda – como Alberto Rajão, Ciro Kurtz e Fabiano Vilanova, “nossos três”¹⁶², conforme diziam os universitários – viviam em sintonia incerta com essas bases. A mesma ambivalência que permitia a sobrevivência desses quadros, mesmo diante da voracidade das cassações políticas, limitava a confiança que a base estudantil depositava neles e em seus mandatos.

“Às vezes, durante a crise, levávamos alguns deles ao Calabouço para conversar e prestar sua solidariedade. Sabíamos que a cobertura que eles nos davam era importante, porque reforçava o movimento. Mas quando chegávamos ao restaurante era uma parada: o pessoal não queria saber dos políticos, vaiava e às vezes até ameaçava agredi-los”¹⁶³.

Os jornalistas, e assim o jornalismo, também ocupavam posição difícil no Brasil de 1968, entre o crivo censor, muitas vezes mais consorte do que custa hoje admitir, e a rejeição dos populares, nem sempre tão justificada. Elionor Brito precisou pedir que a multidão não vaiasse os profissionais de imprensa que trabalhavam na cobertura da passeata, afinal, ele argumentava, eram inocentes vítimas da exploração que pesava sobre todos ali.

A bandeira principal que marcava a intercessão desses conjuntos de políticos e jornalistas era o estabelecimento de um processo de redemocratização, que passava pelo fim da censura. Embora fosse parte, essa flâmula não tinha o mesmo colorido dos estandartes de Meia-Oito, nem fazia a sua sombra, e também por isso chamou menos atenção para seus adeptos. Políticos e jornalistas se destacam mais no quadro genérico da oposição ao regime, bem menos no pódio da memória reservada às utopias e paixões dos anos 1960.

¹⁶² José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 86.

¹⁶³ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 71.

Não se pode dizer o mesmo sobre professores e intelectuais. Nos grandes centros, nomes como Jean-Paul Sartre, Régis Debray e Herbert Marcuse tornaram-se ícones de 68 e suas influências correram o mundo. Entre as tantas vindicações do movimento, defendiam a reformulação, para baixo, das próprias posições de autoridade na comunidade universitária, em favor da efetivação das aspirações libertárias e igualitárias na sociedade, inclusive no espaço acadêmico. Coligados aos estudantes, os mestres emprestavam essas mesmas marcas de autoridade de que se desfaziam para ampliar o movimento e a legitimidade dele.

No Brasil, a Universidade, em sua histórica distância em relação à sociedade, ora como isolamento, ora como autonomia, pode funcionar como um dos espaços mais próprios e duradouros para a resistência à ditadura, ainda que tenha sofrido toda sorte de intervenção e fosse um dos focos principais da repressão. Sem voltar a falar do que atingia os estudantes, pairavam sobre os professores ameaças de perseguição, constrangimento, demissão, expulsão e morte.

Além disso, o professorado levantava-se com os estudantes contra as reformas educacionais que o Estado projetava impor. A política de imposição era mais uma das facetas autoritárias da ditadura. As concepções de Educação eram tecnicistas e produtivistas e não se encontravam com os projetos de boa parte da intelectualidade acadêmica nacional¹⁶⁴. Numa dimensão mais corporativa, a reforma era atacada porque expunha a autonomia da universidade, a carreira docente e os planos de cargos e salários à precariedade.

O lugar de destaque na Passeata, não há dúvida, coube aos estudantes, tanto na experiência ali vivida como na memória que a faz reviver.

A “rebelião estudantil”, diz outra vez Daniel Aarão Reis Filho, foi um “personagem central” do 68 no Brasil e essa circunstância se deve a causas bem específicas. “Os estudantes nem sempre desempenharam, e nem estão destinados a desempenhar, por um decreto insondável da Providência Divina, ou

¹⁶⁴ Rodrigo Pato Sá MOTTA. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

por uma misteriosa lei da história, um papel questionador, ou reformista, e muito menos revolucionário, na história do país, ou de qualquer lugar do mundo”¹⁶⁵.

Foi apontado no capítulo anterior que a participação e o exercício políticos de contestação estavam severamente afetados desde 1964. Ser estudante quase significava, em 1968, ser cidadão. Ou melhor, ser cidadão quase significava ser estudante. Os partidos de esquerda só operavam na clandestinidade, estavam desarticulados, ideologicamente divididos e dependiam muitas vezes do próprio movimento estudantil, tanto em suas fileiras quanto em seus programas. Os trabalhadores manuais “viveram a intervenção militar como um desastre”¹⁶⁶. Seus sindicatos sofreram intervenções, seus representantes habituais foram afastados da política institucional, seus direitos terminaram redimensionados.

A ausência dos trabalhadores e das minorias sociais é uma recorrente questão que se põe sobre alguns movimentos de 68. Para afirmar que aquilo não dizia respeito às massas trabalhadoras, Nelson Rodrigues afirmou não ter visto um só negro entre as 50 mil pessoas das manifestações após o assassinato de Edson Luis¹⁶⁷.

Essa não era uma polêmica restrita ao Brasil, nem o argumento servia apenas às direitas. No mundo todo, pesava sobre os estudantes universitários, que em sua maioria eram jovens de classes mais abastadas, a acusação de serem “filhinhos de papai”¹⁶⁸, “*fiils à papa*”¹⁶⁹. A causa de sua rebeldia seria mais tédio que questão social e aquele movimento, mais festa que revolução, tanto para baluartes conservadores como para a maior parte da velha guarda comunista. O cineasta e escritor Pier Paolo Pasolini defendia que aqueles jovens não eram os libertadores dos explorados, mas seus novos algozes.

“Vocês tem cara de meninos mimados, e eu os odeio, assim como odeio seus pais (...). Quando ontem, em Valle Giulia, vocês agrediram a polícia, minha simpatia ficou com os policiais, porque são filhos de famílias pobres”¹⁷⁰.

¹⁶⁵ Daniel Aarão REIS FILHO, 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**; USP, São Paulo, 10 (2): 25-35, página 29.

¹⁶⁶ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 22.

¹⁶⁷ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 86.

¹⁶⁸ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 67.

¹⁶⁹ Tony, JUDT. Op.cit., p. 415.

¹⁷⁰ Tony, JUDT. Op.cit., p. 397.

Em relação à Passeata dos Cem Mil, é preciso dizer que provavelmente havia, sim, muitos operários integrando a aglomeração. No mínimo, milhares de trabalhadores e seus sindicatos apoiaram abertamente os protestos. “Metalúrgicos, têxteis, carris, bancários, radialistas, ferroviários da Leopoldina, empregados em entidades culturais, professores, alfaiates e trabalhadores na indústria de bebidas” em nome de toda a “nação”, negavam-se a “aceitar a violência como norma e a opressão como sistema”¹⁷¹.

Mas é inegável que a Passeata foi um evento de classes médias – inclusive de trabalhadores de classe média, e não dos mais pobres. A história e a memória sobre o evento apagaram as classes proletárias daquela manifestação, e esta pesquisa não alcançou registros seguros que pudessem contradizer essa constatação factual do discurso. Nenhum operário tomou a palavra durante a Passeata. A jornada falhou em se articular com paralisações ou ocupações de fábrica. A comissão com os representantes dos participantes, Comissão dos Cem Mil, não contava com ninguém que falasse diretamente pelos trabalhadores.

Se de fato o proletariado esteve afastado do centro da Cidade, a interpretação desse afastamento nem sempre é muito cuidadosa. De um lado, ele resulta do próprio movimento que ocupou a Cinelândia e das relações sociais que o constituíam. Os estudantes, bem como os grupos da intelectualidade, da arte e da Igreja, pensavam compor a abnegada vanguarda das lutas sociais, pela própria sociedade, em seu nome e proveito. Pensavam em tutelar os populares que, por razões de violência e alienação, estariam impedidos de lutar por si mesmos. Essa obstinação vanguardista e voluntarista será tratada no próximo capítulo. Seja como for, mesmo quando os estudantes tentavam compor com os operários, acabavam se aproveitando dos poucos espaços desses trabalhadores para expandir o próprio movimento. As comemorações de 1º de maio no Rio de Janeiro e em São Paulo, em seus diferentes saldos, mostram essa mesma característica política.

De outro lado, a ausência dos trabalhadores foi certamente uma seqüela da repressão violentíssima, que desde o início da ditadura os tomou por prioridades. Um estudante ainda poderia esperar pelo apanágio de sua condição

¹⁷¹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 12.

social. Pertencia às mesmas famílias que ocupavam os poderes, os ministérios, a burocracia civil e militar, a administração das faculdades, a direção das grandes empresas, a produção midiática e cultural do país. Existiam redes de relações pessoais que muitas vezes amorteciam a sanha repressora do Estado ilegal e de seus porões, constrangiam política ou juridicamente as próprias autoridades coatoras, alargavam e esquentavam muitas costas. Os trabalhadores não tinham o mesmo *privilégio* – nem eles nem suas empreitadas políticas. Suas possibilidades eram outras, seu 68 também.

O espaço estudantil foi um dos poucos que sobrou como meio de expressão para fazer vicejar uma nova forma de cidadania. Mostram as imagens que as intenções iam desde propósitos corriqueiros da vida escolar até palavras de ordem contra a sobrevivência do governo.

Por isso, a identidade estudantil não deve nos fazer ignorar as diferenças e até controvérsias do movimento que estavam também ali na Passeata. A estrutura da fotografia não é capaz de grafar dois cantos sutilmente divergentes como “o povo *organizado* derruba a ditadura” e “o povo *armado* derruba a ditadura”.

O problema nuclear era, sem dúvida, o regime de governo, e a integração dos manifestantes, assim como o sucesso da passeata, dependiam de que essas divergências fossem deixadas para um segundo momento. Na hora de se apresentar em protesto em praça pública, foi preciso pautar-se por solidariedade. “Organizado” ou “armado”, pela mobilização política ou pela luta armada, o povo haveria de fazer a mesma coisa.

A imagem a seguir captura incontáveis faixas, contudo se esquivava de todas para encontrar ao fundo, acima e ao centro “ABAIXO A DITADURA – POVO NO PODER”. Na faixa confeccionada pelos ativos secundaristas do Colégio Estadual André Maurois, o autoritarismo e o reacionarismo do regime apareciam como as causas mais potentes das mazelas sociais e da velhacaria cultural.



Figura 7

O ministro da Justiça e reitor da Universidade de São Paulo, Gama e Silva, lamentou as faixas e seus dizeres, considerados ofensivos ao governo, a ponto de ele levantar dúvidas sobre o cabimento de se permitir a exibição. Ainda assim defendia que a resposta permissiva do governo era prova cabal de democracia¹⁷². Estava *permitido e autorizado* um dia de alguma participação democrática, afinal!

As bandeiras perturbavam porque evidenciavam exatamente outra realidade. Elas tinham como inscrições principais a libertação dos presos políticos, a solução satisfatória do problema das verbas, o término definitivo da censura à Arte, a reabertura do restaurante Calabouço e a declaração de adesão a todas essas críticas ao governo. Havia outras faixas, menos genéricas, mais originais, mas a Passeata dos Cem Mil não foi tão prolixa nem tão fantástica quanto o *Maio francês*. Sua poética, como sua política e seu 68, eram bem mais classicistas que os parisienses.

¹⁷² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 2, p. 3.



Figura 8

É peculiar a apropriação fotográfica de José Inácio Parente sobre os reclames. Eles o preocuparam, sim, só que em conjunto, como um grosso de exclamações. Parente não se incomodou em flagrá-los de viés, ao contrário, de cabeça para baixo ou embaralhados uns com os outros. Dedicou quase nada do filme a dar destaque a uma ou outra bandeira. Fundamental para ele era reclamar, posicionar-se, participar.

Isso não quer dizer que as intenções dos manifestantes eram vazias ou descompromissadas. Ao contrário, eles propunham, em primeiro lugar, uma nova posição em face das questões do mundo, quaisquer que fossem elas. Os anseios eram tantos, tamanhos e tão urgentes que transbordavam interesses limitados. Pedir “+ verbas - tanques” correspondia a novas formas de liberdade, de ser humano, de sonho, de mundo. Nesse particular, a Passeata aproximava-se do *Mai* e só bastava a ela querer tudo ou, conforme o imperativo, ser realista e pedir o impossível.

As fotos registram tanto as exigências estudantis quanto os anseios por reformas ou revoluções. Parece pela série fotográfica que a Passeata foi uma mobilização conjunta de motivações divergentes contra alvos comuns, como o

governo, suas políticas e sua polícia. Os dizeres estão reunidos, misturados e, o que é mais significativo, irmanados.

Se não é razoável “acreditar que todos estivessem dizendo a mesma coisa”¹⁷³, deve-se reconhecer que os naipes estavam orquestrados. Na Rio Branco, os manifestantes podiam desfilar pelo mesmo caminho. A Passeata podia indicar outras trilhas, que não estavam fadadas ao AI-5.

É possível ampliar a categoria dos estudantes a toda a juventude. Em 1968, grande parte dos jovens reunia-se por reivindicações comuns, por laços de amizade, por hormônios sexuais, por dialetos próprios; enfim, a juventude formava uma coalizão de afinidades de que os estudantes eram líderes.

E boa parte dessas afeições começava com cultura e arte. O estudante, quando não era um artista, era espectador. O novo na música, no teatro, no cinema, na poesia era o próprio imaginário daquela juventude. A arte era revolucionada pela novidade ao mesmo tempo que revolucionava a sociedade. É isso o que se lê no depoimento de José Celso Martinez Correa sobre a peça *Roda Viva*: “O objetivo é abrir uma série de Vietnãs no campo da cultura, uma guerra contra a cultura oficial, de consumo fácil”¹⁷⁴.

Os artistas foram às ruas em peso e como uma categoria, a chamada classe artística. Chamaram atenção dos outros manifestantes e de toda a imprensa, que deu destaque à participação deles. *O Globo* listou os muitos nomes de quem sua reportagem encontrou – Antônio Pitanga, Cacá Diegues, Caetano Veloso, Carlos Vereza, Chico Buarque, Domingos Oliveira, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Júlio Bréssane, Leonardo Vilar, Odete Lara, Napoleão Moniz Freire, Nara Leão, Norma Benguell, Pascoal Carlos Magno, Paulo Autran, Tônia Carrero, Vinícius de Moraes¹⁷⁵. Assinam presença e dão as mãos contra a censura.

¹⁷³ Elio GASPARI. Op.cit., p. 297.

¹⁷⁴ Daniel Aarão REIS FILHO; Pedro de MORAES. Op.cit., p. 20.



Figura 9

A reivindicação que dizia respeito à censura não era exclusiva do grupo, nem a única. Escrever “censura é ditadura” não equivale a formular que “ditadura é censura”. O regime era muito mais que controle e repressão da expressão, e os artistas não o ignoravam. As relações deles com os demais setores que participaram da Passeata, suas reputações e trajetórias pessoais e as movimentações políticas que tiveram não nos permitem duvidar de que não se restringiam a demandas umbilicais, mas que também mantinham preocupação generalizada com a sociedade. Mesmo porque, como se disse, essas separações faziam pouquíssimo sentido para 68.

Mas é significativo indício que os artistas repetissem “o povo organizado derruba a ditadura”, em vez de a versão “povo armado”¹⁷⁶. Atores, músicos, cineastas, escritores, alguns estavam entre as organizações mais radicais da esquerda brasileira. No entanto, os artistas que se sobressaem na Passeata defendiam, de modo geral, o projeto de abertura democrática através das mobilizações negociadas e pelas vias institucionais.

¹⁷⁵ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁷⁶ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

A Passeata unificou outras diferenças. No processo de luta contra a ditadura, separavam-se os grupos que criavam arte engajada, militante e de denúncia política direta e aqueles que defendiam a autonomia da criação artística, ela mesma uma resistência à opressão e uma expressão revolucionada e revolucionária. Havia também os que o movimento estudantil não enquadrava em nenhum dos dois veios, reduzindo-os assim a conservadores burgueses. No dia 26, essas divergências não existiram, e essa uniformidade era politicamente muito significativa.

A própria negociação para realizar a Passeata dependeu do *papel* de artistas que desconfiavam do radicalismo dos grupos estudantis mais próximos ao enfrentamento direto e à luta armada. Eles se consideravam *atores* políticos mais lúcidos para, ao mesmo tempo, articular a oposição ao governo e moderar as intencões juvenis dos estudantes. Papel, atores, mais que trocadilhos, essas categorias indicam que existia uma afinidade ética entre suas atividades e suas formas de colocação política.

A chamada classe artística trazia à Passeata, mesmo sem cooptá-la, aspectos de grandiloquência, relevância e publicidade. Ela associava à Passeata dos Cem Mil, ou seja, da multidão, o charme e a graça de personalidades singulares. Gilberto Gil, auto-investido da condição de autoridade artística, exigiu documentos do jovem bancário Romildo Guerrante, que poderia ser um policial infiltrado entre o pessoal da cultura. Romildo não era nem policial nem celebridade, e talvez essa segunda razão tenha sido a verdadeira causa de seu constrangimento¹⁷⁷.

O desfile não vinha apenas da Universidade, da Igreja ou das Artes, mas da Rua, massificado por anônimos populares cuja identidade na passeata era essa mesma, a de ser do povo, porque não eram estudantes nem faziam parte das minorias intelectuais, artísticas e religiosas da cidade. É compreensível que Gláuber Rocha e Afonso Beato tenham realizado o registro que mais destaque deu a essas personagens¹⁷⁸. Parente também os percebeu.

¹⁷⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 57.

¹⁷⁸ 1968. Dirigido por Glauber Rocha e Afonso Beato. Rio de Janeiro, 1968. Acervo Tempo Glauber.



Figura 10

Houve quem falasse pelas favelas e favelados da Guanabara¹⁷⁹. Uma senhora definiu-se como dona de casa e arrazoou: “estamos aqui porque não queremos morrer sob o peso de uma ditadura”. Um grupo entusiasmado de bolivianos marcava presença e vivia o tal 68 que não reconhecia fronteiras¹⁸⁰.

Não foram reconhecidos, não se identificaram, não falaram, talvez fossem verdadeiros *estranhos* à vida política da cidade, do país. Suas demandas não estavam, no todo ou em parte, nas vozes dos protagonistas. Não tinham controle algum sobre a Passeata. As que eram mães, no universo da sociedade política de cidadania gregária, estavam aquém da política, existiam num plano familiar que não se deixava tocar e portanto não tocava a *polis*. A liderança comanda os anônimos.

Nem sempre e nem todos se sentaram quando se pedia, andaram noutras tantas direções que não eram a do trajeto oficial, escolhiam o quê, a quem,

¹⁷⁹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 14.

¹⁸⁰ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 2015, p. 18

por que e quando obedecer, respeitavam a polícia mais ou menos do que pregava a orientação, poupavam os objetos se assim parecesse desejável. Comportamentos, intenções, gestos convergiam, mas estavam desprendidos do comando. Reuniam-se porque se afinavam, e tinham na vontade própria seu determinante. As que eram mães, no universo da sagrada condição da maternidade cristã, estavam além da política, preexistiam aos homens e suas práticas, então prevalecia seu amor potestativo. Anônimos não se lideram.

É dessa e de outras tensões que se fazem a política de massas e as multidões de cem mil pessoas.

2.3

Cem mil pessoas, é verdade? As fórmulas que o *Jornal do Brasil* apresenta para dizer que o número de manifestantes chegou, no máximo, a 60 mil, se não confirmam tal número, pelo menos contestam consideravelmente a contagem consagrada¹⁸¹. De outro lado, as memórias dos participantes garantem que eles eram muito mais. Franklin Martins e Vladimir Palmeira, por exemplo, falam a mesmíssima coisa:

“Acho que teve muito mais do que cem mil. Se o comício das diretas no Rio teve mais de um milhão de pessoas, ali teve quase um milhão (...). Mas não deu para contar, ficou cem mil, virou cem mil”¹⁸².

“Aliás, eu sempre brinco: se eram mesmo cem mil, então o comício das diretas, que todos dizem que reuniu um milhão, não passou de 120 mil”¹⁸³.

Certo é que todas as apurações, para mais ou para menos, são plenas de conotações políticas e ideológicas.

Embora o *Correio da Manhã* também apresente suas estatísticas¹⁸⁴, Cem Mil não era exatamente uma contagem, nem tanto uma escala de grandeza, mas uma apreciação. Lembrando o que Borges comentou sobre *As mil e uma*

¹⁸¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁸² Maria Paula Araujo. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, página 179.

¹⁸³ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. *Op.cit.*, p. 140.

noites, dizer que cem mil pessoas estavam no centro do rio não era exatamente contar 99.999 mais um. Cem Mil é uma hipérbole, uma expressão de incomensurabilidade, é justamente o avesso da contagem, pois se refere ao inumerável, ao incontável, ao infinito consubstanciado nas mil e uma noites lidas por Jorge Luis Borges – somente em parte, portanto, como qualquer apropriação do infinito¹⁸⁵.

Enfim, Cem Mil pessoas não são 100.000 pessoas, como não formam um todo uniforme. Quando a movimentação tomou o entorno da Candelária, quase às 16 horas¹⁸⁶, já estava significativamente reduzida. A Praça Pio X, local onde a polícia havia surrado as pessoas na saída da missa de sétimo dia de Edson Luís, foi palco do encerramento da manifestação e, assim, de mais alguma tensão. Conforme se dispersavam, mais expostos ficavam os manifestantes.

Ainda na concentração, tinha havido um pequeno corre-corre, quando um homem, em completo devaneio, começou a ameaçar os manifestantes e tentar desfazer a aglomeração. Ele gritava ser agente do “DROPS” [sic]. Antes de virar chacota, foi o bastante para pôr em desespero alguns manifestantes¹⁸⁷. Afinal, era sabido que verdadeiros agentes do DOPS e de outros órgãos de repressão estavam mesmo ali. Mais que sabido e alardeado pelos líderes da passeata, isso era visível. Andavam sempre em grupo, não faziam questão de falar baixo e muitos usavam câmeras.

João Alberto e Silva, um dos agentes que operava infiltrado, foi reconhecido pelos manifestantes em determinado momento, quando passavam pela Rua Uruguaiana. Ele atuara nos confrontos da semana anterior, e inclusive fora fotografado todo cheio de si e de seu cassetete. Agarrado, escapou do linchamento porque Chiquinho Caratê, que comandava o superestimado esquema de proteção a Vladimir Palmeira, conseguiu a duras penas tirar o policial dali e levá-lo até a Rua da Alfândega¹⁸⁸. Parece que outro agente foi identificado,

¹⁸⁴ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 15.

¹⁸⁵ Jorge Luis Borges. Três. As Mil e uma Noites. IN: Sete noites. São Paulo: Max Limonad, 1980.

¹⁸⁶ Fritz UTZERI. 1968: o ano que terminou mal. IN: Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 37.

¹⁸⁷ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 20.

¹⁸⁸ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 17.

desarmado e só escapou do linchamento, porque Elionor Brito convenceu alguns estudantes a despachá-lo no primeiro táxi que encontrassem¹⁸⁹.

Como foi prometido pelos governantes, não houve policiamento ostensivo. Isso não quer dizer, de modo algum, que não houve repressão. Cinco jovens foram presos na Praça da República, segundo consta, por distribuir material subversivo. Vladimir Palmeira, que passou o dia marcado de perto pela Polícia do Exército e temendo um atentado, escapou de ser preso, mais tarde, em Botafogo. Luís Tenório, dono do fusca que os tirou da Praça XV, acabou pagando o pato, mas seu pai, delegado de polícia em Copacabana, contornou a situação¹⁹⁰.

É fato que os homens do DOPS espionaram, fotografaram a esmo, produziram relatórios minuciosos, provocaram, intimidaram e zombaram dos presentes. Ao contrário do que as autoridades diziam e talvez até pensassem, a atuação das *forças de segurança* na passeata é prova da rotina de um estado policial. A ditadura militar ergueu um estado de polícia por dentro de instituições de direito.

A tensão aumentou quando as lideranças estudantis queimaram uma bandeira dos Estados Unidos, mas ficou nisso. Por sua vez, bandeiras do Brasil e da Guanabara foram empunhadas pelos manifestantes e apropriadas, de fato e simbolicamente, pela multidão¹⁹¹.

Em frente ao Palácio Tiradentes e à estátua do mártir, ponto final do desfile, Vladimir traçou os paralelos que quis entre a causa da liberdade da Inconfidência Mineira e a dos Cem Mil, que de seu ponto de vista seriam a ação corajosa e desprendida tanto quanto a resistência nacional às dominações estrangeiras¹⁹². Prometeu que novos e maiores protestos seriam realizados caso as quatro questões principais daquela jornada não fossem respondidas satisfatoriamente pelo governo: mais verbas para a Universidade, mais vagas, a soltura dos presos políticos e a reabertura do restaurante Calabouço¹⁹³.

¹⁸⁹ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 15.

¹⁹⁰ José DIRCEU; Vladimir PALMEIRA. Op.cit., p. 141-143.

¹⁹¹ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

¹⁹² **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 14.

¹⁹³ Idem.

O encaminhamento dessas reivindicações foi entregue a comissários, aclamados em praça pública, que carregassem as diferentes vozes e anseios do coro da multidão às autoridades públicas juridicamente competentes. Com Vladimir Palmeira sob ameaça, Franklin Martins, vice-presidente da UME, e Marco Medeiros, presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRJ, seriam os porta-vozes estudantis. Hélio Pellegrino representaria os intelectuais, padre João Batista, o clero e José Américo Pessanha, os professores. Irene Papi levaria a voz das mães e disputaria com a ditadura quem estava pela família. O grupo passou a ser imediatamente conhecido como Comissão dos Cem Mil.

Costa e Silva receberia o comitê no Planalto. Da clandestinidade e das prisões, os estudantes, que perigavam morrer, sentar-se-iam à mesa do presidente. E sem paletó e gravata. No dia da reunião, a 2 de julho, Franklin Martins e Marco Medeiros não obedeceram ao cerimonial e causaram a primeira confusão. A conquista era enorme, nem tanto seus butins.

Houve bate-boca e pouco mais. O fracasso da negociação aponta os limites de mobilização da Passeata e contorna sua dimensão política. Indica, sobretudo, a fragilidade daquele mandato. Os comissários não eram representantes dos grupos oposicionistas institucionalizados, das esquerdas armadas, dos partidos clandestinos, das organizações da sociedade civil, de sindicatos patronais ou laborais, da hierarquia da Igreja. Também não tinham o alcance nacional que a Passeata sugeria.

Além disso, suas demandas eram estudantis. A única faixa que a oposição ampliada carregou até Brasília foi a que dizia “nossos alunos tem razão”. Distante dos setores e classes que tentavam representar, a Comissão dos Cem Mil e sua insuficiência são fortes indícios históricos, que serão analisados no próximo capítulo.

A tarde de 26 de junho terminou como esteve, nublada e fresca, conforme a previsão anunciara¹⁹⁴. Algumas vezes a memória confunde, anos depois, a beleza do evento com a beleza de um dia radiante, e assim se recorda de

¹⁹⁴ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 jun. 1968, p. 5.

um lindo sol, que não houve¹⁹⁵. Quase às seis horas, já ao poente e adiantada a dispersão, era hora de sair de cena para não correr riscos, discutir o balanço e pensar na histórica Passeata.

A Passeata dos Cem Mil de 26 de junho de 1968 foi uma grande mobilização pacífica, nas ruas do centro do Rio, de amplos segmentos da sociedade civil contra uma série de condições da vida carioca, brasileira, e em nome de inúmeras transformações que poderiam ser feitas sobre ela. Foi um ato principalmente contra a ditadura militar e em nome de um novo governo e de uma nova ordem política para o país.

Os movimentos de 1968, ou o 68, foram então e ainda são associados ao sonho e a paixão de realizar outra vida, inclusive nos aspectos aparentemente mais miúdos da humanidade e da sociedade.

Não parece fazer sentido, assim, a classificação da Passeata ou como um episódio *sessenta-e-oitista* ou como monumento de oposição à ditadura militar brasileira. A Passeata dos Cem Mil é *sessenta-e-oitismo* como resistência à ditadura. As outras questões típicas do ano foram hegemonizadas tanto na experiência como na memória, mas a resistência ao regime já significava e condensava inúmeras reivindicações generosas associadas a 68.

Resistência, sim, para lembrar e acompanhar a sólida posição que marcou João Quartim de Moraes¹⁹⁶ e sustentou Marcelo Ridenti¹⁹⁷ no debate sobre as oposições ao regime ditatorial, principalmente as oposições de esquerda. A despeito das discussões sobre haver ou não conteúdo democrático em seus projetos revolucionários e antiditatoriais, a dimensão da violência nessa política era uma defesa dos direitos que o golpe e a ditadura haviam suprimido ou tornado impossíveis. Além do mais, a desproporção de forças expõe que grupo estava a resistir, e nem mesmo as pretensões de revolução podem desqualificar essa posição defensiva que ocupava, então, qualquer oposição à ditadura. A tradição

¹⁹⁵ Fritz UTZERI. 1968 – o ano que terminou mal. IN: Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 36.

¹⁹⁶ João Quartim de MORAES. Op.cit.

¹⁹⁷ Marcelo RIDENTI. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. IN: Daniel Aarão REIS FILHO; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto Sá MOTTA. **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004.

revolucionária, liberal ou socialista – na verdade, e acrescentando, a condição cidadã na sociedade contemporânea ocidental – depende essencialmente do direito do uso da violência contra o Estado ilegal, como expôs Vladimir Safatle¹⁹⁸.

Aliás, quanto aos seus cidadãos, a manifestação foi, sem dúvida, heterogênea. Mas é fundamental atentar para os limites dessa heterogeneidade, que nos indicam um recorte social, político e cultural da Passeata e do 68 no Brasil. Chama e deve chamar atenção, como se disse, a ausência relativa das organizações de trabalhadores no ato de 26 de junho. As notórias greves de Contagem e Osasco constituem outro 68, um movimento político de outro enquadramento.

Mas é imprescindível marcar que essa ausência não é absoluta e que houve, sim, participação de trabalhadores e populares na passeata, o que tem sido geralmente desconsiderado ou descartado. As histórias e as memórias sobre a manifestação se esqueceram de algumas vozes trabalhadoras, de alguns sindicatos, de passantes, de anônimos, mas sobretudo de tentar compreender, de maneira mais qualificada, as razões que afastaram esses grupos das ruas do Rio de Janeiro, grupos que ali estavam, por exemplo, nos comícios de março de 1963.

Também não seria adequado resumir o evento a uma manifestação dos estudantes. A jornada foi predominantemente estudantil, na disputa com o governo que condicionou a passeata, na mobilização e organização do protesto, em sua realização e controle e até na memória e nos significados que se emprestam àquele dia. Já ficou claro, contudo, que outros grupos e categorias sociais estiveram na Cinelândia e agiram naquela cena de forma muito decisiva. Na verdade, o mais grave seria restringir a passeata a seu caráter estudantil para assim limitar o que ela importou como mobilização de numerosos e importantes núcleos de oposição, entre trabalhadores, artistas, professores, intelectuais, donas de casa, políticos, religiosos, padres, freiras, jornalistas, funcionários públicos...

Foi justamente o discurso de que governo se aproveitou. Ao tratar as tensões de 1968 como questão estudantil, os componentes e defensores do

¹⁹⁸ Vladimir SAFATLE. Do uso da violência contra o Estado ilegal. IN: Edson TELES; Vladimir SAFATLE (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.

governo reduziam uma significativa expressão de contestação a reivindicações de uma única categoria, e ainda se aproveitavam para desqualificar e ridicularizar sua potência, associando-a a uma suposta imaturidade dos jovens universitários.

A Passeata de fato ameaçou a ordem vigente e poderia ter levado o regime à transformação – porque ele logo se transformou mesmo e bastante em função do 68, mas sucumbindo não às forças dos *Cem Mil*, e sim aos braços autoritários e pró-ditatoriais que viram na recomposição a melhor forma de golpeá-las.

Apontamos, pois, uma discussão sobre os significados da Passeata dos Cem Mil e de algum movimento 68 no Brasil. Ela é assunto para o próximo capítulo.



Figura 11

Capítulo 3



Figura 12

Em 1968, o jornalista Cícero Sandroni assinava a coluna *Quatro Cantos*, no *Correio da Manhã*. A edição seguinte à Passeata, no dia 27 de junho, trazia este trecho, que aborda delicadamente as “dificuldades” pertinentes ao trabalho de se escrever um editorial:

“Cada dia que passa vou ficando mais convencido de que os editorialistas têm muito mais trabalho para escrever editoriais do que os colunistas em preparar as colunas (...). Mas como sou bom colega e sei que hoje alguns jornais vão ter dificuldade em preparar os artigos de primeira página, aqui vai uma sugestão, a título de colaboração”¹⁹⁹.

A ironia, que é até aí somente um vulto, escancara-se completamente.

¹⁹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 7.

“O editorial poderia ser mais ou menos assim: A passeata de ontem serviu para que o povo da cidade visse de onde emana a desordem (...). O Governo Federal e o Governo da Guanabara permitiram a passeata, desfilasse quem fosse, desde que, evidentemente, não se ferisse a ordem pública. A promessa das autoridades foi cumprida. E, para a maior decepção dos organizadores da passeata, aqueles que procuravam exatamente novo pretexto para a desordem e a subversão não poderiam desencadeá-la ontem (sic), sob pena de desmascaramento total diante da opinião pública (...). Paradoxo? Não. O jogo democrático tem seus imprevistos. O Governo deu o bom exemplo (...). Tirou-lhes o tapete de debaixo do pé. Agora o povo já sabe quem o agride. Eram aqueles que desfilaram ontem”²⁰⁰.

A crítica é sutil e mais veloz que a percepção comum, entretanto – ou melhor, portanto – ela é extremamente precisa e mortal, daí a semelhança metafórica entre a mensagem irônica e um esgrimista. Essa é uma imprescindível técnica para o jornalismo sob censura. Mais que um trunfo para vencer, manejar essas entrelinhas é uma condição de sobrevivência e, sobretudo, um dever de resistência para quem assume a obrigação da expressão e da formação (crítica) de opinião (crítica).

Nem toda colocação feita durante a ditadura militar pode, hoje, ser absolvida e se safar sob o argumento de que havia ameaça, tensão, pressão, censura. Na verdade, o regime não foi adversário de toda comunicação, pelo contrário, sua longevidade dependeu de muitos *meios*, assim como muitos desses *meios* não apenas sobreviveram, como viveram muito bem em associação com o Estado ilegal, inclusive a maioria das grandes corporações midiáticas que ainda hoje hegemonomizam o mercado brasileiro. Aqui se aumenta a distância do texto para o conteúdo próprio a este trabalho, mas essa é uma compreensão que não poderia faltar, porque ela também permite e esclarece a monografia.

De volta a Sandroni, será possível ver que os outros tópicos da coluna reforçam a ironia do pseudo-editorial. A posição do colunista, de enaltecer o protesto do dia anterior, era comparável à do próprio *Correio da Manhã* e se diferenciava substantivamente dos outros principais diários com que dialogava e debatia na cidade, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, cada qual a seu modo.

²⁰⁰ Idem.

O editorial do *Jornal do Brasil* é, de todos os três, o mais opaco. Uma leitura mais simples pode levar a pensar que o matutino se coloca *em cima do muro*, como se diz no jargão popular. Mas essa interpretação é incompreensiva. O editorial certamente contrasta a exaltação que ele mesmo faz da Passeata com ressalvas comedidas, porém esse não é um meio-termo, porque não se trata exata ou principalmente de comedimento. Parece mais tática de esgrima que vagueza de opinião.

O editorialista chamou aquele de um “Momento grave”. *Gravidade* dá conta da importância do evento, “que não poderia ser negada”, e sugere – apenas sugere, sem confirmar – diferentes qualificativos, para o bem ou para o mal, conforme a sensibilidade de quem lesse, conforme as esquivas de quem escrevia. Tanto Costa e Silva como Luís Travassos poderiam concordar que viviam um “momento grave”. O jornal recorre a uma metonímia para dizer que a ansiedade que antecedeu à Passeata é a mesma da vida política no país inteiro. O próprio “momento grave” é a metonímia entre a Passeata dos Cem Mil e conjuntura nacional, e a figura de linguagem servia a todos os envolvidos²⁰¹.

O texto é, a todo tempo, propositalmente dúbio e tira vantagem de frases polissêmicas. Que entender de “a grande maioria silenciosa dos cidadãos (...) não pode deixar de se sentir profundamente abalada pelo espetáculo (...)”? Que pensar de “o que abalou todo o Brasil ontem foi o sentimento de ausência de segurança”? Mas o editorial dá substância a seus termos e se permite apreender com alguma precisão, ainda que, como um esgrimista, proteja-se em subterfúgios e esconderijos argumentativos.

O *JB* é categórico o suficiente para afirmar que “ficamos a mercê dos acontecimentos, que felizmente se desenrolaram de uma maneira que só honra à organização dos estudantes”. Chama a Arena de partido “feito em laboratório”, aponta, em relação aos jovens, a “inação do governo contra os seus reclamos mais

²⁰¹ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 5.

urgentes” e pergunta “que fará o governo para enfrentar essa insatisfação tão eloquentemente demonstrada?”²⁰².

Assim, o *Jornal do Brasil* deu ampla cobertura à Passeata, demonstrou significativa concordância e até simpatia com a sua realização, sim, e impôs severas críticas ao governo – com elisão, é verdade, e sem a mordacidade que teve, por exemplo, o *Correio da Manhã*. O *JB* costumava ser bem mais avesso que simpático ao movimento estudantil, e a sede do jornal foi vaiada pela multidão quando o desfile alcançou seu endereço²⁰³. Mas a marca de sua cobertura sobre a Passeata não é tanto o conteúdo de sua interpretação sobre ela, mas a perspectiva de seu discurso editorial, ainda que esses fatores sejam obviamente interdependentes.

O *Jornal do Brasil* constrói seu discurso da perspectiva do poder, prioritariamente, inclusive quando tece duras críticas ao governo. A questão transcrita no penúltimo parágrafo evidencia tal marca. Não quer dizer que o periódico assuma para si ou erija argumentos governistas, não se trata disso, ou não fariam sentido tantas e tão contundentes posições nitidamente avessas ao governo e interessantes aos manifestantes. Perspectiva do poder significa que a Política é tratada no jornal a partir do ponto de vista do Governo, da Administração Pública, *ex parte principis*, como um processo urdido pelo Poder Público e pelos centros institucionais de decisão do Estado, em vez de uma movimentação das múltiplas forças sociais, da atividade pública generalizada, do trato cotidiano, *ex parte populi*.

A manchete principal dá o melhor exemplo desse tratamento. Em vez de uma impressão qualquer sobre a Passeata e os grupos sociais envolvidos, a chamada para cobrir o evento é “Governo criará em 48 horas Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária”²⁰⁴. O segundo editorial, *Cruzada Nacional*, critica o Ministério da Educação e propõe a implementação de outros projetos de universidade. O jornal cuida de noticiar essa reforma universitária, as prisões

²⁰² Idem.

²⁰³ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

realizadas pelo DOPS, o estado de prontidão da marinha durante a manifestação, as declarações do Ministro Tarso Dutra, o dia atribulado de Negrão de Lima, enfim, a crônica estatal. O *Informe JB* não menciona diretamente a Passeata, senão para contar uma anedota qualquer²⁰⁵.

Já *O Globo* não traz propriamente um editorial sobre a manifestação ou o momento político do Brasil. A primeira página ressalta, em manchete, “Passeata sem Incidentes”²⁰⁶, seguida por alguns parágrafos descarregados de juízos – quer dizer, com todas as cargas do esforço de isenção, ou seja, de não diferenciar as legitimidades pretendidas pelos manifestantes e aquelas pretendidas pelo governo ditatorial.

A manifestação é noticiada ao longo da edição, e a reportagem principal sobre ela ocupa toda a página 18. A página 19, por sua vez, é destinada a dar conta do ataque ao QG do II Exército, em São Paulo. Assim, quem lesse o jornal tinha, na mão esquerda, “Passeata Sem Incidentes Paralisou a Cidade” e, na mão direita, “Atentado a Dinamite Contra o QG do II Exército” – como um díptico sobre a questão estudantil, a expressar que o problema político poderia ser assim ou assado, sempre com risco de graves “incidentes”, mesmo que apenas potencialmente²⁰⁷.

O tratamento dado ao protesto é o de um esgrimista que quando pode tenta atingir seu adversário. A mencionada reportagem principal começa com um brevíssimo resumo da manifestação, resumo que antecede às subseções e ao relatório mais detalhado da Passeata, como se fizesse um mínimo enlace editorial. O terceiro parágrafo desse texto, parágrafo transcrito a seguir, poderia ter vindo do punho do governo.

“Os contingentes da Polícia Militar mantiveram-se de prontidão, recolhidos aos quartéis. Agentes do DOPS e outros órgãos de segurança pública mantiveram discreta vigilância. Os oradores puderam falar livremente, nas escadarias da

²⁰⁴ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, capa.

²⁰⁵ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, capa.

²⁰⁶ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, capa.

²⁰⁷ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18, p. 19.

Assembleia Legislativa, na Candelária e defronte ao Palácio Tiradentes. Ataques às autoridades e concitações para a derrubada do governo davam a tônica da maioria dos discursos, enquanto milhares de estudantes sentados no chão formavam barreira contra uma eventual intervenção da polícia. Não foram molestados nem mesmo o grupo de jovens que munidos de cilindros de “tinta-jato”, pintavam “slogans” nas fachadas dos edifícios. As frases entoadas em uníssono por grupos de manifestantes propugnando as reivindicações de estudantes e professores, acabaram sendo sufocadas pelo vozerio de jovens que gritavam ‘Abaixo a ditadura’²⁰⁸.

Para *O Globo*, “notas marcantes foram a ausência de policiamento ostensivo nas ruas, a competição verbal em que se empenhavam os diversos grupos participantes (...) e a não ocorrência de incidentes graves que chegou a surpreender os próprios organizadores da manifestação”²⁰⁹. Não haver polícia, não haver unanimidade entre os manifestantes e surpreendentemente não haver incidente foram, de acordo com o jornal, as mais importantes características da Passeata dos Cem Mil.

No mesmo sentido e ainda segundo a reportagem, as palavras de ordem de “padres, freiras e professores” eram “queremos o diálogo”, mas elas acabavam sufocadas pelos gritos do “comando estudantil” de “abaixo a ditadura”²¹⁰. Os estudantes são tratados como aqueles interessados no enfrentamento a qualquer preço e por si mesmo, enquanto os outros setores seriam não apenas os moderados como os responsáveis por moderar o alunado e todo o movimento *comandado* por eles.

O jornal dá uma subseção para noticiar que se fizeram apologias de Che Guevara e dos vietcongues, por mais que o próprio texto informe que esses foram episódios isolados. Já a subseção *Vladimir em frases* seleciona exclusivamente as afirmações de Palmeira que prometiam represália estudantil a qualquer ato repressivo da polícia – que se registre isto: a apologia é, em todos os casos, da violência defensiva. Não foi apontado qualquer um dos outros muitos dizeres, argumentos e reivindicações de Vladimir Palmeira, com os conteúdos dos projetos estudantis e políticos manifestados por ele, em praça pública.

²⁰⁸ *O Globo*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

²⁰⁹ *Idem*.

O Globo, além disso, sublinha as dificuldades da organização em realizar as etapas do desfile, ao contrário do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, que aplaudem a mesma organização, sobretudo porque algum descontrole é inerente a um ato público livre e sem comando definido, ainda mais em 1968. Os repórteres chegam a ponto de quase esconder no texto a cena dos papéis picados laureando o desfile, porque ela aparece como uma mínima menção. Aliás, é uma menção muito mal feita, que pode dar a entender alguma oposição entre a rua e as janelas da Avenida Rio Branco²¹¹.

As colunas do jornal, por sua vez, ombreiam o pastiche de Cícero Sandroni. O teor do que escreveram Carlos Swann e Ibrahim Sued, respectivamente, é fiel àquela “sugestão”, como se pode ver a seguir:

“Da passeata de ontem (...) saíram engrandecidos o regime, o Governo, os estudantes, o povo – o país, em última análise (...). Mais do que nunca ficou claro que sempre que as pretensões estudantis legítimas se confundirem com as pregações subversivas ilegítimas, perderão os estudantes, o povo, a cidade e o país e só lucrarão os agitadores, seus inimigos”.²¹²

“A passeata (...) transcorreu normalmente. Mas o seu sentido foi deturpado. Deixaram as reivindicações estudantis para lançarem folhetos pedindo a ‘queda da ditadura’ e ‘abaixo o imperialismo’. Foram os comunistas infiltrados (...). Nunca no Brasil gozou-se de tanta liberdade. Nunca se viu tanta liberdade na imprensa como agora. Todos os exilados estão voltando e nada lhes acontece. Ditadores são os comunistas da Cortina de Ferro, de Cuba e da China, que mandam ordens para seus adeptos daqui, que as cumprem religiosamente”²¹³.

Por sua vez, Nelson Rodrigues toca o tema de raspão, porque se refere aos acontecimentos franceses de maio e junho. É de outra categoria, sem dúvida, mas guarda a mesma desaprovação em relação a *Meia-Oito*²¹⁴.

Senão em seus articulistas, *O Globo* não chega a ser diretamente crítico à Passeata. Afinal, inclusive os governos federal e estadual declararam-se satisfeitos com o saldo da manifestação. No fundo, a Passeata tornou-se, de pronto, um tabu. Mas são, portanto, muitas e nítidas as objeções do jornal às

²¹⁰ **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 18.

²¹¹ *Idem*.

²¹² **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 4.

²¹³ Carlos SWANN e Ibrahim SUED em **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 4.

²¹⁴ Nelson RODRIGUES. **O Globo**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, segunda seção, p. 2.

políticas do movimento estudantil, à sua recente trajetória e especialmente às suas iniciativas para além das pautas da categoria. As expressões veiculadas em *O Globo* parecem conter os mesmos argumentos e raciocínios das autoridades públicas, que se desgastam o mínimo possível e elogiam o episódio o quanto podem.

Por sua vez, o editorial do *Correio da Manhã*, *Lição de Maturidade*, rejeitava desde o título a associação entre aquela luta que nascera dos estudantes e os supostos defeitos da juventude estudantil. O argumento sobre a Passeata é abertamente crítico ao governo. Como nela “não houve incidentes” e “os discursos proferidos não incitaram a desordem”, o jornal conclui que “a repressão policial contra atividades políticas legítimas é que gera os conflitos”²¹⁵. Depois de culpar o Estado pela violência ostensiva dos confrontos, a acusação amplia-se, maldizendo o “confinamento do País num sistema institucional restritivo de suas liberdades”²¹⁶.

O editorial afirma com clareza, portanto, que a crise extravasava seu caráter estudantil, como se vira na composição heterogênea presente nas ruas. A Passeata seria, assim, a expressão de um “inconformismo geral”, disposto a encaminhar a solução da crise por vias democráticas, o que deveria obrigar o governo a rever sua linha política, no sentido de uma “abertura democrática real”²¹⁷.

Não cabem dúvidas sobre isto: esse é o diário carioca mais entusiasmado com a Passeata, pelo menos entre as publicações de maior circulação. A manchete não se preocupa em fazer a contagem imaginativa, “Marcha do Povo Reúne Cem Mil”, defendendo-a com suas considerações estatísticas. A coluna de Hermano Alves não perde por menos e cobra das Forças Armadas o reconhecimento de que “o regime que se implantou no país não tem legitimidade”. Os editorialistas chamam os autores do ataque ao II Exército de “grupelhos extremistas” e garante que a maioria do estudantado e do povo repelia

²¹⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 6.

²¹⁶ *Idem*.

ações como aquela, “pois sabe que eles visam a impor ao País, seja qual for a ideologia, o regime que o povo abomina: a ditadura”²¹⁸.

O *Correio da Manhã* situa desta maneira a crise política brasileira de 1968: o governo era incompetente por ilegitimidade, e a solução viria ou pela via democrática, com sua recomposição junto às legítimas reivindicações sociais, ou pelo seu desmoronamento total, provocado pelos grupos “terroristas”²¹⁹. A primeira página constrói esse discurso. A Passeata representava a alternativa que o governo deveria buscar, a primeira, de acolher o “protesto pacífico”, como firmava a legenda e a fotografia de milhares de populares ordeiramente sentados na Avenida Presidente Vargas. O ataque ao II Exército representava a descabida alternativa do “protesto explosivo”, subtítulo que se reforçava pela imagem de um caminhão completamente destruído²²⁰.

O argumento é duplo, porque sugere, primeiro, que a ordem consubstanciada na Passeata fosse a aspiração do próprio governo e, depois, que a afinação do regime com aquele movimento viria a isolar os politicamente subversivos. O jornal fazia, assim, um plano de contingência para a sociedade brasileira, que deveria seguir o percurso esboçado entre a Cinelândia e a Candelária.

Não foi assim. O 68 brasileiro foi encerrado por um processo que não passou perto de qualquer dessas opções. O governo, realinhado com seus defensores, cavalejou a estrutura política nacional, sem aliança com oposição alguma, e sim contra elas todas. Em 13 de dezembro, O AI-5 concentrou poderes na figura da presidência, abriu temporada de cassação de mandatos e de confisco de direitos políticos, suspendeu garantias e liberdades individuais e institucionalizou a repressão brutal sistemática que se desenvolvia desde 1964.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, capa.

²²⁰ Idem.

O *Correio da Manhã* não cometeu um erro de análise. O diário tentou *jogar* nos termos do governo e apresentar à opinião pública a Passeata como uma passagem, ao mesmo tempo, para a legitimidade política e para o combate à subversão.

É preciso considerar as circunstâncias e condições em que se formaram tais significados históricos e políticos, sobretudo dessa distância de tempo e depois de tantas outras construções simbólicas que se pensaram, registraram e difundiram. A imprensa carioca é apenas um nó no tecido do debate sobre *Meia-Oito* – nó importante para que fique bem amarrado.

Também a memória integra esse tecido polimórfico. O pensamento sobre os eventos de 1968 tem na memória, até hoje, uma inescapável referência, até porque muitos de seus protagonistas estão vivos e discutindo, disputando aquelas ações, o que é uma característica dos acontecimentos de tempo presente ou recente, que precisa ser controlada por quem os examina.

“A memória é menos presença do passado do que escolha do passado, do que uma reconstrução do passado para servir aos fins do presente”²²¹

Este capítulo pretende, portanto, esboçar quais são os recortes da Passeata enquanto memória e quais são os principais significados históricos que se atribuem ao evento e, por seu efeito, ao ano de 1968. Em sua obliquidade, o editorial do *Jornal do Brasil* tem razão em anotar que “o dia de ontem no Rio de Janeiro foi carregado de destino e denso de significado político”²²². A afirmação indica o tamanho e o desafio deste trabalho.

Não é possível sequer tentar tratá-los todos e por completo, mas se buscou fazer um recorte ainda assim eloquente dos significados atribuídos à Passeata dos Cem Mil e, por consequência dela, aos movimentos *sessenta-e-*

²²¹ Pierre LABORIE. Memória e Opinião. IN: Cecília AZEVEDO; Denise ROLLEMBERG; Paulo, KNAUSS; Maria Fernanda Baptista BICALHO; Samantha Viz QUADRAT (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 86.

²²² **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 27 jun. 1968, p. 6.

oitistas carioca e brasileiro – recorte que, por sua vez, pode esboçar timidamente alguns apontamentos em direção aos movimentos *sessenta-e-oitistas* pelo mundo.

Até aqui foram expostas as conotações articuladas pelos mais importantes jornais da cidade a cobrir a Passeata. É possível recorrer à memória de alguns daqueles Cem Mil que, décadas depois, expõem diferentes lembranças sobre o evento – mesmo quando dele não se lembram.

Outra vez, se a memória é concebida como um processo de construção de sentido e interpretação, essa memória deve ser pensada enquanto lembrança e esquecimento.

“É necessário situar o esquecimento num campo de termos e de fenômenos tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão – que se revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto as da memória”²²³.

O esquecimento é significativo assim como a lembrança, justamente porque é o lado convexo da memória. Parte lembrada, parte esquecida, elas podem ser *sinais* de elementos importantes. Perguntado sobre os detalhes da Passeata, quarenta anos depois da realização dela, um manifestante de 68 disse não se recordar deles e que “a lembrança da magnitude do movimento diminui a relevância de fatos ou personagens específicos”²²⁴. Aquilo que é recordado e aquilo que é esquecido são conteúdos que se prestam da mesma forma à consideração de quem interpreta memórias, sempre fragmentárias e descontínuas, nunca absolutas²²⁵.

Mesmo a amnésia absoluta estaria plena de sentidos, particularmente em relação a 1968. É conhecida esta máxima: “se você se lembra de alguma coisa da década de 1960 é porque não participou dela”²²⁶. A expressão

²²³ Andréas HUYSSSEN. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 24.

²²⁴ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 59.

²²⁵ Gilberto VELHO. Memória, identidade e projeto. IN: **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97-105.

²²⁶ Eric HOBBSBAWM, Op.cit., p. 280.

exagerada – talvez nem tanto – assinala, muito melhor do que uma explicação pode fazê-lo, o esquecimento como um produto, como uma consequência dos movimentos de *Meia-Oito* – do consumo experimental de drogas e outras transgressões dos limites das convenções sociais e do corpo humano.

Da mesma maneira que o total esquecimento, a *hiperlembança* precisa ser considerada. O professor Roberto Guimarães, que também participou da Passeata dos Cem Mil, declarou o seguinte: “Infelizmente, não tenho nada grandioso para lembrar daquela marcha. Lembro-me ‘apenas’ de cada minuto, desde que acordei, até fechar os olhos, nesse dia”²²⁷. A figura incapaz de se esquecer é a hipótese explorada literariamente por Jorge Luís Borges, em seu muito citado *Funes, o memorioso*²²⁸. Esquecer é, sim, uma capacidade, mais, uma necessidade natural, de discernir o relevante, de se permitir à vida ulterior, de se permitir às vontades e à felicidade. É o que se depreende da leitura de Friedrich Nietzsche, em sua *Segunda Consideração Intempestiva*²²⁹. Nessa chave, a obsessão historicista pela lembrança do passado seria uma forma de alheamento vicioso em relação ao presente, que acabaria por imobilizá-lo, por negar-lhe à vida.

A crítica ao paradigma positivista da memória, de acumulação dos fatos históricos, também é cara a Walter Benjamin²³⁰, em face de outras questões e preocupações, não de todo diferentes. O modelo cientificista, pretensamente universal, renegaria sua própria historicidade, quer dizer, as circunstâncias sociais, econômicas, políticas, culturais por que está determinado, renegando também sua ideologização. W. Benjamin reagiu a esse paradigma e enunciou sua mais decantada tese sobre o conceito de história: “articular historicamente o passado

²²⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 58.

²²⁸ Jorge Luís BORGES. **Funes, o memorioso**. IN: Jorge Luís BORGES. *Ficciones*. Rio de Janeiro: Globo, 1970.

²²⁹ Friedrich NITZSCHE. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

²³⁰ Michael Löwy. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”²³¹.

Essas compreensões apontam o fazer memória e o fazer história como operações necessariamente seletivas e descartam a validade e a necessidade da *hiperlembrança*. Por outro lado, configuram um problema científico sobre o estatuto da verdade, seja da memória seja da história, uma vez que ambas recorrem a articulações e apoderações subjetivas, que ambas se constituem em realidades discursivas e, portanto, são inverificáveis por definição.

“O historiador que toma consciência do caráter literário, até mesmo retórico, *narrativo* de sua empresa, não corre o risco de apagar definitivamente a estreita fronteira que separa a história das histórias, o discurso científico da ficção, ou ainda a verdade da mentira? E aquele que insiste sobre o caráter necessariamente retrospectivo e subjetivo da memória em relação ao objeto de lembrança, ele também não corre o risco de cair num relativismo apático, já que todas as versões se equivalem se não há mais ancoragem possível em uma certeza objetiva, independente dos diferentes rastros que os fatos deixam nas memórias subjetivas e da diversidade de interpretações sempre possíveis a partir dos documentos existentes?”²³²

No mesmo texto, Jeanne Marie Gagnebin sustenta que, diante dessa encruzilhada, cabe ao historiador reconhecer a inerente relatividade da verdade histórica – *enraizamento, pertença*, nos termos que ela recolhe de Paul Ricoeur –, sem desfazê-la num relativismo absoluto, que redunde em negacionismos ética, política e teoricamente perversos. Este trabalho persegue a mesma preocupação. Reconhece que sua perspectiva está articulada com específicas referências subjetivas e objetivas, mas rejeita qualquer mentira e não abre mão de ser verdadeiro.

Mas a mentira pesa pouco sobre a memória da Passeata. Sublinha-se nos seus registros outro tipo de *sobrelembrança*, aquela não necessariamente mentirosa, mas inventiva, imaginativa, carregada de elementos que não existiram, senão como invenções e imaginações posteriores. Anotou-se, no capítulo anterior, que Fritz Utzeri se lembra, em relação ao 26 de junho de 1968, de um dia ensolarado, que não aconteceu, senão como uma radiante jornada da cidade em

²³¹ Idem. *Ibidem*, p. 65.

congraçamento. Essas *além-lembranças* de *Meia-Oito* no Brasil são ainda mais aparentes nos discursos grandiloquentes e laudatórios. A memória fantástica apela e recorre a expressões como “multidão energizada”²³³, “momento luminoso”²³⁴ e “pureza de intenções”²³⁵.

O livro *1968 destinos 2008 – Passeata dos 100 Mil*, de Evandro Teixeira, traz depoimentos de cem pessoas que foram identificadas numa fotografia da manifestação. Quarenta anos depois, praticamente todas elas comentam suas lembranças sobre o protesto e sobre 68 misturando-as com lembranças pessoais e de suas trajetórias de vida, como se fossem perfeita e exatamente a mesma coisa. Aliás, o empresário Gilberto Brasil, à época estudante de Engenharia da UFF, é o único entrevistado a declarar que a Passeata dos Cem Mil nada teve a ver com sua trajetória pessoal – uma particular forma de lembrança sobre a própria vida, sem dúvida²³⁶.

O antropólogo Gilberto Velho sustenta que nas sociedades modernas de ideologias individualistas haja um vínculo necessário entre *memória* e *identidade*²³⁷. Para o autor, que aos 23 anos participou da Passeata e também esteve entre os entrevistados por Evandro Teixeira, a memória, enquanto visão retrospectiva da trajetória individual, constitui significações específicas a esse mesmo indivíduo.

“Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo (...). O psiquismo individual é, nesta vertente, o foco privilegiado de significados”²³⁸.

²³² Jeanne Marie GAGNEBIN. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora34, 2006, p. 42.

²³³ Evandro Teixeira. Op.cit., p. 111.

²³⁴ Evandro Teixeira. Op.cit., p. 65.

²³⁵ Evandro Teixeira. Op.cit., p. 104.

²³⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 95.

²³⁷ Gilberto VELHO. Op.cit.

²³⁸ Idem. Ibidem, p. 100.

Consequentemente, a identidade, enquanto significado atribuído à vida e às ações do indivíduo, enquanto “sentido de sua singularidade”²³⁹, é organizada e reorganizada conforme a memória, que por sua vez, por um processo dialético, também se forma e transforma em função das transformações que se operem sobre a identidade.

Independentemente dessa compreensão teórica basilar, é *extraordinário* o vínculo entre memória e identidade em relação a *Meia-Oito*, porque, mais do que um componente inerente à memória individualista da modernidade, os elementos identitários aparecem aí de modo particularmente expressivo. 68 foi ou pode ser um movimento também por novas formas de viver, em relação a comportamentos, relações, desejos, realizações, como já se anotou nas seções anteriores. Os participantes de 68 pretenderam que o mundo fosse menos distante de suas prerrogativas e aspirações pessoais, como circunstâncias de vida, trabalho e relacionamento. Por isso, é muito compreensível que associem suas biografias, com tanta facilidade e frequência, a um suposto processo histórico deflagrado pelos anos 1960. Entre outras tantas utopias, o *movimento 68* visava justamente a afinar os significados do mundo exterior com os da pessoa humana, ou seja, com os componentes imediatos da memória e da identidade individuais.

Zuenir Ventura em seu livro *1968 – o que fizemos de nós*, publicado também em comemoração aos 40 anos de *Meia-Oito*, procura avaliar o mundo que as propostas de vida e as ações políticas daquele tempo deram a existir. A história é aí aquilo que determinados sujeitos fizeram – inclusive a si mesmos. Vida social e vida pessoal são indistintas, ou pelo menos de pouco importante distinção. A narrativa da trajetória pessoal aparece como uma apropriação do vivido. “Não importa se merecido ou não, mas ninguém poderá negar que 68 foi nosso!”²⁴⁰.

Recordar-se da trajetória pessoal ao pensar em 1968 pode ser constatar que alguma trajetória existiu, afinal muitas foram abortadas pela

²³⁹ Gilberto VELHO. Op.cit.

²⁴⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 58.

repressão que combatiam. Franklin Martins afirma que se considera um privilegiado, em primeiro lugar, porque sobreviveu para além dos 30 anos de idade²⁴¹. Hoje ele tem 66. Miguel Hajar e Alexandre Meyer, que aparecem na fotografia de Evandro Teixeira, também se definem como sobreviventes²⁴². A cientista social Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a Guta, que em 1968, aos 21 anos, estava na vice-presidência do CACO da Faculdade Nacional de Direito, é mais uma que sente “felicidade pelo privilégio de ter sobrevivido e ter tantas recordações boas”²⁴³.

A memória da sobrevivência pode ser um tributo aos que não sobreviveram ou tiveram a vida definitivamente atingida pela morte e pela violência. Essa memória, além de privilégio de viver, é solidariedade e companheirismo pelos tantos amigos, colegas, afetos, parentes ou mesmo íntimos tombados pela violência do Estado autoritário e repressor.

Nesse sentido, essa memória sobrevivente talvez importe em culpa. Os sobreviventes de eventos traumáticos que vitimam um coletivo muitas vezes se ressentem de terem escapado à morte, porque, assim, escaparam ao grupo a que pertenciam, escaparam à sua identidade. Verifica-se esse psiquismo entre os que estiveram em campos de extermínio ou mesmo na luta armada no Brasil. Em relação direta a 68, a experiência de culpa não aparece expressamente nas fontes desta pesquisa, nem pareceu esse, à primeira vista, um silêncio muito significativo, senão para insistir na aura da memória do *Meia-Oito*. Mas essa chave poderia ser mais explorada, até porque existem registros de ressentimento e expiação entre os que lutaram contra a ditadura militar brasileira, em armas ou não, em relação a outros períodos e eventos.

Além da sobrevivência, a marca da trajetória pessoal aparece como saudade. “Saudades da minha juventude e dos meus 20 anos”²⁴⁴, diz a antropóloga Yvonne Maggie Costa Ribeiro, que cursava o último ano de Ciências Sociais da

²⁴¹ Zuenir VENTURA. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 194.

²⁴² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 88, p. 89.

²⁴³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 100.

²⁴⁴ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 74.

UFRJ. A nostalgia da juventude é o mesmo sentimento de Caetano Veloso. “Só tenho saudade de ser jovem”, ele disse, como ponto final a suas declarações sobre 68, em entrevista a Zuenir Ventura²⁴⁵.

Os depoimentos sobre a Passeata também realçam amigos e vínculos íntimos de companheirismo que foram transformados, das mais diferentes formas, pelo tempo, pela distância, pelas atribulações da vida, pelas mudanças de caráter e, como já se disse, também pelo terror do Estado e pela morte. 68 deixou consequências marcantes nos relacionamentos afetivos, de amor, de amizade, de família. É muitíssimo comum que a saudade daqueles tempos da Passeata signifique nostalgia de amores e amigos que lá estavam, mas depois passaram. Observar esse ponto é também avaliar o grau de realização das utopias comportamentais dos anos 1960, uma vez que elas tanto insistiam no tema.

É importante chamar atenção aqui para uma notável característica dos relacionamentos da geração de *Meia-Oito*: eles terminaram. No mínimo, modificaram-se por completo. São muitos os divorciados, recasados e redivorciados. O número de matrimônios interrompidos certamente supera o da geração de seus pais. No entanto, é emblemático que a instituição do casamento não tenha desaparecido, mas se transformado. Entre todos os depoentes que passaram por esta pesquisa, poucos são os que não viveram essa experiência.

Existe também a nostalgia que engrandece o ano e a época, em prejuízo dos tempos presentes, tumultuados e violentos²⁴⁶. A descrição dos anos 1960 chega a ser tão encantada que, se o próprio depoente a levasse muito a sério, ele não seria capaz de explicar as razões pelas quais protestava contra um estado de coisas tão maravilhoso²⁴⁷. A saudade é aí, na verdade, simples saudosismo.

Essa versão mais simples de saudosismo é uma exceção. A saudade de 1968 aparece muito mais como um lamento pela esperança perdida, e não pela sociedade que passou.

²⁴⁵ Zunir VENTURA. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 132.

²⁴⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 95.

“Fui e continuo sendo uma pessoa interessada no país e na ética. Minha visão não mudou, só que, com o passar do tempo, vou ficando mais realista, sem muitos sonhos”²⁴⁸ Marília Ribeiro, economista, que na passeata tinha 23 anos.

“Hoje, minha sensação é de desânimo, já que aqui estamos, 40 anos mais velhos e nossos filhos não sabem o que pode ser feito. Aliás, nós também não”.²⁴⁹ Miguel Rio Branco, outro jovem da ESDI, agora artista plástico e fotógrafo consagrado.

Longe de exaltar uma realidade social contra que tanto lutaram e se manifestaram, essas memórias sentem falta das grandes expectativas, fundadas ou não, que animavam os espíritos de 68. Em suma, a falta mais sentida é a de acreditar, como se acreditava nos anos 1960, nas mudanças, no novo, na possibilidade da mudança, na possibilidade do novo.

Além dessas duas marcas – sobrevivência e nostalgia – o elemento de trajetória pessoal que se destaca nas memórias sobre a Passeata, diretamente vinculado a esses outros dois, é o da ação pessoal, a ação política que cada um desempenhou, no limite, a ação histórica.

O economista Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, que aos 17 anos estudava no Colégio Pedro II, foi preso em General Severiano na quinta-feira do dia 20 e mesmo assim não temeu participar da grande manifestação dos Cem Mil – com sua irmã, Maria Alice, de apenas 15 anos. Carlos Henrique afirma o seguinte: “ao olhar a foto da passeata, tenho orgulho e satisfação por termos sido sujeitos daquela história”²⁵⁰.

As lembranças de Maria Alice, psicóloga e mãe de seis filhos, têm o mesmo sentido das memórias do irmão sobre 68. “Havia (...) a esperança e o desejo de que pudéssemos mudar, influir, dar conta de nossos destinos”²⁵¹. Em

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Evandro TEIXEIRA. Op.cit. p. 91.

²⁴⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 90.

²⁵⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 108.

²⁵¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 108.

2008, a ideia de ser “sujeito da história” é uma marca forte entre os entrevistados, quando provocados a dizer o quê de mais impactante a foto lhes causava.

Eles chegam a repetir os mesmíssimos termos e expressões. O psiquiatra Luiz Carlos Nascimento, que tinha 20 anos e era estudante de Medicina da UFRJ, diz sentir “um grande orgulho por ter participado de um movimento importante para o país (...)”²⁵². “Orgulho por ter feito parte de um evento histórico para o país” também é o sentimento declarado de Sílvio Palhares, programador visual que era aluno da ESDI (Escola Superior de Desenho Industrial) e também tinha 20 anos em 1968²⁵³. Trocando “orgulho” por “alegria”, Renato Ribas, à época aos 28 anos e já empresário, diz o mesmo sobre “ter participado de um momento de tanta importância para o país”²⁵⁴. “Parte da História do Brasil”, “parte de um pedaço da História”, “parte ativa da história do Brasil”... são muitas as vozes no coro dessa memória²⁵⁵.

A professora da PUC-Rio Ana Luiza Morales, outra aluna da ESDI em junho de 1968, o empresário Bernardo Scheinkman, que estudava Arquitetura na UFRJ, e Susana Santos, que hoje trabalha em informática e no tempo da Passeata ainda era secundarista do Colégio Pedro II, também reforçam o discurso do orgulho e da participação histórica²⁵⁶. Entrevistados ao mesmo tempo, foi ainda mais sugestivo que os amigos de infância Guilherme Paiva, Fernando Carvalho e João Adalberto de Gayoso e Almendra, todos menores de 20 anos na oportunidade, concordassem em sentir orgulho de suas participações²⁵⁷.

Por sua vez, Valéria da Paz, bancária e delegada sindical ligada ao PSTU, orgulha-se de sua família, que a levou aos 15 anos para a multidão, e não deixa de comemorar que assim pode “participar desse momento histórico”. “Eu não tinha exatamente uma posição política; gostava, porém, de participar (...).

²⁵² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 90.

²⁵³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 105.

²⁵⁴ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 82.

²⁵⁵ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 81, p. 75, p. 80, respectivamente.

²⁵⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p.102, p. 111, p. 112.

²⁵⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 68, p. 69.

Nessa idade, tinha, acima de tudo, uma sensação de compromisso e prazer em fazer parte do movimento”.²⁵⁸

O vínculo entre ‘fazer parte’ e ‘compromisso’, tão forte nos anos 1960, aparece com frequência nas recordações feitas em 2008. Nos discursos que enaltecem o elemento da participação, as ideias de dever, papel, tarefa repetem-se e se revezam.

Pedro Luiz Souza e Silvia Steinberg, também colegas de ESDI em 1968, tornaram-se professores da faculdade e marido e mulher. Suas falas tocam de perto os possíveis pontos de encontro entre ação da vontade individual e subordinação do indivíduo à causa coletiva: “Fico satisfeito de não ter me omitido num momento em que era necessária uma presença individual num ato político coletivo”. “Sinto a certeza de que é importante participar, anonimamente, de conquistas coletivas, que permaneçam para outras gerações, além das fronteiras do meu próprio tempo e individualismo”²⁵⁹.

Guilherme Paiva é direto: “vivi meu papel”²⁶⁰. Bianor Cavalcanti, quem não se lembrava de detalhe algum da Passeata, não pode esquecer que cumpriu “um papel de cidadão e estudante”²⁶¹. Aluna de psicologia aos 27 anos, Marlene Magalhães, agora já aposentada, pensa de modo quase idêntico: “cumpri meu papel e colaborei como cidadã brasileira”²⁶².

Em vez de papel a palavra é dever para o ex-vereador do Rio de Janeiro Milton Nahon, que estudava medicina. Subsiste a ideia de desempenhar um projeto externo à vontade pessoal, consolidada num termo ainda mais imperativo. Maria Augusta Ribeiro diz que a participação naquele ato era “tarefa de militante”²⁶³.

²⁵⁸ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 98.

²⁵⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 99.

²⁶⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 69.

²⁶¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 59.

²⁶² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 61.

O Professor Roberto Guimarães, então vice-presidente da AMES, afirma que “sobre a passeata, não havia nada que ‘decidir’ participar. Era uma consequência natural do que fazíamos, do que acreditávamos”²⁶⁴. A designer Patrícia de Aquino, outra estudante da ESDI, também viu sua presença na manifestação como algo “mais do que natural”²⁶⁵. “Era automático”, sugere o premiado escritor Flávio Moreira da Costa, que tinha 26 anos e voltava de um exílio na França²⁶⁶.

Ainda como agente voluntário, só que menos senhor de si, fala em ter sido um “protagonista muito limitado” o já professor Sérgio Joffily, do Instituto de Física da UFRJ²⁶⁷. Alfredo Sirkis, ao lembrar o tempo que ainda era dirigente estudantil do CAP-UFRJ, diz sentir, além de “orgulho pelo Rio”, “a emoção de ter sido uma pedrinha no mosaico da História”. Talvez seja a mesma forma de identificação pela memória que outros entrevistados fazem em formas como “minha contribuição” e “ter aí meu lugar”²⁶⁸, por exemplo, o designer Rafael Rodrigues, que diz ter “extremo orgulho de estar incluído naquela multidão”²⁶⁹.

O voluntarismo é um predicado fundamental do movimento político do 68 no Brasil – e no mundo, se continuarmos a acompanhar o argumento de H. Arendt, exposto no primeiro capítulo, de que a ação direta seria uma desinência daqueles eventos todos. Independentemente dessa apreciação histórica de escala mundial, é seguro fazer essa afirmação pelo menos para o comportamento político dos estudantes brasileiros.

Fazer a hora, não esperar acontecer. A despeito das experiências que indicavam outras conclusões, como a derrota de Che Guevara na Bolívia, para os jovens de 1968, encorajados pela vitória da guerrilha cubana em 1959, pela

²⁶³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 100.

²⁶⁴ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 58.

²⁶⁵ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 72.

²⁶⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 67.

²⁶⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 84.

²⁶⁸ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 107, p. 106.

²⁶⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 109.

resistência vietnamita e a ofensiva do Tet, o voluntarismo despontava como importante alternativa às formas estabelecidas do fazer político, marcadas por institucionalização, partidarização e sectarismo.

Em oposição a este jogo político moroso e viciado, os estudantes – tanto das democracias ocidentais, como dos regimes socialistas do Leste Europeu – levantavam a bandeira da ação direta. A valorização da ação direta sem intermediários, da democracia participativa, o culto à coragem e à ação marcaram uma boa parte dos movimentos políticos juvenis de 68.²⁷⁰

O voluntarismo da juventude de 68 comporta dois atributos antitéticos, mas não paradoxais – o atributo da vontade e o da voluntariedade. Como vontade egoísta, de pulsões individuais, o voluntarismo é o mote de agir, de constituir a história do país conforme essa ação, de interferir politicamente conforme os objetivos do indivíduo, enfim, de ser sujeito histórico. Como voluntariedade altruísta, o voluntarismo é a pulsão de não se deixar submeter às demais pulsões individuais, mas de transformar a si mesmo em instrumento ao serviço coletivo, para cumprir o dever, desempenhar o papel, executar a tarefa, enfim, sujeitar-se à História.

Vontade e voluntariedade, subjetividade e sujeição e, nessa chave, egoísmo e altruísmo, todas essas ambiguidades podem se resolver como a última, por exemplo, porque existe um fundamental ponto de encontro entre seus termos. A clássica lição de Georg Simmel é esclarecedora²⁷¹. Inspirado em Goethe e Nietzsche, G. Simmel reformula a dicotomia corrente entre egoísmo e altruísmo, segundo a qual a “natureza egoísta só seria superada ali onde a vontade se dirigisse ao bem do ‘tu’ ou da sociedade”²⁷².

“O fato de que o indivíduo aspire a se tornar pleno e si mesmo é algo que não precisa de modo algum ser equiparado ao egoísmo, mas pode ser um ideal objetivo, no qual sua felicidade não é questionada partir de seu sucesso e de seu interesse pessoal (...), e sim a partir de um mundo suprapessoal, no qual a personalidade se realiza (...). “O mundo também é enriquecido pela existência, nele, de um ser humano valoroso que é perfeito em seu ser. Naturalmente esse

²⁷⁰ Maria Paula ARAUJO. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. Carlos FICO; Maria Paula ARAUJO. (org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 19.

²⁷¹ Georg SIMMEL. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

²⁷² Idem. *Ibidem*, p. 85.

valor consiste, muitas vezes, na dedicação prática de um indivíduo a outro indivíduo ou a um grupo; mas reduzi-lo a isso é um dogma moralista e arbitrário. Também há uma beleza e uma perfeição da existência, um trabalho sobre si mesmo, um esforço apaixonado para obter bens ideais (...). “(...) O objetivo é desejado somente pela busca da própria realização individual, e sacrificar outras pessoas e a si mesmo não é um preço tão alto: *Fiat justitia pereat mundus*; ou o cumprimento da vontade divina simplesmente porque ela é divina; (...) o entusiasmo do idealista político em busca de uma reforma constitucional que o torna completamente indiferente ao fato de como os outros indivíduos se sentem a esse respeito; (...) o sujeito ativo vê a si mesmo somente como objeto ou um executor da tarefa: a paixão pela causa em si não se pergunta pelo eu, pelo tu, pela sociedade enquanto tal (...)”²⁷³.

Os irmãos Tibiriçá Miranda, como se anotou, pensaram e tentaram ser “sujeitos daquela história” e “dar conta de [seus] destinos”²⁷⁴. Mas a realização dessa ambição passava menos por se liberar e mais por se comprometer, menos por se tornarem sujeitos e mais por se tornarem objetos da história. Os jovens de 68 foram sujeitos enquanto *atores* de uma história que parecia a eles mesmos obrigatória, quase necessária. A própria Maria Alice Tibiriçá Miranda é quem diz que “a passeata representa a história de um processo que precisava ser vivido”²⁷⁵.

A concepção de história que atravessava ou atravessa os depoentes é consciente ou inconscientemente legatária de Marx. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”²⁷⁶. A partir dessa premissa de *O Dezoito Brumário*, os manifestantes foram à Cinelândia encontrar-se com a história.

A noção de ‘encontro com a História’ é perceptível na afirmação convicta de Sônia de Mattos, que em 1968 presidia o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRJ: “fiz o que tinha que fazer, na hora certa”²⁷⁷. Aparecem muitas vezes nas memórias expressões como “na hora certa” ou “no lugar certo” ou ainda as duas juntas²⁷⁸. Elas são indícios da concepção que pensa a

²⁷³ Idem. *Ibidem*, p. 85-87.

²⁷⁴ Evandro TEIXEIRA. *Op.cit.*, p. 107.

²⁷⁵ Evandro TEIXEIRA. *Op.cit.*, p. 108.

²⁷⁶ Karl MARX. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

²⁷⁷ Evandro TEIXEIRA. *Op.cit.*, p. 77.

²⁷⁸ Evandro TEIXEIRA. *Op.cit.*, p. 70, p. 111 e outras.

ação política como engajamento, como conformação do sujeito a possibilidades, necessidades e/ou determinações históricas.

Os estudantes consideravam-se, assim, a vanguarda da transformação social, a heroica linha de frente que, com generosidade e coragem, ultrapassaram todos os integrantes da sociedade, inclusive a si mesmos, para salvar o país. Ana Monteleone, que era primeira-secretária do diretório da Escola Nacional de Belas Artes, afirma que estavam “salvando o futuro”²⁷⁹. Rangel Bandeira não se incomoda de ter “sacrificado [seus] interesses pessoais e profissionais na luta pela democracia”²⁸⁰. Ele acredita que essa perda, na verdade, transformou-se em legado em termos de formação pessoal, como tratamos anteriormente. “Fomos prejudicados, mas nos tornamos pessoas melhores”²⁸¹, sintetiza.

O vanguardismo e o sacrifício também compõem a megalomania da memória de 68, é verdade, mas eles são mais importantes enquanto indícios da concepção política, ética e de história do que louvores ou autopromoções retroativas das pessoas que tomaram parte da Passeata dos Cem Mil. Mesmo as memórias daqueles que se arrependeram de seu 68 confirmam que essas formas de entendimento eram realmente *topoi* da época, por exemplo, uma declaração do cineasta Eduardo Scorel: “talvez a idade, 23 anos, sirva de atenuante para o tamanho do equívoco de ter acreditado que o cinema poderia mudar o mundo e que as manifestações de rua poderiam abalar a ditadura”²⁸².

O arrependimento dos *sessenta-e-oitististas* brasileiros não se relaciona à luta contra o regime ditatorial, mas àquelas formas de engajamento contracapitalistas e de esquerda. O economista Júlio Mourão, que aos 24 anos integrava a AP e trabalhava no BNDES, censura seu passado. “O capitalismo mostrou-se a melhor solução para se enfrentar os problemas econômicos e sociais,

²⁷⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 77.

²⁸⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 95.

²⁸¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 95.

²⁸² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 63.

quando bem administrados”²⁸³. O professor da PUC-Rio Carlos Frederico Palmeira, aluno da universidade à época, declara hoje que ficou “mais cético, decepcionado com a esquerda. As alianças políticas entre partidos supostamente diferentes mostram que o que interessa é o poder a qualquer preço”²⁸⁴. Marlene Luzia, no mesmo sentido, diz não se identificar com a esquerda atual e se sentir “um tanto decepcionada”, porque sua “posição era idealista e ingênuas”²⁸⁵.

As críticas e autocríticas sobre 68, no mundo todo, insistem em *acusar* o movimento de ingenuidade, idealismo, impotência. Mas esse juízo autocrítico costuma ser menos remorso que desilusão, no sentido freudiano de *des-iludir(-se)*, da “ilusória impressão de que 1968 foi um ano de glória quando, na verdade”, pensa E. Escorel, “foi o da consolidação definitiva da ditadura e a derrota de toda a esperança transformadora”²⁸⁶, “bela e demasiada esperança”, suspirou Vladimir Palmeira²⁸⁷.

O artista plástico Iko não se ressent, ao contrário, diz orgulhar-se “de ter sido tão ingênuo e idealista”²⁸⁸. O designer Henrique Colasanti “era jovem e idealista de esquerda, às vezes, um pouco radical; hoje, um senhor desencantado”. Um pouco mais satisfeita, a economista Sandra Bondarovsky, para quem a passeata representa “orgulho e memória”, recorda-se de “ter sido feliz e ingênuas”²⁸⁹. O professor Fernando Lopes de Almeida, da UFRJ e da Dissidência Guanabara em 1968, acredita que “a passeata (...) deu uma ilusão passageira de que o regime estaria disposto a fazer concessões”²⁹⁰.

O discurso da desilusão é o maior antagonismo entre as memórias sobre 68. Aqueles que repreendem o que fizeram algumas vezes vituperam os aficionados pelo ano mágico. E vice-versa. D. Reis Filho dedica seu *68 – a utopia*

²⁸³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 87.

²⁸⁴ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 75.

²⁸⁵ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 61.

²⁸⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 64.

²⁸⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 42.

²⁸⁸ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 106.

²⁸⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 67.

²⁹⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 83.

de uma paixão “que não se arrependeram”. Mais que injúrias, está em questão uma imensa batalha pela memória pessoal e coletiva, pela ação e pela compreensão política no passado e no presente, pelo valor de cada biografia, pelos projetos individuais e sociais.

A decepção que pode juntar convictos e desiludidos é a tristeza de “perceber que, passado tanto tempo, os problemas do país são praticamente os mesmos”. Ainda que não sejam iguais, muitas das mazelas de lá e de cá equivalem-se. Essa concepção é bastante repetida. Ao olhar a fotografia de Evandro Teixeira, Valter da Silva Bezze, o Bezze, que presidia o CACO Livre, fala pela sua geração: “os jovens, 40 anos depois, se reconhecem, reconhecendo que seus sonhos, sonhos ainda são”²⁹¹. “As desigualdades, historicamente constituídas, persistem”, confirma Maria Teresa Linhares, mas não deixa de mencionar que pelo menos um sonho, talvez o principal, tenha se realizado: “a ditadura militar acabou”²⁹².

Na combinação de “emoção, saudade e dor”²⁹³, os jovens de 68, tantas vezes colocados sob o estigma da utopia, abrem o Terceiro Milênio resignados ou frustrados ou reticentes. Mas poucos são os contentados com os “destinos” que *Meia-Oito* lhes reservou. Todos opõem alguma restrição à Passeata.

Chega a ser curioso que ainda assim a historiografia sobre 68 esteja sendo construída em comemorações. A maior parte desses trabalhos está reunida em coletâneas de artigos organizadas para publicação nos aniversários – 1988, 1998, 2008. Se isso não resulta apenas das facilidades do mercado editorial, resta reconhecer que *Meia-Oito* tem sido comemorado, apesar das ressalvas. Aliás, só existe essa demanda editorial porque também existe a possibilidade de um cenário de comemoração.

Quando não tratam de comemorar, essas publicações, assim como as demais obras que acertam ou tangenciam o tema, tem sido fundamentais para

²⁹¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 101.

²⁹² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 83.

rememorar 68. A historiografia acadêmica e outros debatedores vem se dedicando a explorar essa seara ainda muito marcada pela memorialística.

A ferida ainda aberta dos anos 1960 reforça a relevância da discussão sobre o legado e o passivo de 68, no mundo todo.

E. Hobsbawm repensa a Primavera desabrochada no *Maião francês*, com simpatia crítica, talvez crítica simpática. Ao escrever no começo do novo milênio, ele reavalia ou matiza suas primeiras colocações sobre os *sessenta-e-oitistas*. Desde seu lugar político à época, o de um comunista inglês quase em 1970, observou com entusiasmo os jovens rebeldes e as semanas extraordinárias de Paris e do mundo, mas os considerava incipientes, falíveis e enganados, sobretudo no que dizia respeito às possibilidades e estratégias da Revolução.

“Para os esquerdistas de meia-idade como eu, maio de 1968, e toda a década de 1960 foram tempos extraordinariamente bem-vindos e extraordinariamente desconcertantes”²⁹⁴

Mais do que característica pessoal ou geracional, no entanto, estava em questão a cizânia entre as esquerdas em 1968, entre os comunistas, como E. Hobsbawm, e os “Rebeldes Primitivos”.

Ainda que o historiador inglês tenha como objetivo central, por questões autobiográficas, dividir as posições que a esquerda assumiu àquela altura, ele também expõe a disputa em seus extremos mais entusiásticos, a esquerda abertamente simpatizante com uma rebelião totalmente nova, e a direita completamente crítica de um movimento que não tinha objetivo algum. Respectivamente, Alan Touraine e Raymond Aron são os autores e os representantes dessas duas linhagens do debate, que não é maniqueísta, mas,

²⁹³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 60.

²⁹⁴ Eric HOBBSAWM. Op.cit., p. 277.

segundo Lucileide Costa Cardoso, pode ser encontrado em pelo menos uma dezena de versões.²⁹⁵

Daniel Aarão Reis Filho interpreta 68 no Brasil como reordenação das relações de força que haviam se estabelecido em 1964. Em sua compreensão, como aparece sintetizada em *O curto ano de todos os desejos*, o golpe não foi exatamente *golpe*, no sentido de uma quartelada arrivista, mas um *movimento* de amplas parcelas da sociedade, que apoiaram a ditadura em sua instauração, e se desligavam do regime em 1968. As classes médias, a Igreja e considerável parte da imprensa, que se somaram às forças contra Goulart, desacreditavam então do regime que vilipendiara as eleições e abusava da violência policial. A transposição desses grupos para a oposição ao governo potencializava o movimento estudantil e fazia estourar 68.

“Passeatas, ocupações, protestos, comícios, lutas de rua, em todo o país, e sobretudo nas capitais dos estados mas não apenas nelas, também em cidades médias e pequenas, uma explosão de inconformismo e ousadia, apoiadas por uma imensa corrente de simpatia e solidariedade nas cidades, amplificada pela mídia descontente com o governo. Ao mesmo tempo ocorria o início das ações armadas — expropriações, bombas, o fantasma de uma guerrilha rural anunciada, embora nunca realizada”.²⁹⁶

Para D. Reis Filho essa ampliação da oposição levou o governo a manter e aprofundar a repressão e o regime de exceção, o que cobraria da sociedade descontente uma mobilização ainda maior, ou a derrota. Como não houve um arranjo político poderoso o bastante para derrubar a ditadura, ela venceu, desbaratou seus adversários, deixando “as lideranças estudantis”, pois, “na contracorrente”²⁹⁷.

É preciso reconhecer que a explicação, pelo que se lê na própria citação, não é suficiente para dar conta da esquerda em armas em 1968. Se a narrativa funciona para afirmar que restou, depois da derrota do movimento

²⁹⁵ Lucileide Costa CARDOSO. Ecos de 1968: 40 anos depois. **Recôncavos**. Cachoeira. v. 2, [n. 1], 2008, p. 11.

²⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**. São Paulo: USP, FFLCH, outubro, 1988a, v.10, [n.2], p. 33.

²⁹⁷ Idem. *Ibidem*, p. 34.

sessenta-e-oitista, somente a alternativa da luta armada, não consegue explicar porque suas principais organizações e lideranças já estavam delineadas e em atuação “ao mesmo tempo” que as “lutas de rua”. De um lado, D. Reis Filho reconhece que não se pode resumir aquele processo ao que foi sua história pessoal: que os revolucionários estavam em protesto nas avenidas em 1968 e passaram às armas em 1969. Reconhece que as mobilizações populares e as ações paramilitares eram caminhos diferentes de 68, ainda que simultâneos. De outro lado, falta prosseguir essa conclusão e compreender que a luta armada desenvolveu-se mais de outros fatores que da derrota dos movimentos sociais de *Meia-Oito*.

Os comentários que João Quartim de Moraes²⁹⁸ faz em sua leitura de Jacob Goreneder²⁹⁹ enfrentam essa mesma questão. Ele concorda que a luta armada foi *violência retardada*, ou seja, uma resposta à violência que atingira a democracia em 1964, ainda que uma resposta tardia, e principalmente à violência que se cristalizava na ditadura militar enquanto “golpe continuado”. Entretanto, J. Moraes diverge da tese de que a repressão da luta de massas empurrou a esquerda para o “terrorismo”,

“antes de mais nada porque o sujeito do processo ‘luta armada’ não era o mesmo: a esquerda que não lutou em 1964 não era a mesma que lutou em 1968 (...). (...) Aqueles que tomaram a decisão de não lutar em 1964, continuaram decididos a não lutar em 1968, enquanto os que impulsionaram a luta armada a partir de 1965 foram os que a desencadearam em 1968 em diante”³⁰⁰.

Nesse sentido, o equívoco de J. Goreneder foi ter estendido a toda a esquerda a trajetória por que passou o seu PCBR e algumas outras organizações, como o MR-8 de D. Reis Filho. “(...) Seu caso foi a exceção e não a regra, já que a maioria dos dirigentes da luta armada não tinha exercido nenhum papel dirigente na esquerda até 1964”. A maioria das personalidades e legendas que apostavam em outras estratégias revolucionárias manteve-se fora da luta guerrilheira.

²⁹⁸ João Quartim de MORAES. Op.cit.

²⁹⁹ Jacob GORENDER. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

³⁰⁰ João Quartim de MORAES. Op.cit. p. 6.

A análise de J. Gorender baseia-se na ideia, bastante repercutida, inclusive nos trabalhos de D. Reis Filho, de que as condições para a democracia tornavam-se risíveis, de que o AI-5 fechava as portas para possíveis movimentos parlamentares. J. Moraes percebe, entretanto, que essa ideia não explica a luta guerrilheira antes de 1969 e, o que é mais problemático, não dá a compreender porque as organizações armadas fortaleceram-se justamente em 1968, quando a situação para um movimento antiditatorial era bem mais favorável, no mínimo menos desfavorável, do que em 1964.

Em relação à Passeata, e seu significado no processo de mobilização social de massas, no entanto, a narrativa de J. Moraes equivale aos discursos de D. Reis Filho.

“A famosa Passeata dos Cem Mil, realizada a 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro, constituiu o ponto mais alto do processo de luta de massas desencadeado três meses antes, ao influxo da indignação provocada pela truculência assassina da repressão policial. Os estudantes, mais uma vez, atuaram como força motriz da impressionante manifestação, de qual participaram, como se sabe, todas as correntes da opinião democrática carioca”³⁰¹.

Os autores tem como objetivo enfrentar a questão histórica da escalada da luta armada e do recrudescimento das oposições parlamentares e das mobilizações de massa, no final dos anos 1960. Nesse enquadramento, a Passeata *está dada*, é um *dado* do que passou e desapareceu como derrota. A leitura tem o inegável mérito de evitar que a importância da manifestação seja superdimensionada. Por outro lado, uma apreciação mais crítica e caprichosa sobre a Passeata aponta outras respostas para a questão colocada por esses intelectuais, afinal, todas as formas de oposição praticadas em 1968 já estavam em conflito no mesmo junho do protesto, e seus desdobramentos estiveram entrelaçados.

Esse entendimento genérico sobre a Passeata acaba por generalizar também, indevidamente, os grupos sociais que a compuseram. Por isso, é muito discutível a proposição de que as mobilizações de *Meia-Oito* indicariam que a

³⁰¹ João Quartim de MORAES. Op.cit., p. 2.

sociedade mudava de lado, em relação a 1964, no embate entre governo e oposições. Os dois momentos desse processo descrito por D. Reis Filho – 1964 e 1968 –, e assim todo o processo, podem ser questionados.

Demian Bezerra de Melo oferece uma leitura crítica dessas interpretações³⁰². O ponto fundamental da crítica de D. Melo, que também se estende aos trabalhos de Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira, recai sobre a tese de uma suposta articulação civil-militar, onde a palavra “civil” não se refere aos elementos classistas apontados por René Dreyfuss³⁰³, mas a algo como “uma *cumplicidade* da ‘sociedade brasileira’ com a ditadura”.

“Essa reificação (...) nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por ‘exigência do povo brasileiro’”³⁰⁴

Em apenas um parágrafo, cabe dizer que D. Reis Filho sustenta essa posição com três provas principais: as votações na ARENA, a suposta popularidade do presidente Médici e as Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família. D. Melo opõe a essas referências o número expressivo de votos nulos e brancos, as consideráveis vitórias do MDB, as circunstâncias das eleições e de pesquisas de opinião sob ditadura, a predominância de estratégias de consenso passivo, a popularidade e a aprovação de João Goulart no momento do golpe.

Assim como a contestação, o apoio da sociedade também se divide em suas diferentes parcelas. Se muitos estudantes de 26 de junho comemoraram, quatro anos antes, o 1º de abril, o movimento estudantil, como um todo, nunca foi nem golpista nem entusiasta do golpe continuado. Se muitos artistas estavam até então distantes da revolução e da resistência, a imensa maioria deles nunca fora simpática à ditadura, e a classe artística havia sido sempre um dos mais visíveis polos de contestação do regime, o que vale também para intelectuais e

³⁰² Demian Bezerra de MELO. **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

³⁰³ René DREYFUSS. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁰⁴ Demian Bezerra de MELO. **O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**.

professores. Na Igreja e nas chamadas classes médias, onde a mudança teria sido mais sensível, é difícil ter precisão sobre a dimensão dessa transformação, porque as posições do alto clero condenavam, no máximo, os *abusos* do regime – e não seus *usos* – e porque os outros setores de classe média não eram unânimes, nem para um lado nem para o outro.

O mais importante é, mesmo se admitíssemos ter havido imensa conversão política, que ela, primeiro, não foi de toda a sociedade. Segundo, ainda que acatássemos a ideia da transmigração de toda a alma social a partir de março ou junho de 1968, isso mostraria que um suposto *apoio de amplos setores da sociedade* tinha importância no máximo secundária na sustentação do regime, permitindo a ele um ou outro instrumento constitucional, mas que as raízes de seu poder estavam arraigadas nos altos castelos e nas costas quentes das Forças Armadas e da elite empresarial do país.

Maria Ribeiro do Valle escreveu *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 68*³⁰⁵, sua dissertação de Mestrado junto ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Unicamp. Seu trabalho conta a história do ano em um duelo, entre o que foi entendido à época como “violência revolucionária” e “violência da ditadura”³⁰⁶, num movimento de quatro atos, a saber, o assassinato de Edson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil, a guerra na Maria Antônia e o Congresso de Ibiúna. O argumento da autora também privilegia, como pedra-de-toque de sua análise daquele processo político, a posição que a “população” ocupava nos embates.

A dissertação é resultado de uma extraordinária pesquisa da imprensa da época, tanto na grande mídia como nos jornais estudantis. Essas investigações, aliadas à competente e demorada análise de suas fontes, tornam a contribuição da autora uma peça importante no debate sobre o tema. A leitura dos diários cariocas e das publicações universitárias enquanto atores do processo

³⁰⁵ Maria Ribeiro do VALLE. **O Diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. Dissertação de Mestrado sob orientação de Patrizia Piozzi, Unicamp, 1997.

político, e não apenas seus retransmissores, é uma das mais proveitosas perspectivas do livro.

Segundo a exposição de M. Valle sobre 1968, embora tanto o governo ditatorial quanto o movimento estudantil falassem em “diálogo”, ambos operavam com “violência”. “O dado novo que emerge em 68 e, por isso, privilegiado nesta análise será o fato de o movimento estudantil partir para o confronto”³⁰⁷. O episódio do Calabouço e a cobertura midiática sobre ele teriam colocado a população contra o regime, permitindo que os estudantes angariassem apoiadores à sua causa e constrangessem as forças públicas. O “diálogo” prometido por Costa e Silva e seus ministros tornava-se, pois, uma mentira escancarada, e o estudantado faria questão de exibir a violência estatal, escondendo a sua própria.

“A posição aprovada no Conselho da Bahia, favorável ao ‘diálogo’, estará no centro das manifestações estudantis que desembocarão em dois acontecimentos cruciais do ME em 68: a sexta-feira sangrenta e a passeata dos cem mil”³⁰⁸

Assim, a violência revolucionária teria começado como uma resposta, ou seja, como um ato de resistência do movimento estudantil, a autoproclamada vanguarda da sociedade brasileira, num cenário de opinião construído pela parte da imprensa que incensava o potencial democrático de 68, sobretudo o *Correio da Manhã*.

“Desde a morte de Edson Luís, segundo relato dos estudantes, quer através de entrevistas e depoimentos, quer através das matérias publicadas em seus periódicos, notamos a sua opção pelo enfrentamento, um clima de combate. A violência passa a ser respondida pela violência”³⁰⁹.

Entretanto, ainda segundo a autora, os jovens universitários e secundaristas teriam apostado, a partir daí, no entusiasmo das massas como condição de possibilidade para a revolução, para a violência ativa contra o regime, sem perceber que esse entusiasmo não estava disposto a chegar tão longe. M.

³⁰⁶ Idem. Ibidem, p. 197.

³⁰⁷ Idem. Ibidem, p. VIII.

³⁰⁸ Idem. Ibidem, p. 59.

³⁰⁹ Idem. Ibidem, p. 25.

Valle defende que o movimento estudantil tenha interpretado mal a adesão popular ao sonho da revolução.

“A inusitada presença da população em suas manifestações, no início, parece confirmar a disposição das ‘massas’ para concretizá-lo. No entanto, a grande imprensa consultada passará a condenar enfaticamente a ‘subversão’ e a população estará ausente nos seus últimos embates”³¹⁰

Isolados socialmente, os protestos perderiam o confronto com a ditadura. A imprensa, acusada pelo governo de amplificar o movimento, seria perseguida, em processo de consolidação da censura jornalística. Os estudantes, hegemônicos na mídia e na formação da opinião pública e esvaziados das multidões, assistiriam o “diálogo” do Alto Comando falar mais alto.

M. Valle talvez tenha exacerbado o poder de informação de suas fontes. Ao estudar a comunicação para o grande público, explicou 68 pela linha da construção de consenso e de convencimento – por mais que a força e a violência apareçam como eixos de sua análise. A violência, em sua compreensão, foi um diálogo, foi um argumento que todos os violentos tentavam repassar para seus adversários – o mico-preto.

Ao olhar a retórica dos jornais estudantis, a autora superestimou a ideia de violência revolucionária. Existe uma distância enorme entre as combustíveis palavras das páginas de divulgação dos estudantes e seus programas de ação organizados. Ao olhar a batalha da opinião pública, M. Valle superestimou também o peso que o apoio popular, para um lado ou para outro, poderia acarretar ao processo político num estado como aquele e, assim como D. Reis Filho, interpretou que esse apoio tivesse sido consideravelmente mais homogêneo do que na verdade foi.

Tais linhas historiográficas tem grande repercussão, mesmo fora dos círculos acadêmicos. No Brasil, o debate sobre 68 tem público ainda mais aberto através dos jornalistas Z. Ventura e E. Gaspari, que ocupam posições distintas nessa discussão.

1968 – O Ano que não terminou e 1968 – O que fizemos de nós, de Z. Ventura, guardadas suas variações, sobretudo os vinte anos de reflexão, experiências e redemocratização que os distanciam, nutrem elogios por *Meia-Oito*, valorizam a resistência constituída no movimento, defendem tantos de seus legados e apostam na sua importância generalizada para a vida contemporânea.

O autor procura especular sobre o espólio histórico daquele ano. Como *sessenta-e-oitista* atuante, esse pensamento é também uma autoanálise e até por isso se aprofunda em aspectos detalhados do cotidiano, da vida privada e da intimidade. Seu texto aborda *o que terminou, o que não terminou e o que mudou* até 2008. Para mostrar o mundo que 68 pariu, como mãe ou como parteira, por vontade própria ou a contragosto, Z. Ventura lista o que não existia ali, logo atrás de nossos dias.

“Os jovens de hoje tem dificuldade de imaginar que houve um tempo em que se vivia sem: CD, DVD, Gisele Bündchen, bala perdida, telefone celular, internet (Web, Google, Orkut, site, e-mail, MSN, Second Life), alimentação *diet*, Viagra, Big Brother, mania de correr, notícia em tempo real, interatividade, iPod, AIDS, medo de colesterol, medo de assalto, grades nos prédios, *piercing*, depilação dos grandes lábios, Botox, seios turbinados, o “estarei fazendo”, anorexia, globalização, DNA, pensamento único, academias de musculação, Bill Gates, baile funk, controle remoto, forno de microondas, Tv em cores, TV a cabo, garotas de programa (com este nome), *shopping centers*, ecstasy e mania de fazer listas como esta”³¹¹.

Os livros de Z. Ventura não se colocam em debates acadêmico e, assim, não enfrentam as mesmas discussões e problemáticas da historiografia. Por outro lado, é muito valiosa a reflexão deles sobre sentidos e desdobramentos daquela experiência, porque preenche uma lacuna que a maior parte dos historiadores tem deixado. Os trabalhos historiográficos sobre o tema tem

³¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 197.

³¹¹ Zuenir VENTURA, **1968: o que fizemos de nós**, São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 117.

discutido mais o pragmatismo das ações de 68, seus vários instrumentos políticos, como se fosse uma assembleia ou uma comissão de avaliação, mais preocupada com erros e acertos do movimento do que com a compreensão histórica desses acontecimentos todos.

E. Gaspari, na coleção *As Ilusões Armadas*, lamenta o encantamento por 68, reprova suas diferentes utopias, comemora o que entende por seu fracasso e condena sua abertura à violência, ao radicalismo e à ilusão, que teriam, a contrapelo, fortalecido a ditadura, ao mobilizar a reação.

Sobre a Passeata, E. Gaspari avalia que ela “foi a maior vitória conseguida pela oposição desde as eleições de 1965 (...)”³¹². “Para uma Revolução que se considerara abençoada pelas Marchas de 1964, a Passeata dos Cem Mil fora uma excomunhão”³¹³. No entendimento do autor, esse resultado foi conseguido pela escalada dos choques entre os radicais e a polícia, mas apenas porque a nobiliarquia moderada articulou-se, juntou-se à oposição e soube negociar a abertura da avenida. Por isso mesmo, “seu capital político era inconversível”³¹⁴.

Dividida entre organizar ou armar o povo, a manifestação anunciara a derrubada da ditadura, mas devido à radicalização política, defende E. Gaspari, era uma concepção natimorta. A Passeata “teve ponto de partida, a Cinelândia, mas tendo deixado a avenida num momento de sonho, tudo se acabou nas transversais”³¹⁵. A frente política heterogênea, ao marchar em diferentes direções, tendia a se desmanchar. A Comissão dos Cem Mil nada teria a fazer.

A ideia de que a grande manifestação tenha sido um tiro no pé tem alguns adeptos. Yvonne Maggie, mesmo enaltecendo aquele ato, pondera que ele “talvez tenha servido para fortalecer os argumentos daqueles setores que queriam

³¹² Elio GASPARI. Op.cit., p. 297.

³¹³ Elio GASPARI. Op.cit., p. 309.

³¹⁴ Elio GASPARI. Op.cit. p. 297.

³¹⁵ Idem.

endurecer o regime. Efetivamente, seis meses depois, houve o AI-5, e as coisas pioraram muito”³¹⁶. Os termos repetem-se entre as pessoas que pensam esse sentido para 68: “foi tudo tão incisivo, que até piorou com o AI-5”³¹⁷.

E. Gaspari não atribui à Passeata responsabilidade pelo agravamento do estado de exceção. Até reconhece seu caráter vitorioso. Para o jornalista, no entanto, a manifestação, ao tentar agrupar as dissonantes forças de esquerda, foi “maravilhoso veículo de um anacronismo político”³¹⁸. Em dezembro de 2007, em artigo na *Folha de São Paulo*³¹⁹, ele sintetiza essa opinião.

“A sacralização do 1968 brasileiro tem seu melhor momento na gloriosa passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro, na tarde de 26 de junho de 1968. É pena, mas por mais que ela tenha assustado os generais, foi outro fato quem levou todas as águas do São Francisco para a moenda da ditadura escancarada. Naquela madrugada, um comando da VPR jogara um veículo com explosivos contra o portão do QG do 2º Exército, em São Paulo, matando o sentinela Mário Kozel Filho”.

A visão retrospectiva conhece o fracasso das negociações, o estouro do Congresso da UNE de Ibiúna, os rachas na esquerda, a rearticulação do governo e o AI-5. Mas esses não eram os únicos horizontes do dia 26 de junho, muito menos os únicos. Como mostrou João Roberto Martins Filho³²⁰, ao contrário do que costuma ser divulgado, inclusive por E. Gaspari, o fim de 68 não foi uma vitória da chamada linha-dura no contexto da desunião militar, mas uma união das linhas políticas da caserna para derrotar o crescente arco oposicionista. Além disso, esse arco não estava fadado a quebrar, a despeito da sua heterogeneidade, porque era perfeitamente possível que uma de suas frações produzisse hegemonia, o que vinha se esboçando, e a Passeata o atesta.

A socióloga Simone Cunha realizou um trabalho específico sobre a Passeata dos Cem Mil. Nele, a pesquisadora mostra justamente que a possibilidade de reais mudanças políticas a partir daquele ato não era uma

³¹⁶ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 74.

³¹⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 91.

³¹⁸ Elio GASPARI. Op.cit., p. 296.

³¹⁹ Vem aí a sessão saudades de 1968, de Elio GASPARI para **Folha de São Paulo**, 26 dez. 2007. Acesso em 25/02/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2612200713.htm>

³²⁰ João Roberto MARTINS FILHO. Op.cit.

previsão exclusiva de seus jovens organizadores e generosos entusiastas, em arroubos de ingenuidade.

“É interessante observar no relatório do Dops o significado da passeata e a preocupação com o que podia acontecer pela frente. De apenas estudantes, as manifestações estavam transformando-se em manifestações de massa com vários grupos da sociedade civil”.³²¹

O aparelho repressivo cogitou mudanças. O governo permitira que a Passeata transcorresse, entre outras coisas, “até mesmo para provar ao povo quem [estava] com a razão”³²². Afinal, queriam “ver quando o povo [assistisse] a bagunça nas ruas, os excessos em toda parte e [começasse] a sentir dificuldades para chegar ao local de trabalho, se [continuaria] contra a Polícia”³²³. Se aconteceu o contrário do que as autoridades prognosticavam, o povo talvez tivesse mesmo ido ver razão noutras paragens. Os agentes do DOPS matutaram sobre o rumo daquelas marchas:

“A passeata de vinte e seis patenteou o conteúdo político da questão estudantil. A forma ordeira, branda, como se processou, mostrou o sentido político que a violência não permitia ver. A atitude que o governo tomar será de grande importância, do contrário, cabe aqui uma séria pergunta: Por quanto tempo serão somente os estudantes na rua? Receia-se que perdure a inação governamental”.

³²⁴

É possível afirmar, depois de analisar esses argumentos, que a Passeata dos Cem Mil foi narrada, descrita e dissertada como um evento que demonstra ou enorme e verdadeira ou, ao contrário, insignificante e megalômana articulação da sociedade civil. Essas não são as medidas precisas daquele protesto e, principalmente, a Passeata não *demonstra* isso nem aquilo. É importante evitar pensá-la em exagero como *demonstração* ou representação. Para concluir o trabalho, é preciso explicar essas negações e afirmações e oferecer um arremate das contribuições que esta pesquisa pode suscitar.

³²¹ Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**, p. 27,

³²² **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 26 jun. 1968, p. 3.

³²³ Idem.

³²⁴ Relatório do DOPS (setor estudantil – pasta 38), apud Simone CUNHA. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**.

Pensar a Passeata dos Cem Mil enquanto uma demonstração é entendê-la apenas como um meio, meio de expressão de realidades mais profundas que ela transmite – que ela demonstra. Nesse sentido, a Passeata não seria ela mesma um conjunto de realidades, mas simplesmente sua *manifestação*. Por exemplo, ela seria não uma reação à ditadura, e sim apenas uma expressão dessa reação; não seria um ajuntamento de grupos opositores, mas somente representação desse ajuntamento; não seria o desenvolvimento de novas exigências cidadãs, mas apenas um indício de que elas se desenvolviam.

Por que, então, este trabalho questiona os comentaristas que tratam o evento como indício se, ainda assim, recorre ao paradigma indiciário de C. Ginzburg? Porque existe uma diferença sutil, e decisiva para a compreensão que se coloca em relação à Passeata, entre os tipos de indícios que a Passeata pode ser.

O grande protesto é indício histórico menos como metáfora e mais como metonímia. Ao longo do texto insistiu-se nesta figura de linguagem exatamente pela sua importância para o argumento. Enquanto a metáfora consiste na construção de uma equivalência de sentido entre termos que são essencialmente distintos, a metonímia faz com que se correspondam duas expressões cujos significados são contíguos entre si. No exemplo da Passeata, ela é um indício metafórico quando chamada a simbolizar insatisfação popular, fortalecimento da luta de massas e exercício de cidadania; e um indício metonímico quando, em vez de simbolizar, é ela mesma cada uma dessas realidades. Como uma metáfora, a Passeata é um símbolo, uma demonstração. Como metonímia, ela é um ato, um evento, uma realidade em si mesma.

Um símbolo consiste em coisa que é ou está por outra coisa. São representações perceptíveis de outra realidade, que materializam os significados dessa coisa ausente, tornando-a presente.

“A Passeata dos Cem Mil é, seguramente, o principal símbolo de 68 no Brasil e a famosa foto de Evandro Teixeira é uma de suas imagens mais fortes – de certa forma, a marca e o registro imagético da ‘geração 68’ no Brasil”.³²⁵

Não há dúvidas de que a Passeata dava cara, carne e voz a uma posição política e social muito maior que ela mesma, enfim, de que ela realmente representava milhões de pessoas que não estavam ali. Mas ao repetir a caracterização da Passeata como símbolo, demonstração ou metáfora, a historiografia trata o ato como um *espetáculo*, no sentido que Guy Debord³²⁶ consagrou entre as próprias jornadas de 68. Espectáculo é um simulacro que substitui a experiência, uma intermediação entre um sujeito e uma realidade a se experimentar, que esvazia os sentidos profundos dessa mesma realidade, transformada em produto comercial, em mera simulação.

Grande parte das memórias de 68 transforma a Passeata em símbolo, de inconformismo, luta, resistência, cidadania³²⁷. Nesse sentido, ela é pensada como demonstração de “que as manifestações que ocorriam no país eram muito mais sérias do que simples badernas de estudantes”³²⁸; “que não é verdadeira a visão de que os brasileiros não reagem aos desmandos políticos”³²⁹; “que o brasileiro recuperava a disposição de manifestar-se nas ruas”³³⁰; “que havia uma geração politizada, que aprendera a cantar o Hino Nacional na escola, que aprendera a desejar o melhor para o seu país e também, apreciava os avanços na área cultural, apostava na reforma agrária, etc”³³¹; “que, apesar do regime fechado, o povo (e os estudantes, em particular) não havia perdido a capacidade de gritar, mesmo arriscando a vida ou a liberdade”³³²; “que existia outro Brasil, que não havia sido representado pela ‘Marcha da Família, com Deus, pela

³²⁵ ARAUJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 23.

³²⁶ Guy DEBORD. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

³²⁷ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 57, p. 65, p. 69, p. 70, p. 73, p. 75, p. 80, p. 85, p. 92.

³²⁸ Evandro TEIXEIRA. Op.cit.,

³²⁹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 67.

³³⁰ Evandro TEIXEIRA. Op.cit.,

³³¹ Evandro TEIXEIRA. Op.cit.,

³³² Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 91.

Liberdade’, que existia uma Sociedade neste país, e essa sociedade civil já estava de saco cheio de ter os seus limites ultrapassados, pisoteados”³³³.

Mais que tamanho espetáculo, a Passeata foi uma ação a céu aberto e em domínio público de um sem-número de cariocas e brasileiros contra o autoritarismo. Não é lícito falar em psicodrama para o 68 do Rio de Janeiro e do Brasil. A Passeata foi um ato de protesto liderado por estudantes, ou melhor, pelo grupo de estudantes vanguardistas que enfatizava a luta específica, defendia a negociação com as autoridades e tinha mobilizado o movimento até ali, passando a hegemonizar o estudantado, em detrimento das correntes contrárias a qualquer forma de diálogo com o poder. Ali estiveram também dezenas ou centenas de artistas, de intelectuais, de professores, de membros da Igreja, que ou gritavam contra a ditadura ou condenavam os *abusos* dela, reafirmando ou marcando novas posições. E participaram, por fim, importantes nomes da política da Guanabara, sobretudo lideranças nacionais e estaduais ligadas ao MDB.

Menos que um espetáculo, porém, a Passeata não foi uma realização de todos os grupos que aqueles Cem Mil podem representar até hoje, mas apenas de parte deles, parte que só remete ao todo como metonímia. Não foi um ato dos artistas, do clero, da intelectualidade, da população, das classes médias, como se esses fossem grupos homogêneos e uniformes – sequer dos estudantes –, mas de frações dessas categorias e de frações de suas reivindicações, que ali estavam parcialmente representadas. Por isso, a Passeata foi um recorte de contingentes sociais, de influências políticas, de opinião pública, de filiações partidárias, de pautas demandadas. Pelo mesmo caminho, sua aspiração a movimento nacional não é absurda, mas precisa ser criticamente problematizada.

Enquanto *ação* política, a Passeata dos Cem Mil tem os limites de uma *manifestação*. Ela não é, e por definição não pode ser, o que simboliza. Por isso, seu valor metafórico não pode ser interpretado ao pé da letra e mecanicamente. As forças da Passeata eram imaginárias, baseadas em elementos

³³³ Evandro TEIXEIRA. Op.cit., p. 58.

míticos como o povo, a rua, a marcha, e esses sentidos figurados não devem ser simplesmente convertidos em elementos concretos e materiais.

Como símbolos que são, esses elementares da Passeata permanecem absolutamente relevantes para a cultura e o imaginário social e, portanto, também provocam transformações do processo histórico. Enquanto uma representação mítica, a Passeata criou uma espacialidade, formou e forjou princípios políticos e orientações ideológicas, projetou personalidades e carreiras e, acima de tudo, exerceu um enfrentamento, resistente e revolucionário, pacífico, ao Estado ilegal que assaltou o Brasil. Que seria de nosso presente e de nosso futuro se nosso passado não tivesse jamais resistido contra o criminoso autoritarismo que vitimou a democracia do país?

Resistência, outra vez, e democrática, sim. Em seu vocabulário político, democracia para aqueles revolucionários ou rebeldes significava um regime de governo classista (burguês), portanto hierárquico e injusto. Além disso, em cenário de Guerra Fria, o sentido de democracia muitas vezes esteve associado aos adversários dos *sessenta-e-oitistas*. Entretanto, visto em perspectiva e pelos seus efeitos, o movimento de 68 realizado na Passeata foi de reação democrática à ditadura. Apagar o adjetivo é acompanhar a opinião de que havia entre as esquerdas “profunda subestimação da questão democrática”³³⁴.

“Na mesma linha de raciocínio, os republicanos espanhóis, em 1936, ao se terem levantado contra o golpe fascista-militar de Franco *et caterva*, teriam mostrado seu escasso apreço pela institucionalidade democrática espanhola e os *partisans* iugoslavos, italianos, franceses que se levantaram de armas na mão contra o fascismo e os ocupantes nazistas, não teriam passado de “terroristas” (como os chamavam, de resto, os colaboracionistas locais e os algozes da SS e da Gestapo)”³³⁵.

Desconsiderar o valor democrático daquele movimento, porque em boa parte ele era revolucionário e declaradamente contrário a diversos fundamentos da democracia representativa, é considerar que não podem ser democráticas as matrizes da revolução e alguns princípios básicos da democracia

³³⁴ Daniel Aarão Reis Filho. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990, página 141.

³³⁵ João Quartim de MORAES. *Op.cit.*, 8.

participativa, a ação política direta, o direito à violência contra a ilegalidade do poder e o exercício da autonomia.

O simples fato de ter ocorrido uma passeata recupera e realiza este sentido clássico de democracia, de que fala o já citado M. Finley³³⁶, mas não minimiza a discrepância entre o poder de decisão das antigas ágoras e das avenidas contemporâneas. Isolada de tantas outras ações necessárias para vencer a moderníssima violência do Estado policial e a sofisticadíssima propaganda das máquinas políticas do século XX, uma passeata tinha pouco o que fazer. Fora do simbolismo, a Passeata dos Cem Mil, em sua crueza, opunha forças absolutamente díspares.

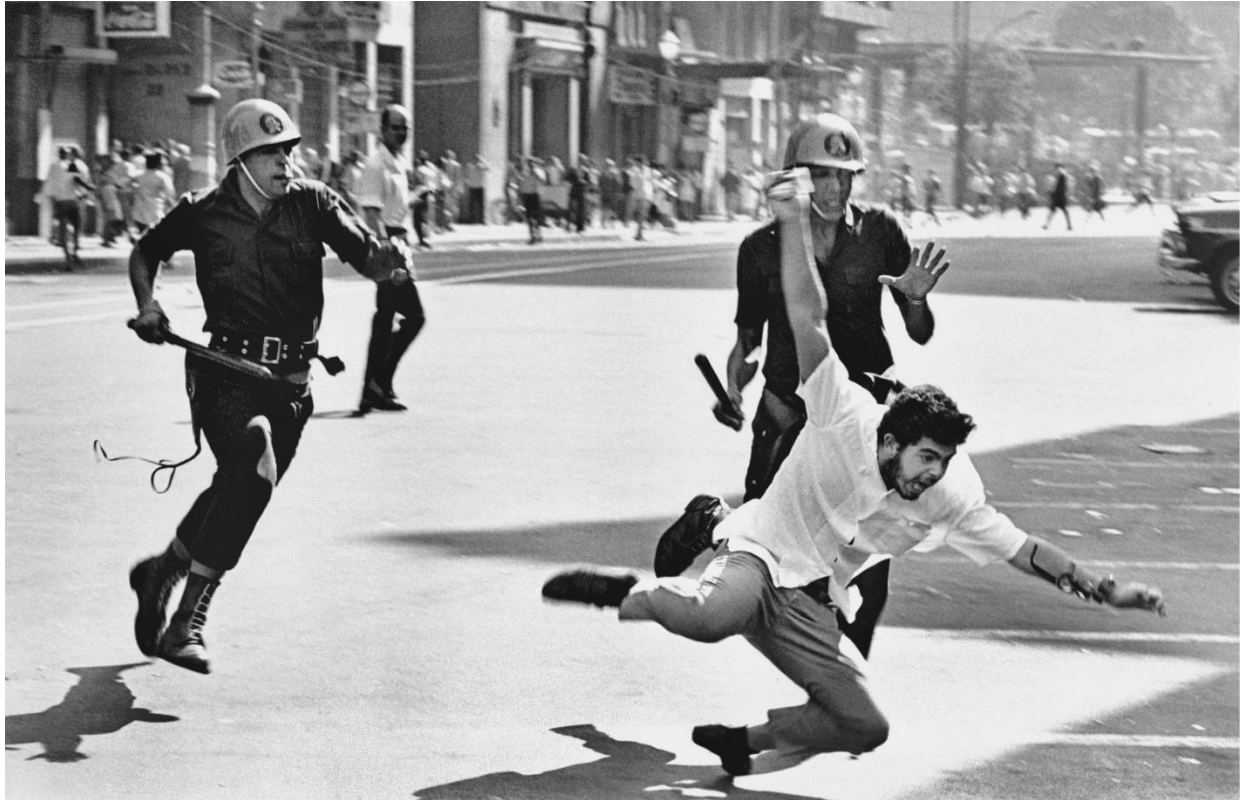
“Os estudantes apresentavam-se no campo de combate com sacos plásticos cheios d’água, pedras, paus, gelo, garrafas, vasos de flores, tampas de latrina, carimbos, cinzeiros, cadeiras, tijolos, bolas de gude, cortiça e uma pobres barricadas. Já a polícia usava fuzis, revólveres, baionetas, sabres, pistolas 45, cargas de cavalaria, bombas e granadas de gás lacrimogêneo”³³⁷.

Que a política da Cidade tenha se tornado inócua e limitada, amplamente batida em 1968, arrepia milenares tradições de liberdade, justiça e cidadania e rasga novos abismos entre o poder e os populares. Nesse sentido, restou 68 como nome que se convencionou a dar às jornadas que não conseguimos, por falta de precisão, chamar de revolução, revolta ou levante. 68 tornou-se evento, porque se tornou também uma categoria de movimento político: a luta que resulta da indignação de perceber que as decisões da pessoa humana escaparam completamente ao toque da pessoa humana. 68 talvez seja, então, o nome da luta para que as lutas não se percam.

³³⁶ Moses Finley. Op.cit.

³³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**. São Paulo: USP, FLCH, outubro, 1988a, v.10, [n.2], p. 34.

Figura 13



Fontes

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 e 27 de junho de 1968.

Folha de São Paulo Online. Vem aí a sessão saudades de 1968, de Elio GASPARI. 26 dez. 2007. Acesso em 25/02/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2612200713.html>

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1984.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 e 27 de junho de 1968.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de junho de 1968.

O Globo, Rio de Janeiro, 21 de junho de 2013.

O Globo, Rio de Janeiro, 26, 27 e 28 de junho de 1968.

Realidade, São Paulo. Junho de 1968.

Referências Bibliográficas e Documentação

Referências Bibliográficas

- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. IN: **Mediações**. v. 12, [n. 2], p. 78-89, Jul/Dez., 2007.
- ARAUJO, Maria Paula. **1968: nas teias da história e da memória**. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica, 2008, [n.26-1].
- ARAUJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. (Org.). IN: **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skira, 1984.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BORGES, Jorge Luís. **Funes, o memorioso**. IN: Jorge Luís BORGES. *Ficciones*. Rio de Janeiro: Globo, 1970.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Ecos de 1968: 40 anos depois. **Recôncavos**. Cachoeira. v. 2, [n. 1], 2008, p. 11.
- CUNHA, Simone. **Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**. Petrópolis, ANPOCS, 2000.
- DA CUNHA, Manuela Carneiro. Maio de 68 no Quartier Latin. IN: **Mediações**. P. 9-11, v. 12, [n. 2], Jul/Dez., 2007.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.
- DREYFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, [n.47], p. 29-60, 2004.
- FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora34, 2006.
- GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. IN: Reginaldo MORAES et al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.), **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/França/Alemanha**, São Paulo: Cromosete, 1999.
- GASPARI, Elio **A Ditadura Escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEETZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. IN: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1.
- GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- HOBBSBAWN, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLZMANN, Lorena; SERRA PADRÓS, Enrique. **1968: Contestação e Utopia**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.
- HUYSEN, Andreás. **“Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”**. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005.
- JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- Löwy, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MARQUÉZ, Gabriel Garcia. **Cem Anos de Solidão**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1967
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964:1968**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MELO, Demian Bezerra de. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 1989.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar no Brasil**, São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. IN: **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1991.
- NITZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PAZ, Octavio. Olimpíada e Tlatelolco. IN: Octavio PAZ, **O Labirinto da solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**. São Paulo: USP, FFLCH, outubro, 1988a, v.10, [n.2].
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968 – a paixão de uma utopia**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato. (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Bauru: EDUSC, 2004.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. IN: Edson TELES; Vladimir SAFATLE. (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 237-252.
- SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.
- SCHMITT, Carl. **Catolicismo Romano e Forma Política**. Lisboa: Hugin Editores, 1998.
- SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SERRA PADRÓS, Enrique. De Berkeley a Tlatelolco: o 68 nas Américas. IN: Robert PONGE. (org.). **1968: o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal, 1998, p. 69-80.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- TEIXEIRA, Evandro. **1968 Destinos 2008: Passeata dos 100 mil**. Rio de Janeiro: Textual, 2007.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, [n.47], p. 13-28.
- VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. IN: **Mediações**. v. 13, [n. 1/2], p. 34-53, jan./jun. 2008.
- VALLE, Maria Ribeiro do. **O Diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. PIOZZI, Patrícia. (orientadora). Campinas-SP: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas a Educação da Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1997.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. IN: **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97-105.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VENTURA, Zuenir. **1968: o que fizemos de nós**, São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

OUTROS DOCUMENTOS

1968. Direção. Glauber Rocha e Afonso Beato. Fotógrafo: Afonso Beato. Não-ficção, 35mm, preto e branco, 600m (22min). Rio de Janeiro, 1968. Acervo Tempo Glauber.

Barra 68 – Sem Perder a Ternura. Direção e roteiro: Vladimir Carvalho. Música: Marcus Vinícius. 1 DVD (81 min), Color. Produzido por: Folkino Produções Cinematográfica, Rio Filmes, 2001.

OS SONHADORES. Direção: Bernardo Bertolucci, Produção: Jeremy Thomas. Intérpretes: Michael Pitt, Eva Green e Louis Garrel. Roteiro: Gilbert Adair. 1 DVD (114 min.), Color. Produzido por: *Fox Searchlight Pictures*, 2003.